



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 110

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 18 de Outubro de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos

Após a apresentação e aprovação por unanimidade do relatório da CAPAT pela relatora da Comissão, Deputada Isabel Rodrigues, sobre a verificação de poderes do Deputado Joe Valadão Rego, entrou-se imediatamente na Agenda da Reunião com a interpelação ao Governo Regional sobre “a estratégia de defesa e progresso do processo autonómico açoriano no contexto da actual crise económica nacional e internacional”, apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Proferiu uma intervenção inicial o Sr. Deputado Paulo Estêvão, iniciando-se posteriormente o debate com a participação do Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*) e dos Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Aníbal

Pires (*PCP*), João Costa (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), Zuraída Soares (*BE*) e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*).

Posteriormente, iniciou-se o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2011 – “altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de Junho, II Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada-PROMEDIA II para o quadriénio de 2009/2012”**.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), usaram da palavra, no debate na generalidade e na especialidade, os Srs. Deputados Francisco Valadão (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*).

Em votação final global o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o debate do **Projecto de Resolução n.º 12/2011 – “medidas extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privado dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses, a quem coube a apresentação do diploma, Artur Lima (*CDS/PP*), Francisco Valadão (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Hernâni Jorge (*PS*), Rui Ramos (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Submetido à votação o Projecto foi rejeitado por maioria.

Sobre a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011 – terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabeleceu o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores**”, interveio o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*), seguido dos Srs. Deputados Abel Moreira (*CDS/PP*), Pedro Gomes (*PSD*), Paula Bettencourt (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), António Ventura (*PSD*) e Herberto Rosa (*PS*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 44 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início ao período legislativo de Outubro. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos começar com a chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro **Moniz**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 48 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a verificação de poderes do Deputado Joe Valadão Rego.

Peço à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o respectivo parecer.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relativo à verificação de poderes de deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Outubro de 2011, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação dos mandatos do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Joe Valadão Rego.

Estiveram presentes os Deputados Hernâni Jorge (Presidente), Isabel Rodrigues (Relatora), Luís Garcia (Secretário), António Toste Parreira, Carlos Mendonça, Francisco Valadão, Clélio Menezes, Paulo Ribeiro, Luís

Silveira, Aníbal Pires, Cecília Pavão, em substituição do Deputado José Ávila, Benilde Oliveira, em substituição da Deputada Bárbara Chaves, e Mark Marques, em substituição do Deputado José Fernandes.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

Nos termos do disposto no Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, em caso de vacatura ou suspensão do mandato, o deputado deverá ser substituído pelo primeiro candidato não eleito na respectiva ordem de precedência na mesma lista, conforme resulta do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do supra citado Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, havendo que proceder à verificação dos respectivos poderes.

A verificação de poderes é feita pela Assembleia Legislativa e consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A, de 14 de Janeiro, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é competente em razão da matéria em apreciação.

Capítulo III

Verificação dos poderes dos Deputados

Por ofício dirigido a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 1 de Setembro de 2011, o Deputado Guilherme Fraga Vicente Nunes solicitou a suspensão do respectivo mandato por, a partir de 26 Setembro do mesmo ano, se encontrar na

situação de incompatibilidade prevista na alínea j) do nº 1 do artigo 22º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Em 30 de Setembro de 2011, a Direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista comunicou a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da renúncia do mandato pelo Deputado António André Pimentel e da suspensão do mandato pelo candidato Carlos Manuel Valadão e pela candidata Teresa Pimentel Mendonça Rocha, a vaga será preenchida pelo candidato Joe Valadão Rego, nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto dos Deputados, a partir de 1 de Outubro de 2011.

Compulsada a acta de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 19 de Outubro de 2008, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respectiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Joe Valadão Rego, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Guilherme Fraga Vicente Nunes, a partir de 1 de Outubro de 2011.

Capítulo IV

Síntese das posições dos Deputados

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP manifestaram posições de concordância quanto à situação de elegibilidade e à inexistência de quaisquer incompatibilidades relativamente ao candidato Joe Valadão Vaz.

Capítulo V

Conclusões e parecer

Com base na apreciação efectuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato Joe Valadão Rego e que o mesmo não se encontra em situação

de incompatibilidade, concluindo que está em condições de integrar a IX Legislatura desde a data de 1 de Outubro de 2011.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 14 de Outubro de 2011

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Hernâni Jorge

Presidente: Muito obrigado, Sra. Relatora.

Creio não haver intervenções. Assim sendo vou colocar à votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O relatório apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem! Estando assim verificados os poderes do Sr. Deputado Joe Valadão Rego, convido-o a tomar o seu lugar na respectiva bancada e naturalmente desejo as maiores felicidades no desempenho do seu cargo.

(Neste momento o Deputado Joe Rego ocupou o seu lugar na bancada)

Vamos prosseguir, Sras. e Srs. Deputados.

Como sabem, temos uma interpelação apresentada pela Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico relativa à “estratégia de defesa e progresso do processo autonómico açoriano no contexto da actual crise económica nacional e internacional”.

Em conferência de líderes foram estabelecidos os tempos globais para este debate, que são:

Interpelante, Governo e PS – 30 minutos, cada um respectivamente;

PSD – 20 minutos;

CDS/PP – 15 minutos;

BE – 13 minutos;

PCP – 10 minutos.

Assim sendo, e de acordo com o artigo 184º do nosso Regimento, dou a palavra ao interpelante para iniciar o debate. Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM decidiu provocar este debate sobre a definição de uma estratégia de defesa da Autonomia Açoriana porque considera que vivemos, atualmente, uma conjuntura económica, social e política em Portugal que pode romper, ou pelo menos fragilizar, o tradicional consenso existente no país em relação às autonomias regionais.

Os sinais de perigo são, na nossa perspetiva, bastante evidentes. Dia sim e dia sim surgem no pequeno ecrã das nossas casas comentadores políticos que, no âmbito do longo rol das desgraças nacionais, nunca se esquecem de visar as autonomias regionais como mais um fator de despesa e de desequilíbrio orçamental. É certo que a política económica irresponsável de João Jardim não ajuda a imagem das autonomias, mas o tom depreciativo e a desinformação a respeito do papel das regiões autónomas no seio do Estado português é já, com pequenas exceções, um mal nacional amplamente generalizado.

É neste contexto que devem ser interpretados os sinais políticos que nos começam a chegar de Lisboa. Incluir a redução da margem de diferenciação fiscal no âmbito do Memorando de Entendimento foi, no atual contexto, a primeira má notícia. A fragilidade económica das regiões autónomas, devido à sua localização periférica e pequena dimensão do mercado interno, tenderá a acentuar-se num cenário recessivo.

O lógico é que o Governo da República tivesse preservado os mecanismos de diferenciação fiscal para tentar salvar os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade num contexto territorial que soma à crise desvantagens relacionadas com as acessibilidades, a exiguidade do mercado interno e uma grande dependência em relação ao abastecimento externo num amplo espectro de produtos.

Assim, a economia regional soma à recessão nacional a pouco oportuna perda de competitividade fiscal. Isto faz algum sentido? Não faz! A inclusão deste género de medidas no Memorando de Entendimento só é compreensível na lógica do preconceito contra as autonomias regionais que tomou conta dos círculos de decisão de Lisboa.

A questão da RTP-Açores é outra questão fundamental a reter. A despesa da RTP-A é insignificante no âmbito das despesas globais do serviço público de rádio e televisão nacionais. A questão da RTP-Açores é um não problema para o país e um grave problema para a Autonomia e para política de identidade dos Açores. Usando os números do Governo Regional, constata-se que a RTP-Açores custa anualmente 9 milhões de euros. Para se ter uma noção de contexto desta verba avanço aqui com as despesas globais anuais das televisões autonómicas espanholas: cerca de 1500 milhões de euros. Ou seja, cada televisão autonómica espanhola custa, em média, 110 milhões de euros. É óbvio que a Espanha tem um problema no âmbito do financiamento das televisões autonómicas e que o Governo da República Portuguesa apenas tem a vontade centralista de inventar um problema onde ele não existe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Lei das Finanças Regionais, como decorre do Memorando de Entendimento, será revista no próximo ano. Estou absolutamente convencido que nos aguarda um grande combate político para evitar a redução substancial das transferências para a Região provenientes do Orçamento de Estado. Temos, no mínimo, de manter os níveis atuais do compromisso financeiro do Estado e de manter a diferenciação entre a nossa Região e a Região Autónoma da Madeira.

Não será fácil! Por isso o PPM avançou com a proposta de blindar constitucionalmente a Lei das Finanças Regionais. A Região não pode estar dependente de conjunturas partidárias e orçamentais. Os instrumentos de financiamento têm de ser seguros e estáveis.

A natureza decisiva do financiamento estatal decorre da principal fragilidade da nossa Autonomia: a nossa grande dependência económica em relação ao exterior. O nosso orçamento depende em cerca de 53% do exterior (somando as transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia).

Para calcular-mos a dimensão real da nossa dependência face ao exterior teríamos ainda de somar o conjunto de encargos que o Estado mantem em áreas como a justiça, a segurança, a defesa, a Universidade dos Açores, a RTP-Açores, a administração fiscal, a política de apoio social e outras matérias da responsabilidade do Estado.

Considero que a dependência económica da Região face ao exterior é o verdadeiro Calcanhar de Aquiles da nossa Autonomia. Nesta matéria, o Partido Socialista falhou gravemente na sua gestão. Melhoraram-se, ao longo destes 15 anos, muitas infraestruturas e obtiveram-se avanços significativos nas áreas sociais. Onde se falhou foi na construção de uma economia regional mais forte, mais diversificada e menos dependente.

A fragilidade política da nossa Autonomia advém, sobretudo, desse grau de dependência económica. Enquanto não ultrapassarmos estes níveis de dependência, a nossa Autonomia política continuará estreitamente ligada aos ciclos político-partidários e conjunturas orçamentais nacionais.

Temos de crescer. Temos de criar mais riqueza. Temos de criar uma economia forte e mais vasta. Eu acredito que os Açores não estão condenados a manter-se, para todo o sempre, uma economia frágil e muito dependente. Temos recursos e temos gente para fazer muito melhor. O crescimento económico e a diminuição dos nossos níveis de dependência serão, no âmbito do novo ciclo político que já se desenha, os principais objetivos a atingir.

O futuro da nossa Autonomia depende do sucesso que conseguirmos alcançar nestas matérias. A I Autonomia Açoriana, criada em 1895, morreu, justamente,

por asfixia económica no quadro de uma grave crise orçamental nacional, algo que, como se sabe, é recorrente na História nacional.

Mas se não quisermos retirar lições da História, olhemos então para a vizinha Espanha. Pela primeira vez, desde a década de setenta, as Comunidades Autónomas espanholas estão dispostas a recuar no seu quadro de competências e a devolver funções ao Estado. O motivo é o mesmo que nos aflige: dificuldades orçamentais para assumir o grande conjunto de competências que gerem na atualidade. Portanto este é de facto o problema que temos de ultrapassar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A outra questão que considero relevante no âmbito da defesa da Autonomia é o aumento da participação cívica na vida política nacional. O constante aumento da abstenção fragiliza o processo autonómico. Considero muito negativo que uma parte significativa da população açoriana se desligue do seu dever de participar nas escolhas coletivas que é necessário realizar.

Cabe aos partidos políticos – sem que isso deixe de responsabilizar individualmente os cidadãos – encontrar fórmulas que motivem as pessoas a participar. Cabe aos partidos políticos fazer a pedagogia necessária para alertar as pessoas para a importância da sua participação. Cabe aos partidos políticos dizer que não existem direitos sem deveres.

Da parte do PPM, o nosso esforço centrar-se-á na abertura das nossas listas e do nosso projeto político à participação plural da sociedade civil. Estamos dispostos a ir mais longe do que alguma vez se foi nesta matéria. Estamos dispostos a dar liberdade de voto aos independentes que concorram nas nossas listas. Estamos dispostos a dar liberdade de projeto no contexto da observância da natureza democrática, cívica, autonómica e ecológica do nosso projeto político.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é liberdade!

O Orador: Para dar resposta à necessidade de participação constante das populações – num mundo repleto de informação e de alterações da conjuntura – estamos dispostos a criar bolsas de eleitores que sufragarão permanentemente

as decisões dos deputados que elegeram. Todas as matérias que não estiverem contempladas de forma explícita no Programa Eleitoral serão submetidas a sufrágio junto dos eleitores do partido.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sim senhor!

O Orador: Desta forma será possível aproximar o sistema parlamentar da democracia direta...

Deputado Aníbal Piros (PCP): O grande contributo do PPM!

O Orador: Ouça bem esta, Sr. Deputado Aníbal Piros.

Desta forma será possível aproximar o sistema parlamentar da democracia direta que os cidadãos reivindicam com justiça.

Veja-se a situação que estamos a viver. Quem manditou o atual Governo da República para cortar os subsídios de Natal e de Férias?

Deputado Berto Messias (PS): Aqueles senhores que estão ali!

Deputado Luís Garcia (PSD): José Sócrates!

Deputado Berto Messias (PS): Foi o PSD e a Dr. Berta Cabral

O Orador: Em que parte do Programa Eleitoral ou do Memorando da Troika estava contemplada esta medida? Se os partidos que ganharam as últimas eleições tivessem destapado a possibilidade de recorrer a esse expediente, os resultados eleitorais teriam sido os que obtiveram?

São questões como estas que legitimam os anseios de tantos cidadãos a reivindicar mais democracia e capacidade de decisão no período que medeia entre os diversos atos eleitorais. O PPM está disposto a avançar neste caminho e com isso esperamos dar o nosso contributo ao aumento da participação cívica dos açorianos. Não tenhamos dúvidas: sem uma participação ativa e numerosa a nossa Autonomia não sobreviverá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já descrevi aqui aquelas que são as nossas preocupações nas áreas da fragilidade económica e do deficit de participação cívica da nossa Autonomia. Termina com a terceira preocupação que estrutura este discurso: as políticas de identidade açoriana.

Nesta legislatura avançou-se muito pouco nesta matéria. O PPM propôs a criação de seleções desportivas açorianas: a maioria parlamentar socialista chumbou a iniciativa. Propusemos a criação da disciplina de História dos Açores: o PS inviabilizou a iniciativa.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi o Grupo Parlamentar!

O Orador: Propusemos a criação de um domínio de primeiro nível para os Açores: o PS prepara-se para chumbar a iniciativa.

Deputado Anibal Pires (PCP): Não acredito!!!

O Orador: Propusemos a tutela dos órgãos de governo próprio dos Açores sobre a RTP-Açores, o PS prefere que Lisboa continue a mandar. Defendemos a criação de uma polícia regional, o PS nem quer falar do assunto. Em matéria de defesa da identidade, o PS não quer sair das catacumbas da aceitação tácita do centralismo.

Termino este discurso falando do que nos une. Os que nos une é a preocupação de defender a Autonomia. Por isso o PPM está disponível para formar uma frente parlamentar comum para defender o interesse regional nestes tempos tão difíceis.

Deputado Francisco César (PS): Mas ficará na retaguarda, de certeza!

O Orador: Da nossa parte não se abrirão brechas, mas que fique claro que o interesse regional não pode ser confundido com o interesse governamental. Quem define o interesse regional somos todos os açorianos. Não existem donos da Autonomia ou inquisidores autonómicos. Todos somos Açores. Todos podemos e devemos dar o nosso contributo na defesa da Autonomia Açoriana. Pergunto: quais são as prioridades e a estratégia do Governo Regional nesta matéria?

Disse.

Presidente: De acordo com o artigo 184º do Regimento o governo tem agora, querendo, a oportunidade de ser o segundo a falar.

Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O governo regista com satisfação e com interessa esta iniciativa da Representação Parlamentar do PPM. Reconhece a importância permanente estrutural da matéria de fundo que a justificou embora não partilhe do grau de pessimismo e alarmismo que parece perpassar...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... quer pela intervenção do Sr. Deputado, quer pela escolha do momento em que ela é feita.

De qualquer forma e prescindindo de comentar a vertente comício da sua intervenção, nomeadamente no que diz respeito aos seus propósitos enquanto líder do PPM nacional de abrir as listas a independentes etc. etc., porque essas matérias são da sua exclusiva competência, a presumo eu, prescindindo dessa parte, há no entanto que analisar duas ou três questões levantadas pelo Sr. Deputado.

Em primeiro lugar parece ao governo que esta interpelação não é propriamente uma interpelação ao Governo Regional. Devia ser, pelo seu conteúdo e pela forma como foi feita, uma interpelação ao PSD/Açores, porque a preocupação que o Sr. Deputado trouxe foi a de que o actual Governo da República, na actual conjuntura, cerceasse a actividade dos órgãos próprios da região, limitasse a amplitude da autonomia, e, por essa via, prejudicasse os açorianos e o sistema autonómico por nós conquistado e mantido.

Portanto, se é assim, se essa é a sua preocupação fundamental, se se inspira nas medidas tomadas pelo actual Governo da República, julgo que o destinatário principal seria aqueles que na região suportam o actual Governo da República.

Digo isso por duas razões: não só porque são o partido digamos irmão do partido nacional que decide essas matérias, mas sobretudo, porque como já se viu, prescindiram de ser um partido regional...

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... sempre que as actuações do Governo da Republica possam constituir aquilo que se vislumbre como um problema para o governo regional.

Portanto, essa posição, essa opção político/estratégica de abdicar dos princípios e da defesa dos princípios autonómicos sempre que isso possa constituir um problema para o Governo Regional, esquecendo que um problema para o Governo Regional nomeadamente a nível de financiamento será sempre um problema para os açorianos, que são os últimos destinatários da acção dos órgãos de governo próprio, essa perspectiva coloca necessariamente o PSD no centro da sua interpelação política, parece-nos a nós.

Depois, parece-me também que há uma contradição insanável no seu discurso e no raciocínio que lhe está subjacente que é o de, por um lado, dizer bom nós vivemos agora um período em que o quadro financeiro, a conjuntura faz querer que nós teremos mais dificuldades no financiamento e na acção da autonomia na prática, mas, por outro lado, o senhor queria onerar a acção e o orçamento regional com uma série de serviços, de valências e de responsabilidades que são necessariamente nacionais.

Queria uma polícia paga pela região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é paga pela Região!

O Orador: Queria selecções desportivas pagas pela região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não!

O Orador: Queria uma televisão paga pela região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na sua opinião!

O Orador: O senhor diz que nós vamos ter menos dinheiro, diz que o quadro é ameaçador, faz um grito de alerta no sentido de nos unirmos para defender as fontes de financiamento da autonomia e logo a seguir diz mas vamos gastar mais:...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: ... selecções, polícias, responsabilidades sociais televisões.

Não pode ser, Sr. Deputado. Ou uma coisa ou outra. Há aí uma contradição insanável que nos parece de destacar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já o esclareço!

O Orador: Finalizando esta primeira intervenção do Governo, gostava de também de vos dizer que a acção do governo na defesa dos princípios da

autonomia, na defesa daquilo que constitucionalmente está consagrado como sendo prerrogativas autonómicas e os princípios essenciais do sistema constitucional em vigor, essa acção é permanente Sr. Deputado. Não é resultado de estratégias conjunturais, nem de impulsos ou interpelações.

É uma estratégia permanente que se tem notado, que se nota de cada vez que há uma ameaça de ataque centralista àquelas que são para nós consideradas as valências essenciais da autonomia. Isso tem sido feito.

O senhor trouxe alguns exemplos onde isso é bastante claro, como por exemplo acontece em relação à RTP/Açores, como por exemplo acontece noutras matérias como as que tem a ver com a Lei de Finanças Regionais.

Portanto, por essa via nós partilhamos de parte do diagnóstico que o Sr. Deputado fez. É claro que há um contexto favorável àqueles que tem pretensões centralistas e isso perpassa um pouco por todas as bancadas parlamentares infelizmente e não é algo que se possa dizer que é novo.

O contexto ajuda, a ocasião faz o ladrão. E, portanto, nós reconhecemos isso.

Agora essa acção de defesa da autonomia, de pedagogia da autonomia e de luta incessante pela manutenção daquele estatuto que nós merecemos, que os Açores merecem, que os açorianos merecem, é uma acção de permanência. Não resulta de estratégias mediáticas ou de interpelações de circunstância.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Eu já tenho algumas inscrições. De qualquer modo, de forma generalizada, estão naturalmente abertas as inscrições.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Discutimos esta interpelação sobre a defesa e os progressos da autonomia regional numa altura crucial da vida do nosso país, numa altura em que já é conhecido um conjunto de medidas de violentíssima austeridade sobre os portugueses, defendidas agora e implementadas pelo PSD, pelo Partido do Dr. Pedro Passos Coelho e da Dra. Berta Cabral.

Deputada Zuraída Soares (BE): O Governo já não tem coligação? Já se zangaram?

O Orador: E este conjunto de medidas e aquilo que está hoje vertido no Orçamento Geral de Estado marca de forma muito evidente o panorama em que vivemos hoje e o panorama em que temos que viver e defender os interesses dos Açores e dos açorianos a partir de agora.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Fazemo-lo todos os dias, Sr. Deputado!

O Orador: É certo também, e é preciso dizê-lo, que este conjunto de medidas materializa aquela que é uma perspectiva ideológica muito clara deste Governo da República e deste PSD do Dr. Pedro Passos Coelho ...

Deputado Clélio Meneses (PPM): E da Dra. Berta Cabral!

O Orador: ... e da Dra. Berta Cabral sobre o entendimento que têm em termos de políticas públicas.

Isto que está a ser feito é aquilo que o PSD faz...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é ridículo!

O Orador: ... e quer fazer quando está no governo em funções executivas definindo políticas públicas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se calhar é preciso dizer que isso está a correr mal!

O Orador: A verdade é que, no âmbito da defesa da autonomia e no âmbito desta interpelação, é preciso dizer que este conjunto de medidas vai muito além do que aquilo que defendia a Troika.

Deputado Costa Pereira (PSD): Para tapar o buraco que vocês deixaram!

O Orador: É um conjunto de medidas mais troikistas do que a própria Troika...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... e que não podem ser justificadas com alegadas e supostas heranças deixadas pelo governo anterior.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não!!!

O Orador: Em boa verdade, o único buraco financeiro realmente conhecido e verdadeiramente visado e reconhecido por todos é o buraco financeiro da Região Autónoma da Madeira.

Qualquer outro alegado desvio colossal ou qualquer outro desvio financeiro nunca foi provado...

Deputado João Costa (PSD): Respeite os açorianos e não faça essas habilidades!

O senhor sabe que não está a dizer a verdade!

O Orador: ... nem nunca foi devidamente esclarecido.

Portanto, para referir que apesar das tentações de alguns Partidos que querem justificar o injustificável dizendo que este conjunto de medidas é implementado devido às supostas pesadas heranças,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Supostas?

O Orador: ... a verdade é que isso nunca foi verdadeiramente esclarecido e não passou de meras declarações circunstanciais...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... do Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro das Finanças.

Deputado Costa Pereira (PSD): Nem o senhor acredita nisso que está dizendo!

O Orador: Devo dizer também o seguinte: prova-se, mais uma vez, no âmbito deste Orçamento de Estado aquilo que tem sido uma evidência desde que o actual Governo da República entrou em funções.

Já o disse e volto a dizê-lo: para o PS o Memorando de Entendimento da Troika era o limite máximo de sacrifícios a pedir aos portugueses.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Para o Governo da República, para o maior Partido desta coligação, o Memorando de Entendimento da Troika era afinal o limite mínimo de sacrifícios a pedir aos portugueses.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É por isso um conjunto de medidas mais troikistas que a troika.

Eu recordo, por exemplo, as afirmações públicas da Dra. Manuela Ferreira Leite, um rosto muito conhecido em tudo o que são medidas de austeridade neste país, que está contra este conjunto de medidas, que está contra o caminho que está a ser seguido pelo PSD.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, votou nela em 2009?

O Orador: É caso para se dizer ao que isto chegou.

Deputado Mark Marques (PSD): Ao que isto chegou, tem razão!

O Orador: A Dra. Manuela Ferreira Leite, defensora acérrima de fortíssimas medidas de austeridade noutros tempos, é agora contra este conjunto de medidas.

O Dr. Bagão Félix, um Ministro reconhecido como sendo fortemente de direita e implementador de medidas também de grande austeridade, também ele está contra este conjunto de medidas.

Portanto, esta é a prova concreta de que estas medidas são mais troikistas que a Troika e vão muito além do que defendia a Troika.

São medidas que provocam uma pressão violentíssima sobre as famílias portuguesas e que (é certo e é preciso dizê-lo) em determinadas alturas os cidadãos estão predispostos a sacrificar-se e a ajudar o interesse público para que possamos ultrapassar as dificuldades.

Mas essas medidas austeras tem que ter paralelamente um plano de crescimento económico...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... tem que ter paralelamente um plano de criação de emprego e isso continua a não existir por parte do Governo da República.

Este Governo da República não dá uma luz ao fundo do túnel aos portugueses implementando este tipo de medidas. Mais uma vez também, no âmbito deste Orçamento Geral do Estado e no âmbito das medidas que nos são apresentadas, não está cá o tão propalado plano de corte das gorduras do Estado.

Deputado Francisco César (PS): Inacreditável!

O Orador: Das duas uma: ou não há mais gorduras para cortar ou então é uma opção política clara deste Governo da República de não cortar as supostas gorduras do Estado.

Neste panorama e neste enquadramento de crise e de implementação deste Orçamento Geral do Estado e destas medidas austeras aquilo que o Partido Socialista terá que continuar a fazer, e é isso que defenderemos também em nome deste grupo parlamentar, é a defesa intransigente dos Açores e o apoio às nossas famílias e às nossas empresas que se encontrem em dificuldades, defendendo aqueles que mais precisam, ajudando as nossas famílias, ajudando e defendendo a classe média e as classes que têm menos rendimento e ajudando também as nossas empresas privadas que são, como se sabe, o motor importante da nossa economia regional.

Fá-lo-emos, se necessário for reorientando prioridades e reorientando também o nosso investimento público, como aliás, já indicia a proposta de plano e orçamento que já é conhecida de todos para o próximo ano.

Vamos continuar a fazê-lo com o rigor e com a determinação que garante o reconhecimento da credibilidade das nossas contas públicas e do percurso de rigor que sempre foi seguido no âmbito das nossas contas públicas e da gestão dos nossos recursos públicos, em antítese, aliás, com aquilo que se tem passado na outra região autónoma do país.

Esta credibilidade, este rigor, é uma evidência muito clara também no âmbito deste Orçamento de Estado através do cumprimento escrupuloso da Lei das Finanças Regionais, que prevê um número significativo de transferências do Orçamento Geral do Estado para a região e que não deve ser visto como qualquer tipo de favor do Governo da República.

Deputado João Costa (PSD): Ah, mas o ano passado era. O ano passado era um grande favor!

O ano passado grandes elogios, porque as transferências não baixaram!

O Orador: É, sim, aquilo que nos é devido no âmbito da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, porque tivemos um bom desempenho e tivemos um percurso rigoroso e responsável no âmbito das nossas contas públicas.

Continuaremos, por isso, determinados e empenhados em defender os Açores e os açorianos. E é preciso dizê-lo também, porque quando se defende a autonomia e se diz que se defende os Açores não basta dizer. Não podemos acreditar ou pensar que uma conferência de imprensa, uma declaração de intenções de circunstância, ou uma mera visita, fazem com que aquilo que nós dizemos passa a ser uma proposta ou passa a ser uma defesa intransigente da autonomia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Temos que fazê-lo passando das palavras aos actos.

Deputado João Costa (PSD): Pela autocrítica!

O Orador: Por um lado, influenciando os nossos partidos a nível nacional na visão que se têm sobre as autonomias regionais e nas medidas que tomam sobre as autonomias regionais e,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... por outro lado, pondo os Açores acima de tudo e pondo os Açores e os interesses dos açorianos acima dos nossos próprios interesses.

Devo dizer que nesta equação global de defesa dos Açores tem especial responsabilidade e especial relevância o maior Partido da oposição nos Açores, o PSD, o partido do Dr. Pedro Passos Coelho e da Dra. Berta Cabral, que é também o partido que lidera a coligação governamental no Governo da República.

Fica, por isso, aqui o apelo ao PSD que passe das palavras aos actos na defesa da autonomia regional influenciando efectivamente o seu partido a nível nacional, porque são conhecidos de todos variadíssimos episódios em que o PSD não defendeu a autonomia dos Açores, não defendeu os Açores e muito menos influenciou o seu partido a nível nacional. E pior ainda (devo dizê-lo!) quando este PSD/Açores põe em causa a imagem dos Açores e denigre a

imagem dos Açores em nome dos seus interesses partidários, fazendo oposição aos Açores...

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e fazendo uma guerrilha sem precedentes contra o Governo Regional denegrindo a imagem externa dos Açores para conseguir daí tirar dividendos políticos.

Deputado João Costa (PSD): Alberto João não diria melhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Permitam-me fazer história. Permitam-me referir alguns desses episódios. Recordo por exemplo – todos nós nos recordamos – os episódios em torno da aprovação da nova Lei das Finanças Regionais, em que o PSD/Açores e o seu líder, na altura, estavam mais preocupados com a Madeira de que com a defesa dos Açores.

Recordo por exemplo a passividade com que o PSD/Açores viu os cortes e a revogação de um despacho do Primeiro-Ministro António Guterres, os cortes feitos pela Dra. Manuela Ferreira Leite, em 20 milhões de euros para a reconstrução no Faial devido ao sismo de 98.

Deputado Luís Garcia (PSD): O despacho de quem é?

Despachar é fácil!

O Orador: Recordo também as questões referidas e o debate em torno do Estatuto Político-Administrativo dos Açores actual em que na altura o PSD/Açores e a sua líder estavam mais preocupados com o humor do Sr. Presidente da República e com o humor da líder nacional do PSD em vez de defender...

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: ... e influenciar verdadeiramente o PSD nacional num diploma estruturante como é o nosso Estatuto para os Açores.

Sobre, por exemplo, a questão da Base das Lajes e a ratificação da revisão ao Acordo Laboral em que o PSD dizia que não teria dúvidas que iria conseguir

sensibilizar o PSD a nível nacional para não ratificar o acordo. O que é certo é que não foi tido nem achado na posição do PSD na Assembleia da República que não votou contra absolutamente nada relativamente à revisão desse acordo laboral.

A questão da RTP conhecida de todos, que tem sido aqui amplamente discutida. O PSD de Pedro Passos Coelho e da Dra. Berta Cabral vai “matar” a RTP/Açores...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... tal como a conhecemos, vai acabar com a RTP/Açores tal como a conhecemos, mais uma vez também por falta de influência e por falta de peso político deste PSD/Açores no PSD nacional.

Agora outra questão importante. Aquilo que fez o Ministro das Finanças de uma machadada sem precedentes no âmbito do imposto cobrado, devido ao subsídio de Natal, que pela primeira vez na nossa história não fica nos Açores e passa a ficar cativo na República quando todos nós sabemos, tendo em conta aquilo que diz a Constituição, o Estatuto Político-Administrativo e a Lei de Finanças das Regiões Autónomas que impostos gerados e cobrados nas regiões devem ficar nessas regiões.

É por isso que por estes e outros episódios fica muito claro que este PSD zigzagueante não tem qualquer tipo de influência, não tem qualquer tipo de capacidade de influência junto do Governo da República.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

O Orador: É aquilo que podemos esperar do maior partido da oposição, um PSD/Açores com PSD a mais e com Açores a menos. Apesar das dificuldades, apesar do momento difícil em que vivemos e apesar desta violenta pressão que o Governo da República se prepara para colocar em cima dos portugueses, nós vamos continuar determinados em defender os Açores e os açorianos pondo acima de tudo como sempre o fizemos os interesses dos Açores. Foi assim com António Guterres, foi assim com Durão Barroso, ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exactamente!

Deputado Costa Pereira (PSD): Misericórdia!

O Orador: ... foi assim com Santana Lopes, foi assim com José Sócrates e é assim com o Dr. Pedro Passos Coelho.

Trabalharemos ao lado do Governo da República naquilo que for necessário. Seremos solidários com o país sempre que for necessário, mas jamais abdicaremos de princípios fundamentais para a nossa autonomia regional e jamais abdicaremos de princípios fundamentais na defesa dos Açores e dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Vice-Presidente do Governo)

E para terminar fica aqui o apelo em nome do Grupo Parlamentar do PS: que todos nós tenhamos o empenho, a determinação e a capacidade de influenciar os nossos partidos a nível nacional, de conseguir fazer valer as nossas posições junto dos nossos partidos a nível nacional.

Deputado João Costa (PSD): Desde que não lhe retirem a confiança política!

O Orador: Não basta falar. É preciso materializar essas posições junto dos nossos partidos a nível nacional fazendo a pedagogia necessária que é fundamental em defesa das autonomias regionais e não deixar que episódios infelizes, como aquele que se tem passado na outra região autónoma do nosso país, possam manchar a imagem que Portugal tem das nossas regiões autónomas.

Termino com este apelo a todos: vamos influenciar e trabalhar junto dos nossos partidos a nível nacional para que não penalizem e não castiguem as autonomias regionais, porque todos sabemos, a pesar desta ser a mais bonita terra do mundo para viver, as dificuldades que estão inerentes à vivência numa região autónoma com a descontinuidade territorial que os Açores têm no meio do atlântico.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Anibal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por salientar a oportunidade deste debate, num momento crítico da vida do país, em que os três partidos troikistas, ao serviço dos interesses estrangeiros, se preparam para mais um profundo ataque aos direitos do nosso Povo e à própria natureza da nossa Democracia e ao projecto autonómico.

E não exagero nas minhas palavras. O Povo português em nenhum momento foi chamado a pronunciar-se sobre as medidas que o PSD e o CDS-PP, com o mal disfarçado apoio do PS, têm tomado e ameaçam tomar em sede de Orçamento de Estado. Os cidadãos votaram, nas últimas eleições legislativas, com o pressuposto de que não haveria mais sacrifícios dos que os já anunciados nessa altura.

PSD, CDS-PP e PS mentiram aos portugueses! E, como tal, não têm qualquer legitimidade para impor os sacrifícios que pretendem. Ao fazê-lo, subvertem a natureza do sistema representativo, desvirtuam o alcance do seu mandato, prostituem a democracia, colocando-se ao serviço da especulação financeira internacional!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como disse, o momento é, de facto, crítico. Também assim é para o projecto autonómico.

Em nome da crise, dos sacrifícios para continuar a financiar os bancos e os agiotas internacionais, a nossa Autonomia é subvertida, abandonada, demolida pelos mesmos que afirmam a pés juntos defendê-la.

Os partidos troikistas, PS, PSD e CDS-PP traíram as gerações e gerações de açorianos que lutaram pelo direito à livre administração dos Açores pelos próprios açorianos.

Fizeram-no ao subscreverem um pacto que prevê a alteração da Lei das Finanças Regionais, retirando-nos competências e meios para presidirmos ao nosso próprio desenvolvimento.

Fizeram-no, PS e PSD, ao aceitarem que as verbas dos impostos cobrados nos Açores não revertam para o bem dos açorianos.

Fá-lo o PS nos Açores ao aplicar, de forma diligente e disciplinada, todas as medidas de austeridade e redução da despesa pública, privatizando, fundindo e alienando o património regional, sem levar em conta os efeitos perversos que isto terá na economia das nossas ilhas.

Sras. e Srs. Deputados:

A Autonomia está numa encruzilhada.

Ou aceitamos cabisbaixos, como no passado de má memória, os ditames do centralismo troikista e nos resumimos, mais uma vez, ao triste estatuto de ilhas adjacentes;

Ou, pelo contrário, afirmamos a nossa razão e defendemos o nosso direito ao auto-governo ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe o PREC, Sr. Deputado!

O Orador: ... e utilizamos todos os meios que a nossa Autonomia ainda nos dá, para protegermos os açorianos dos piores efeitos desta crise.

Para o PCP este é justamente o momento de exercer os nossos direitos autonómicos para inverter o rumo de ruína que os partidos troikistas nos querem impor. Será utilizando as nossas prerrogativas autonómicas que poderemos combater a recessão, fazer recuar o desemprego, dinamizar o mercado interno, apoiar o sector produtivo e a vida das famílias e das empresas açorianas.

Será assumindo plenamente o nosso direito a escolher as nossas prioridades de investimento, recusando a ingerência externa, que poderemos traçar uma política diferente para trilhar um novo caminho de liberdade, justiça e desenvolvimento nos Açores.

E é justamente isso que o PCP Açores tem vindo a fazer.

Defendemos e valorizamos a Autonomia quando propusemos a tomada de posição desta Assembleia contra o pacto com a Troika e o roubo que representa para o orçamento regional.

Defendemos e valorizamos a Autonomia quando provocámos uma reunião da Comissão Permanente para que este Parlamento se pronunciasse contra o desvio das verbas dos impostos que nos pertencem.

Defendemos e valorizamos a Autonomia quando propomos o aumento do complemento regional ao salário mínimo a todos os trabalhadores do sector privado açoriano, que são, como todos sabemos, os mais mal pagos do país.

Defendemos e valorizamos a Autonomia quando propomos o aumento do complemento de pensão dos nossos reformados, face à miséria das suas pensões e ao custo de vida a que têm de fazer face.

Defendemos e valorizámos a Autonomia quando nos opusemos à introdução de taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde.

Defendemos a Autonomia ao opor-nos ao próximo Orçamento de Estado e à machadada brutal que ele representa para as condições de vida do Povo Português e muito em particular para as condições de vida do Povo Açoriano.

Defendemos e defenderemos a Autonomia, sempre acompanhada dos meios necessários para a exercer efectivamente e enquanto pilar do sistema democrático e rumo para o desenvolvimento dos Açores e para melhorar a vida do Povo Açoriano.

Defendemos e defenderemos a Autonomia, porque o PCP, ao contrário dos partidos troikistas, PS, PSD e CDS-PP, não serve os grandes interesses financeiros, serve o Povo Açoriano, serve os Açores, serve Portugal.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pela ordem inversa!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs.

Membros do Governo:

Para o PSD todas as oportunidades para debatermos e aprofundarmos o debate sobre as questões da defesa da autonomia e da autonomia dos Açores, são

sempre boas oportunidades e saudamos, por isso, este debate e esta oportunidade de podermos discutir aquilo que todos entendemos como um progresso e um dado adquirido na nossa vida democrática e na nossa vida comunitária.

A autonomia é por isso (é para nós, sempre foi e sempre temo-lo feito por ser) um processo que não é estático. É um processo dinâmico de permanente evolução e sempre com o intuito de progredirmos na nossa visão da autonomia. Não é por isso um momento que aqui e ali nos lembramos de procurar encontrar motivos para descobrir os fantasmas do centralismo e com isso fazermos crer que defendemos a autonomia e que estamos sempre presentes na sua defesa.

A defesa da autonomia faz-se em todos os momentos em que temos a oportunidade de afirmar as razões pelas quais os Açores e a Região Autónoma da Madeira devem, como muito bem prevê a Constituição, ter autonomias regionais.

A razão da existência das autonomias regionais é o principal moto e motivo que nos move a nós, no PSD, para constantemente podermos mostrar a justificação e as razões históricas deste sistema de governo.

Mas a justificação da autonomia e a sua defesa passa também por conseguirmos nessa demonstração explicar aos nossos concidadãos do continente o porquê de nós, vivendo em ilhas, temos necessidade do nosso auto-governo e das nossas instâncias próprias.

Essa justificação e razão também se vêem por aquilo que são os resultados do governo autonómico. Os resultados do governo autonómico são a melhor forma de demonstrarmos o porquê de vivermos neste sistema...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E então nessa matéria estamos muito bem!

O Orador: ... e o porquê de termos um tão grande ímpeto de todo nós, em comum, sempre que algo de mais agressivo ou se prevê que possa existir qualquer tipo de agressão aos poderes autonómicos.

Mas também não podemos deixar de compreender que há pessoas, e penso que em todo o espectro partidário, que pensam que não se justifica o esforço para manter de alguma forma as regiões autónomas no actual sistema.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só mesmo se for no PSD!

O Orador: Todo o processo democrático tem sido marcado por estes momentos em que há sempre alturas em que as dificuldades por que passa o país, logo alguém tem tendência a virar-se e a procurar nas autonomias um bode expiatório.

Isso são momentos que todos entendemos que devem ser combatidos e, desde o primeiro momento e como sempre, cá estaremos e cá estamos para combater esse tipo de visão.

Mas há algo, como eu disse, que é aquilo que nos serve de melhor argumento. É quando nós podemos mostrar aos nossos concidadãos e ao país que a autonomia deve funcionar, deve existir e tem razões de o ser. Isso faz-se também pelos resultados que apresentamos.

Nos Açores, nos últimos anos, temos recebido avultadas verbas da Comunidade Europeia e das transferências do Estado e temos de alguma forma gasto essas verbas na justificação de que as nossas dificuldades impõem esse gasto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E os senhores ficam tristes, porquê?

O Orador: Recebemos, nos últimos 15 anos, 25 mil milhões de euros a preços constantes da comunidade.

Quando vamos demonstrar os resultados da aplicação desses dinheiros o que encontramos nos Açores infelizmente torna mais difícil a defesa da autonomia em determinados aspectos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não diga uma coisa dessas!

O partido que governa a Madeira fez o que fez, e agora vem para aqui dizer uma coisa dessas!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Isso é uma barbaridade!

O Orador: O que encontramos nos Açores em termos de resultados da aplicação de 25 mil milhões de euros do dinheiro que se gastou nos últimos 15 anos, são 18 mil açorianos que dependem do rendimento social de inserção; são 12 mil açorianos numa taxa de 9,7% (o maior número de açorianos!), que estão no desemprego...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A Madeira é um grande exemplo!

O orador: ... e são 30 mil famílias que estão no limiar da pobreza e que vivem com menos de 540 euros por mês. É esta realidade que não podemos esconder, e que o Partido Socialista e o Governo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O que não se conseguiu esconder foi o buraco do governo da Madeira!

O Orador: ... optam sempre por não falar, que nos leva a procurar sempre formas de podermos defender melhor esta nossa autonomia.

Para defender melhor esta nossa autonomia também temos que falar verdade, que procurar sempre não esconder a verdade dos factos e a verdade daquilo que nos impõe este sistema de Governo. Portanto, estes resultados que são manifestamente maus em termos daquilo que foi o gasto dos 25 mil milhões de euros...

Deputado Berto Messias (PS): O desperdício!

O Orador: ... a preços constantes que a região recebeu, também deve, de alguma forma, preocupar e associar-nos todos a essa preocupação de procurar inverter esta situação.

É natural que num momento de maior dificuldade mais difícil tudo isso se torna. Mas nós cá estamos para procurar lutar para inverter essa situação.

A autonomia também se defende quando procuramos demonstrar também a coesão nas ilhas dos Açores; quando procuramos, de facto, assumir opções políticas que levem a que não haja disparidades tão grandes entre as ilhas dos Açores; em que o processo de desenvolvimento harmónico dos Açores não seja uma utopia, mas seja de facto uma realidade e um processo que não tem propriamente fim. Essa realidade foi infelizmente quebrada nos últimos anos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pela Madeira!

O Orador: Foi infelizmente quebrada, porque o Governo entendeu seguir uma política de divisão das ilhas e de separação daquilo que é o conceito de desenvolvimento harmónico em conceito de ilhas da coesão. Isso não é abonatório de um progresso autonómico e de um desenvolvimento da autonomia.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Como é que se faz?

O Orador: Não é isso que pretendemos quando queremos mostrar o porquê de sermos 9 ilhas e o porquê de, como 9 ilhas, necessitarmos de uma atenção diferente, diferenciada, relativamente às nossas especificidades. Não temos a oportunidade de o fazer, quando dentro de casa não seguimos essa mesma política.

Deputado Cláudio Almeida (*PS*): Muito bem!

O Orador: E não podemos deixar de realçar que estes erros e estes resultados são o maior obstáculo, de facto, à nossa afirmação enquanto Governo dos Açores, enquanto governo autonómico, porque esses obstáculos são o resultado de um insucesso que não podemos esquecer.

Não podemos vir para aqui falar da autonomia e esquecer os Açores. O Sr. Deputado Berto Messias referindo-se a esta questão da defesa da autonomia citou mais vezes o nome da Dra. Berta Cabral do que qualquer outro. É uma preocupação constante que o Partido Socialista tem com a Dra. Berta Cabra. Eu percebo essa preocupação. Nós compreendemos o porquê dessa preocupação. É que o PS sabe que os açorianos apreciam a experiência, a liderança, a capacidade de trabalho, o espírito de sacrifício e o dever de função que a Dra. Berta Cabral inspira nos açorianos.

Deputado Berto Messias (*PS*): Baseado nos maus exemplos que ela nos deu!

O Orador: Esse reconhecimento do PS deixa-os com esse nervosismo todo, deixa-os com essa preocupação e com essa necessidade de em tudo tentar associar o nome da Dra. Berta Cabral.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Citei a Dra. Berta Cabral num conjunto de maus exemplos que ela deu!

O Orador: De facto, infelizmente não é isso que devemos estar aqui para debater. Estamos aqui para nos unir de alguma forma, enquanto parlamento regional, em torno de algo que é maior e é mais do que nós, que é o espírito autonómico e é a defesa da autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não é só falar, é preciso fazer!

O Orador: Essa razão deve levar-nos a que deixemos, como o Sr. Deputado Berto Messias, de ataques, perdoe-me que lhe diga, quase rudimentares e quase deselegantes à líder do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Quais ataques?

O Orador: Na altura que nós queremos e devemos ser uma voz de unísono em defesa da autonomia não vale a pena estarmos com questiúnculas partidárias. Devemos é defender o interesse que é comum e o interesse que é de todos. Essa defesa passa também por conseguirmos demonstrar os resultados da autonomia e os resultados dos investimentos que a União Europeia e o país tem trazido para a região. Esses também não são abonatórios e temos que nos unir e reconhecer. Era bom que o PS reconhecesse, de facto, alguns dos problemas porque nós atravessamos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Reconhecemos!

O Orador: Porque fomos nós que ouvimos nesta casa, em outras circunstâncias, o Sr. Presidente do Governo dizer que a crise não chegaria aos Açores.

Depois passou a: há-de chegar mais tarde e sair mais cedo.

Pois, o que nós infelizmente vamos assistir é que a crise ainda não chegou aos Açores e já estamos numa situação muito pior para suportar as dificuldades que aí vêm, porque esta realidade que nos é dada (ainda este fim-de-semana nos foi dada por alguns jornais e por alguma comunicação social) de pessoas que vivem de restos, de pessoas que vivem situações de pobreza extrema, de grandes dificuldades por que passam grande parte dos açorianos, essas

dificuldades, infelizmente, tendem a agravar-se, porque todos sabemos que a austeridade nos vai tocar também.

Essa suposta almofada que havia nos Açores não existe, porque de facto com ¼ da população a viver no limiar da pobreza, com 18 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção, com 12 mil desempregados, realmente não temos o suporte necessário para aguentar as medidas mais severas e a crise que se vai instalar.

Falam também e têm muita necessidade de demonstrar um determinado rigor das contas públicas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor ainda não está convencido do rigor das contas públicas!

O Orador: Posso, por exemplo, referir em termos de rigor:

Ainda há pouco tempo tivemos a oportunidade, aqui no hospital da Horta, de saber que são feitos orçamentos de 30 milhões de euros e que são feitos contratos programas de 15 milhões todos os anos. Todos os anos os senhores atiram 15 milhões para um buraco.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Sérgio Ávila*): Muito bem! É assim mesmo!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os senhores são os únicos a não reconhecer o rigor das contas públicas!

O Orador: Todos os anos.

Portanto, é este rigor que temos dificuldade em compreender, neste caso, num hospital que tem 28 milhões de euros de dívidas.

Também podia vir para aqui citar destacados membros do Partido Socialista. Ainda há pouco tempo o Sr. ex-Ministro das Finanças Teixeira dos Santos enaltecia medidas destas ou daquelas.

As medidas são todas discutíveis.

Podemos aqui citar quem nós quisermos para defender uma determinada posição, mas não é isso que me interessa na defesa da autonomia.

Em termos da defesa da autonomia interessa que estejamos todos no mesmo barco a lutar para que os Açores possam, de facto, cumprir o seu desígnio autonómico, que é de trazer mais conforto,...

Deputado Berto Messias (PS): Não basta dizer, é preciso fazer!

O Orador: ... melhor qualidade de vida, criação de riqueza e melhor nível de vida para os açorianos. Isso só se consegue quando os senhores, de uma vez por todas, reconhecerem as dificuldades por que atravessamos, não as tentarem pôr debaixo do tapete porque elas estão aí.

São 30 mil famílias que vivem no limiar da pobreza, são 18 mil açorianos que estão no Rendimento Social de Inserção e são 12 mil açorianos que estão no desemprego. Esta realidade não é fruto de 3 meses de Governo de PSD e CDS-PP.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): São números da sua cabeça!

O Orador: Esta realidade é fruto de 16 anos de desgoverno do Partido Socialista. Infelizmente essa realidade não beneficia nada a defesa da autonomia como gostaríamos que beneficiasse. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pediu a palavra ou inscreveu-se normalmente? Inscreveu-se. Muito bem, Sr. Deputado.

Vamos prosseguir. Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Faça favor.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de felicitar o Partido Popular Monárquico, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, por trazer aqui este debate e suscitar este tema hoje nesta casa.

Mas gostaria também de dizer ao Sr. Deputado, de recordar ao Sr. Deputado (não é demais recordar), que o Sr. Deputado é também Presidente do PPM nacional.

Portanto, lançar-lhe o desafio que a nível nacional também faça voz do palco que tem para a defesa da autonomia. Cá e lá! O Sr. Deputado tem a dupla responsabilidade de ser presidente de um Partido nacional com grandes responsabilidades nessa matéria. Gostaria também de ver a sua defesa feita em terras continentais do que é a autonomia.

Gostaria de recordar ao Sr. Deputado que no último plenário, nesta casa, eu defendi e propus até ao governo que fizéssemos uma campanha de esclarecimento nacional sobre as autonomias, sobre as autonomias dos Açores e da Madeira, explicando ao povo continental a diferença entre Açores e entre Madeira. Isso é um grande passo na conquista da credibilidade da autonomia, porque não se pode meter no mesmo saco os Açores e a Madeira em circunstância nenhuma, quer pela sua geografia, quer também pela condução política dos arquipélagos nos últimos anos.

Não é comparável a governação da Madeira à governação dos Açores, com os defeitos que também possa ter. É essa diferença. É isso que temos que alertar e mais do que o povo do continente aos políticos nacionais, aos governantes nacionais que não sabem o que é a autonomia, que desrespeitam a autonomia e os açorianos.

Também já fiz isso a nível nacional, criticando dirigentes do meu próprio partido e lamentando afirmações que eles próprios fazem e que eles próprios acham que se deve ter em relação às autonomias dos Açores e da Madeira, confundindo os Açores com a Madeira.

Deputado Hernâni Jorge (PS): A liderança nacional do PPM não é centralista!

O Orador: Isso não poderemos nunca aceitar porque a credibilidade da autonomia desceu a níveis negativos por um culpado PSD da Madeira. Um culpado!

Vim do continente no domingo à noite. Estive lá e ouvi o que por lá se diz. Ouvi o que infelizmente por lá se diz. E, infelizmente, era também bom

recordar quantos milhares de milhares de milhões, em 33 anos, recebeu a Região Autónoma da Madeira e fazermos comparações, com frontalidade mas com verdade, que são precisas fazer.

É preciso fazer essa campanha nacional e é preciso alertar a nível nacional para isso. Isso tenho-o feito e não me inibo de criticar o meu partido com a responsabilidade que até tenho de ser Vice-Presidente nacional, não me inibo na defesa intransigente dos interesses dos Açores, seja contra quem for, até mesmo, se necessário for.

Deputado Francisco César (PS): Eis um exemplo que os senhores não seguem!

O Orador: Sempre que o CDS dos Açores discordar do Governo da República, cá estaremos para pôr em primeiro lugar os interesses dos Açores, mesmo contra o Governo da República, de que o CDS também faz parte...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, finalmente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É bom!

O Orador: ... legítima e democraticamente, que é coisa que o Sr. Deputado Aníbal Pires se calhar não sabe o que é a democracia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Se quer uma lição sobre autonomia cá estamos!

O Orador: A defesa da autonomia não se faz por ataques agudos de autonomismo. A defesa da autonomia é contínua. É prolongada no tempo. Vem do passado, é no presente e prolonga-se no futuro.

Vozes de alguns da bancada Deputados do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Recordo aqui que não pode haver autonomia com centralismo. Não é compatível. Não pode haver autonomia sem pluralidade democrática.

Deputado Luis Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Não é compatível.

Defendemos nesta casa a Lei Eleitoral que permitiu a esta casa ter pluralidade democrática. Votámos a favor da Lei Eleitoral. Defendemos a Lei Eleitoral para os Açores. Por isso, estão cá, e bem, legitimamente outros partidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Menos o PSD!

O Orador: Defender a autonomia é também defender a pluralidade e a descentralização do poder político e não estar barricado defendendo o centralismo, como muito bem acontece e como bem vemos.

Defender a autonomia é defender o nosso Estatuto, como nós bem o fizemos em 2008, mesmo que para isso tivéssemos que criticar o Presidente da República.

Tivemos que criticar o Presidente da República defendendo os interesses dos Açores, porque o Senhor Presidente da República se pegou em pequenos pormenores, porque o incomodava ouvir os partidos da região autónoma, com assento neste parlamento, para a dissolução deste parlamento.

Defendemos o Estatuto, defendemos a Lei Eleitoral e defendemos a lei das Finanças Regionais, sempre com convicção e sempre a favor dos açorianos.

Foi sempre este o nosso norte e nunca cedemos a pressões nacionais ou partidárias de quem quer que seja.

Somos leais, a nossa primeira responsabilidade é para com os eleitores dos Açores.

Deputado Luis Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Foram eles que nos elegeram e é só a eles que nós devemos justificações. A mais ninguém.

Gostaria ainda de cumprimentar os senhores líderes partidários dos grupos parlamentares que participaram neste debate, o Líder Parlamentar do PS, da Representação do PCP, do Bloco de Esquerda presumo que será Sra. Deputada Zuraida Soares, o Líder Parlamentar do PPM e também o esforço do Sr. Deputado, que muito considero, João Bruto da Costa, já que foi o destacado para defender este assunto importante da autonomia. Parece que não importa muito ao seu líder parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Está em campanha!

Deputado José San-Bento (PS): A especialidade dele é pedir intervalos!

Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria também de participar e dar um contributo para este nosso debate sobre a estratégia de defesa do processo autonómico que foi posto na nossa agenda parlamentar pelo PPM, mas são inevitáveis duas notas prévias antes de entrar propriamente no conteúdo essencial.

A primeira, o Sr. Deputado Artur Lima já fez o favor de lembrar a esta câmara, é que o Governo da República é um governo de coligação que integra PSD e CDS.

Eu estranho muito, cada vez que se fala do Governo da República, a bancada do Partido Socialista dirige-se ao PSD e esquece que há um outro partido, para o bem e para o mal, que integra aquela coligação. Apenas uma nota de roda pé.

A segunda nota prévia que também é inevitável é que depois de ouvir o Sr. Deputado Berto Messias avaliar e fazer, enfim, um comentário que eu subscrevo sobre o Orçamento de Estado e sobre as medidas de austeridade e de enterro do nosso povo, preconizadas pelo Governo da República, só há uma conclusão a tirar: o Partido Socialista vai votar contra o Orçamento de Estado, porque ele configura uma troika mais e não o acordo da troika, o que é uma boa notícia logo pela manhã de terça-feira.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Tó Zé não é capaz!

A Oradora: Quanto à matéria propriamente dita da estratégia de defesa da nossa autonomia que, sim, não tenhamos dúvidas, está sob ataque e está sob ameaça, eu quero apenas lembrar, Sras. e Srs. Deputados, que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa deu-se ao trabalho de vir convidado,...

Deputado Mark Marques (PSD): Ao trabalho não! Não foi ao trabalho!

A Oradora: ... e muito bem, de Lisboa a Ponta Delgada, para nos dizer duas coisas fantásticas: primeiro, não há alternativa a nenhuma das medidas de austeridade; segundo, a crise pode derrubar a autonomia regional.

É extraordinário que o senhor tenha que vir aqui dar estas boas notícias, não trazendo nenhuma outra palavra no sentido de dizer que a crise só pode derrubar a autonomia regional, porque ela é e está a ser aproveitada por um governo centralista, por um governo que não tem nenhum respeito por aquilo que as autonomias representam ao nível da nossa Constituição, exactamente para a atacar e para a pôr sob suspeição.

Valia a pena que o Sr. Prof.º, sábio máximo da nossa cultura nacional, tivesse dito alguma coisa deste género.

Quanto à estratégia de defesa, o BE volta a trazer a esta casa três propostas e três perguntas, no sentido do debate. A primeira é directamente para o Sr. Vice-Presidente e chama-se Protocolo de Cooperação e Entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Outra vez, Sra. Deputada! Já dissemos isso!

A Oradora: De acordo com o governo é um dos instrumentos de defesa da autonomia, face ao ataque a que está a ser sujeita.

Eu tenho que voltar a dizer ao Sr. Vice-Presidente que já passou praticamente um mês desde o último nosso plenário e nós, esta câmara, os açorianos e açorianas, continuamos sem saber uma linha desse célebre protocolo que está paulatinamente a ser constituído e elaborado, mas que toda a gente desconhece. Deixe-me dizer-lhe uma coisa Sr. Vice-Presidente: ganharia a defesa da autonomia se o governo convocasse esta câmara a com ele lutar nessa defesa e na elaboração desse protocolo.

Portanto, quando o governo sonega a esta câmara o conhecimento dos trâmites desse protocolo está a retirar força, quanto a nós, Bloco de Esquerda, à defesa da autonomia.

Outra estratégia: a Lei de Finanças Regionais vai ser alterada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vai!

A Oradora: Vai. Vai ser alterada. É outra boa notícia que o Sr. Profº Marcelo Rebelo de Sousa, que vem lá dos corredores do poder, nos traz.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Calma! O senhor Marcelo ainda não manda no País!

A Oradora: O Sr. Ministro das Finanças já o disse e assim está escrito no Memorando da Troika por acaso. Está lá muito bem escrito que a Lei das Finanças Regionais, tal como a Lei de Finanças Locais, tem que ser alterada.

Que fique registado que o Bloco de Esquerda sabe e diz que a Lei de Finanças Regionais vai ser alterada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Isso é um segredo!

A Oradora: Sabemos todos, só que uns querem neste momento fazer de conta que não é isto que está na agenda.

Convém! Mas nós assumimos que é isso que tem sido dito pelos altos responsáveis nacionais e não andamos a brincar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esse é o segredo que o CDS/PP não sabe!

A Oradora: Portanto, se vai ser revista, se a Lei de Finanças Regionais tem que ser revista, o Bloco de Esquerda insiste: este é o momento de reivindicarmos, de exigirmos uma Lei de Finanças específica para os Açores.

Martim Luther King disse um dia e tem muita razão quando disse: “é sempre o momento certo para fazer aquilo que está certo”.

E aquilo que está certo, na eventualidade de uma revisão desta lei, é exigirmos uma lei específica para a nossa região...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vinda!

A Oradora: ... não só pelas diferenças endógenas entre uma região autónoma e outra, não só pelas diferenças do seu desenvolvimento económico, a distância do continente, a dispersão territorial, a natureza da sua insularidade, não só por isso, mas por uma coisinha muito importante, é que os Açores tem cumprido os compromissos e a lei: os compromissos estabelecidos com a República e a lei a que está obrigado, nomeadamente os limites de endividamento.

A Madeira não tem.

Portanto, estas duas regiões não podem ser tratadas da mesma maneira.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

A Oradora: Isto chama-se justiça e reconhecimento da verdade. Depois outra estratégia de defesa da autonomia, chama-se recapitalização da Caixa Geral de Depósitos.

Deputado Francisco César (PS): E ainda bem!

A Oradora: Eu gostaria de me dirigir ao segundo de Paulo Portas, como o Sr. Deputado Artur Lima é representado na imprensa nacional, para lhe pedir uma especial influência, já não só no sentido desta recapitalização, porque é uma urgência, mas no sentido do cumprimento de uma promessa eleitoral do Dr. Paulo Portas, que era a recapitalização da Caixa para a transformar num banco de fomento.

Há dinheiro, Sras. e Srs. deputados! Há dinheiro!

O dinheiro mais barato que neste momento temos é o dinheiro da Troika e a Troika, através do orçamento rectificativo há pouco tempo aprovado, pôs 12 mil milhões nas mãos do Governo da República para entregar à banca, mas a banca não quer. A banca quer outra coisa.

Então se a banca não quer, a Caixa Geral de Depósitos precisa, porque precisam as nossas empresas, precisam as nossas famílias e até precisa o Governo Regional.

Portanto, esta é outra estratégia de defesa da autonomia.

Depois, e aqui eu tenho que me dirigir directamente ao Sr. Deputado Bruto da Costa, subscrevendo algumas das críticas e das insuficiências constatadas na governação do Partido Socialista, tenho que lhe dizer, Sr. Deputado, o seguinte: é que não se defende a autonomia atacando seja qual for o Governo que a executa.

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: Quando atacamos o governo e com isso dizemos este governo fragiliza as autonomias, as autonomias não podem ser fragilizadas por nenhum governo. Nem por este nem, por outro qualquer, por uma razão simples: estão na Constituição.

São uma conquista de Abril que nenhum Victor Gaspar e nenhum governo da coligação da República pode retirar a este país.

Gostaria de chamar a atenção a algumas das elencagens já feitas por sucessivos deputados, nomeadamente pelo proponente, das provas concretas, dos ataquezinhos soezes à autonomia que têm vindo em crescendo e que têm um

objectivo em vista à conta da Madeira, à conta da insensatez, da loucura da Madeira.

Também a insensatez e a loucura de Alberto João Jardim não pode ser o pretexto para o ataque às autonomias.

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Isso é uma contradição

A Oradora: O que vale para os Açores também vale para a Madeira.

A autonomia não está de maneira nenhuma a confundir-se, não pode ser confundida nem pelos Albertos João Jardins deste país,...

Deputado João Costa (PSD): Nem com nenhum governo!

A Oradora: ... nem com nenhum outro governo, Sr. Deputado.

Por isso, quando atacamos uma coisa dizendo que fragiliza a outra estamos a prestar um mau serviço à autonomia.

Acrescento aos tais sinais que já aqui foram identificados mais dois ou três que vale a pena nós trazermos à nossa memória:

Primeiro, o facto das contratações nas regiões autónomas e, portanto, nos Açores também, terem que passar duas vezes pelo crivo do Ministro das Finanças...

Deputado Francisco César (PS): Não passa!

A Oradora: ...e serem inspeccionadas de 3 em 3 meses.

Só se o Protocolo de Cooperação e Entendimento diz outra coisa...

Deputado Francisco César (PS): É a Constituição!

A Oradora: ... mas então os senhores conhecem aquilo que as outras bancadas não conhecem, o que não é um bom pronúncio.

O que está escrito é isto...

Deputado Francisco César (PS): É inconstitucional!

A Oradora: Ah, pois é! O que não é inconstitucional no nosso país! Mas é o que o Sr. Ministro Victor Gaspar quer. É preciso dizer ao Sr. Ministro Victor Gaspar, desta câmara, que as autonomias não são uma tutela. As autonomias não têm que ser tuteladas por nenhum Victor Gaspar neste país, nem por nenhum governo.

As autonomias são um contrato, claro e transparente, estabelecido com o Governo da República que é preciso cumprir...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): É inconstitucional!

A Oradora: ... sem tutela, porque a tutela é exactamente o contrário daquilo que quer dizer autonomia, porque a tutela não tem nada a ver com a democracia. A tutela tem a ver é com centralismo e com obediência. Isso é tudo menos aquilo que nós queremos para a nossa autonomia.

Lembrar também as dívidas às autarquias dos Açores pelas transferências dos 5% de IRS que continuam não só em dívida...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já não está resolvido?

A Oradora: ... como agora temos uma promessa: é que vai ser mesmo assim e a ilegalidade até agora vai ser transformada em legalidade, que também é isto que o Governo da República quer.

Lembrar a perda das receitas geradas na região e lembrar também, e aqui ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que a luta contra o centralismo não pode ser feita dizendo que o Estado escusa de cumprir as obrigações que tem para com esta região, que cá está o Governo Regional, este ou outro qualquer, para substituir o Estado. Isso é a pior maneira de defender seja que autonomia for.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

A Oradora: Defender a autonomia, Sr. deputado Paulo Estêvão, é obrigar o Estado a cumprir aquilo que está escrito na lei...

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: ... porque estamos num Estado de direito.

Não é substituí-lo. É obrigá-lo a cumprir aquilo que tem que cumprir.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Já lá vou!

A Orador: Finalmente, já que estamos todos aqui a comprometermo-nos com influenciar os nossos partidos a nível nacional, todas as influencias serão bem-vindas no sentido de defendermos a nossa autonomia, mas há uma que vale a pena nós influenciarmos, para defendermos já não só a autonomia, mas o povo português, que é insistir e lembrar este governo que quanto mais pobre for a

economia, mais incapaz ela é de responder ao problema da dívida, por uma razão simples: nenhum morto paga dívidas. Muito obrigado.

Deputado Mário Moniz (BE) e Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer o nosso intervalo de meia hora. Retomamos os nossos trabalhos às 12:00 horas. Até já.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente. Srs. Deputados, agradeçia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eram 12 horas e 05 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu centrei a minha intervenção inicial em três pontos:

O primeiro, a identificação da vulnerabilidade do ponto de vista económico. Essa vulnerabilidade e essa dependência do exterior evidentemente que fragiliza a situação política dos Açores e a autonomia açoriana, porque não temos uma base de sustentação económica muito alargada.

Somos, aliás, altamente dependentes das verbas do exterior e isso é uma vulnerabilidade da economia e da autonomia açoriana que urge corrigir e só se pode corrigir se tivermos políticas eficazes de crescimento económico.

Essa foi a primeira preocupação que trouxe a este debate.

O segundo ponto tem a ver com a necessidade de aumentar a preocupação cívica dos açorianos no âmbito do funcionamento político da autonomia.

Essa participação tem vindo a diminuir. Estou preocupado com a abstenção e estou muito preocupado na medida em que essas pessoas não participarem

nesta construção colectiva que é a autonomia, evidentemente que a nossa instituição, a nossa autonomia, é também ela mais vulnerável.

O terceiro ponto do discurso teve a ver com a identificação de políticas de identidades que são fundamentais. É fundamental o crescimento económico, mas também é fundamental que políticas de identidade açoriana sejam implementadas com coragem na região autónoma.

Foram esses os três pontos que referenciei e que depois desdobrei em diversas análises.

Respondendo a algumas das questões que foram colocadas neste âmbito, importa referir, por exemplo, em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares, que a senhora na sua intervenção estava mais zangada que o costume com a Madeira.

Porque será?

Eu notei uma certa animosidade. Senti que a Sra. Deputada estava muito zangada em relação à situação da Madeira.

Não será por causa dos resultados eleitorais e pelo facto do Bloco de Esquerda ter deixado de pertencer ao parlamento?

Deputada Zuraida Soares (BE): Que tristeza!

Deputado Aníbal Pires (PCP): O que é que isso tem a ver?

O Orador: Não terá nada a ver, mas é verdade.

Notei essa predisposição, Sra. Deputada. Posso estar enganado, mas notei isso.

Também notei que temos posições diferentes em relação a duas questões fundamentais: a Lei das Finanças Regionais e aquelas que são as obrigações do Estado na Região Autónoma dos Açores.

Em relação à Lei das Finanças Regionais quero dizer que aqui temos uma discordância, Sra. Deputada. Eu considero que este não é o melhor momento para abrir um processo negocial em relação à Lei das Finanças Regionais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas quem é que vai abrir? Quem vai abrir é o Governo da República!

O Orador: Oiça!

Com o país falido, a Sra. Deputada espera conseguir obter melhores condições?
Com a situação económica que estamos a viver acha que é o melhor momento para negociar qualquer coisa com o Estado?

Eu dava-me como muito contente e feliz se conseguíssemos preservar aquilo que temos.

Abrir um processo negocial com o Estado, neste momento é, digo-lhe já Sra. Deputada, um suicídio...

Deputada Zuraída Soares (BE): Diga isso ao Primeiro-Ministro! Mande-lhe um *fax!*

O Orador: ... como suicida foi a sua proposta nesse sentido.

Eu considero que não é o melhor momento, não é a melhor conjuntura.

Obviamente, uma negociação com o Estado nestas condições de falência ou de pré-falência, de facto, não é a melhor conjuntura.

Em relação à segunda questão, as obrigações do Estado na Região Autónoma dos Açores, quero dizer-lhe o seguinte:

Se aplicássemos esse seu raciocínio noutras áreas que não a televisão, por exemplo, ou a polícia regional, vamos aplicar o mesmo raciocínio do Estado ter um conjunto de obrigações na área da educação. Pagava a educação e tinha essas obrigações. Isto é autonomia?

Ou na área da saúde. O Estado passava, através do Estatuto e da Constituição, a ter a responsabilidade de financiar o sistema de saúde regional e geria-o também. Acha que isso é autonomia?

Portanto, o que considero é que neste momento o que é essencial é aumentar as áreas em que a autonomia é exercida por parte dos açorianos (somos nós a gerir), o que não significa, e é completamente diferente, que seja a região a pagar. Uma coisa é que a região assuma a responsabilidade de gestão, outra coisa é que seja a região a pagar.

Em algumas das áreas que acabei de elencar continuaria a ser o Estado a ter a responsabilidade de financiar. A região é que passaria a gerir, porque o princípio autonómico é que nós, devido à proximidade, devido à legitimidade directa que temos que resulta do voto das populações, temos melhores

condições para gerir os assuntos públicos que nos dizem respeito. Este é o essencial da autonomia.

Portanto, nesse sentido, Sra. Deputada, não confunda pagamento com gestão destas áreas.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Berto Messias é difícil dizer alguma coisa ou comentar seja o que for sobre a intervenção, porque a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias foi: PSD... PSD... PSD... PSD... PSD. Costuma ser 80%! Agora foi 98% a falar do PSD num debate sobre a autonomia.

Deixe que lhe diga que não considero esse comportamento adequado. Em princípio deveríamos falar das nossas preocupações em relação à região e não levar o tempo todo a falar no PSD, no PSD, no PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Para fazer essa análise é porque estava desatento à minha intervenção!

O Orador: O Sr. Deputado instrumentalizou este debate para efectuar um ataque partidário ao Partido Social Democrata.

Deputado Berto Messias (PS): Vai ficar no diário das sessões!

O Orador: Portanto, nesse sentido eu considero que de alguma forma desrespeitou o debate que estávamos aqui a efectuar sobre aquelas que são matérias do interesse regional. Nesse sentido, o Sr. deputado desrespeitou o debate.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não vai pedir um intervalo? Vai?

Deputado Berto Messias (PS): Nunca desrespeitei nenhum debate nesta casa. Essa é uma afirmação infundada!

O Orador: Desrespeitou o debate!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estamos a ficar ofendidos!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma acusação completamente desadequada!

Presidente: Vamos continuar Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor.

O Orador: Desrespeitou no sentido de não se centrar no tema em que se deveria ter centrado. Mais nada!

Deputado Berto Messias (PS): Não desrespeitei nada!

O Orador: Sr. Deputado deixe-me falar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fale!

O Orador: Portanto é esta crítica que lhe queria fazer. O Sr. Deputado pode concordar ou não, mas deixe-me ter a oportunidade de lhe poder dizer isto. Isto é que é a democracia, lhe poder dizer que de facto eu acho que não agiu de uma forma correcta em relação ao debate.

Deputado Berto Messias (PS): Uma forma desadequada e deselegante!

O Orador: Sr. Deputado, também quero dizer-lhe o seguinte: é que essa atitude de crítica constante ao PSD demonstra que os Srs. estão nervosos e que não confiam na nova candidatura à liderança da região por parte do Partido Socialista.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é que não confia!

O Orador: Os senhores estão nervosos. A única conclusão que posso extrair do seu discurso é um grande, grande nervosismo e a necessidade de atacar gratuitamente o Partido Social Democrata.

Deputado Berto Messias (PS): Quem ouviu o meu discurso e ouvir o senhor vai pensar que a sua intervenção é esotérica!

O Orador: Gostaria também de terminar esta intervenção respondendo ao desafio que me foi lançado pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Dizer-lhe que o PPM nacional é solidário com aquelas que são as políticas que temos defendido aqui nos Açores. Aliás, o facto de o partido ter confiado a alguém que reside na ilha do Corvo uma liderança nacional do partido, acho que é um exemplo para todas as forças políticas e é algo que eu tenho a agradecer aos militantes do meu partido, aos militantes do Partido Popular Monárquico.

Nesse sentido obviamente que o partido está identificado com aquilo que nós temos vindo a defender. Espero estar à altura da confiança que as pessoas

depositaram em mim e poder fazer realmente crescer o partido. Eu sei que é um partido pequeno, não é muito representativo.

Eu estou a tentar que seja mais representativo, que tenha mais influência. Temos a influência que temos. Temos a história que temos. É um partido prestigiado. É um dos únicos 4 partidos que já governou em Portugal, mas só até 1983. Portanto, não temos responsabilidades nos últimos anos da governação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Bons tempos!

O Orador: Mas no período constitucional, e é a isso que me estou a referir, só 4 partidos é que governaram Portugal e tiveram responsabilidades governativas. O PCP teve responsabilidades governativas, mas foi antes do período constitucional.

Nesse sentido o PPM é um partido prestigiado, é um partido que dá o seu contributo à autonomia e eu tenho muito orgulho, vivendo na ilha do Corvo, de ser seu presidente.

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de salientar a oportunidade do tema trazido a debate pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Em segundo lugar, salientar que apesar evidentemente de divergências de carácter ideológico naturais, de algumas divergências de interpretação entre os líderes parlamentares que usaram da palavra neste debate criou-se um consenso sobre aquilo que é fundamental, esquecendo as diferenças e procurando unir esforços naquilo que é essencial e estrutural na defesa dos Açores.

Lamentavelmente assistimos à ausência do líder parlamentar do PSD deste debate, ou pela falta de relevância da matéria, ou porque considerou que não tinha nada a acrescentar a este mesmo debate.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: No entanto, e apesar dessa ausência, foi substituída e fez o seu melhor o Sr. Deputado João Bruto da Costa directamente da terceira fila.

Neste contexto gostaria de dizer ao Sr. Deputado que acho que só há aqui um partido que não percebeu o que é que está em causa nesta matéria. O que está em causa aqui é uma defesa objectiva das autonomias.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É procurarmos unir esforços contra o inimigo comum, que é o centralismo e a defesa de conceitos anti-autonómicos que existem nestas matérias, motivados pelo estado calamitoso da Madeira ressurgiram.

Por isso, é bem mais importante unirmos naquilo que é fundamental, que nos dividirmos naquilo que não é essencial.

Esta foi a lição tirada deste debate com o contributo do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda, do PP e do PPM. Infelizmente O PSD ainda não, e temos esperanças que um dia aconteça, se juntou a este espírito e a este objectivo.

Sr. Deputado João Bruto da Costa não é um contributo para esta causa, para esta matéria, dizer, como o senhor referiu (aliás na sequência do que a líder do seu partido disse recentemente) que os Açores não aproveitaram bem os recursos que estavam disponíveis. Dizer isso é criar condições para que sejam retirados recursos da região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Este é o momento para defendermos, independentemente de termos opiniões diferentes sobre as opções estratégicas, a vitalidade, os valores e as razões da existência da autonomia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Aliás, se isso já seria fundamental, mas importante ainda é quando aquilo que disse não corresponde à realidade.

Lembro, para qualquer centralista, para qualquer pessoa, no dia em que puser em causa os recursos que são atribuídos às regiões e no caso concreto aos Açores, só estes factos que o senhor omitiu e que aliás a sua líder disse o contrário recentemente:

Só nos últimos 15 anos os Açores convergiram 15 pontos percentuais para a média da União Europeia, ou seja, nos últimos 15 anos os Açores cresceram mais 15 pontos percentuais do que o conjunto dos 27 países da União Europeia.

No mesmo período os Açores cresceram mais 16 pontos percentuais que a média do país. Isto é, em 1995, por exemplo, tínhamos menos 15 pontos percentuais em termos de actividade económica e de rendimento do que o país. Neste momento temos apenas menos 3. Nos últimos 15 anos, o dinheiro que foi distribuído, quer por fundos comunitários, quer por transferências do Orçamento de Estado, fez com que nós conseguíssemos crescer mais que a Europa, crescer mais que o país.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é um valor fundamental da nossa autonomia. Isso é uma razão essencial para continuarmos a defender a afectação de recursos aos Açores, não só porque são justos, mas porque aplicamos correctamente esses recursos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Esses recursos têm feito com que os Açores cresçam mais que o país e os Açores cresçam mais que a Europa. Por isso devemos, por essa via, reivindicar cada vez mais recursos para a região que são bem aplicados.

No momento em que essa questão está a ser discutida vem, primeiro, a líder do PSD dizer uma coisa que é falso. Disse recentemente que os Açores cresciam menos que a Europa. Isso é falso e tem que ser totalmente rejeitado,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Acho que foi sem querer!

O Orador: ... porque só nos últimos 3 anos, de 2007 para 2009, os Açores cresceram mais 6 pontos percentuais que a média da União Europeia.

Para além do equilíbrio demonstrado por todas as nossas finanças públicas, para além como foi dito pelos deputados de diversos partidos, os Açores não terem contribuído para o deficit público, para a dívida pública, além desta questão, é bom introduzir neste debate que os Açores aplicaram bem os recursos que lhe foram disponibilizados, porque conseguiram crescer mais que o país e mais que a Europa.

Secretário Regional da Economia (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Este é um património fundamental que também nos deve unir a todos em defesa da autonomia. Aquilo que foi a declaração do Sr. Deputado João Bruto da Costa não foi um contributo para a defesa da autonomia.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Foi um contributo usando números errados...

Deputado João Costa (*PSD*): Quais?

O Orador: ... para que os centralistas possam questionar a aplicação de recursos. Mais uma vez não serviram os Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Tenho que vos dizer, aliás como o próprio Orçamento de Estado demonstrou, ontem apresentado em matérias que são essenciais, que temos felizmente a credibilidade, o prestígio e a razão para reivindicarmos e para obtermos, na matéria do âmbito do cumprimento da Lei de Finanças Regionais, no que concerne às transferências, os montantes que nos eram devidos.

Conseguimos, apesar das restrições do país, manter o montante de transferências que tínhamos direito pela Lei de Finanças Regionais. Isso demonstra o prestígio, demonstra a razão da Região Autónoma dos Açores.

Terceiro aspecto essencial que gostaria aqui de salientar.

Evidentemente que todos temos consciência de que as medidas tomadas são medidas que vão afectar a economia, vão afectar o rendimento das famílias e vão criar situações que, dentro das nossas competências autonómicas e dentro dos nossos recursos disponíveis, tudo faremos para apoiar as famílias e as empresas minimizando os seus efeitos.

Temos consciência que o desemprego irá continuar a crescer nos Açores durante o ano de 2011, mas também temos a confiança e pensamos ter capacidade para já em 2012 começar a reduzir a taxa de desemprego nos Açores e inverter a tendência de crescimento que se irá verificar até ao final deste ano.

É um desafio também importante que devemos convocar todos e o plano e orçamento que estamos a trabalhar tem esse objectivo também de, tendo

consciência de que o desemprego irá continuar a crescer este ano, possamos, a partir do início de 2012, reduzir a taxa de desemprego nos Açores.

Para isso é necessário que aconteça o que aconteceu aqui hoje, por parte da grande maioria das bancadas parlamentares. Defender primeiro os Açores, a seguir os Açores e a seguir os Açores.

E isso, permitam-me que vos diga, foi aquilo que une o PPM, o PP, o BE, o PCP e o PS e o Governo. Espero que aqueles que ainda não compreenderam a urgência e a emergência desta atitude um dia o venham a fazer a bem dos Açores. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Gasto 1 minuto, Sr. Presidente.

Serei muito breve. Apenas para me referir às afirmações que foram feitas sobre a forma e o registo que tive em atacar a Sra. Presidente do PSD/Açores. Devo dizer que não é meu timbre, nunca foi nem será, fazer qualquer tipo de ataque deselegante ou pessoal.

Fiz, e continuarei a fazer, a constatação de factos políticos, a observação e a constatação de questões políticas e de discordâncias ideológicas e políticas sobre aquela que tem sido a acção da presidente do maior partido da oposição nos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não me preocupa absolutamente nada, nem a mim, nem a nenhum dos meus colegas, aquilo que faz ou que deixa de fazer a Dra. Berta Cabral.

(Risos do Deputado João Costa)

Mas preocupa-me, enquanto agente do sistema político dos Açores, que a presidente do maior partido da oposição viva ajoelhada perante os interesses dos partidos a nível nacional.

Muito obrigado.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado! Não corresponde à verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares. Tem 1 minuto. Faça favor.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas esclarecer algumas das afirmações que fiz e que comprovadamente foram mal entendidas.

A primeira, porque a considero grave, é a minha animosidade para com a Madeira, nas palavras do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Eu quero deixar bem claro que não tenho nenhuma animosidade com a Madeira e muito menos com o povo madeirense. Agora eu tenho toda a animosidade por quem é responsável por uma aventura de betão e de corrupção, que se transformou num pesadelo colectivo. Quer isto dizer que a animosidade não é minha. É de todos os portugueses e portuguesas, incluindo também os açorianos, que vão ter que pagar esta aventura de betão e de corrupção e que não têm nada em troca.

Portanto, a animosidade é para com as políticas, para com a irresponsabilidade, para com a insensatez e para com a ilegalidade que tem sido, ano após ano, praticada naquela região por um senhor chamado Alberto João Jardim, com a complacência e com o olhar para o lado de sucessivos governos e de sucessivos Presidentes da República.

Nada contra a Madeira! Tudo contra Alberto João Jardim!

Lei de Finanças Regionais:

O BE não quer mexer na Lei de Finanças Regionais, mas se vão mexer (e se o Sr. Deputado diz que conhece tão bem o Memorando da Troika, já o leu tantas vezes; no mínimo está lá escrito três vezes: rever a Lei de Finanças Regionais)

se ela vai ser revista, os Açores tem uma palavra a dizer sobre essa revisão. A nossa proposta é: lei para os Açores diferente da Madeira.

Para terminar, Sr. Deputado, os cidadãos desta região são tão de primeira d'água quanto os cidadãos do continente e da Madeira. Nem mais nem menos. E aquilo que é gratuito e pago pelo Estado para os cidadãos do continente tem que ser gratuito e pago pelo Estado para os cidadãos dos Açores. Nem mais nem menos!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por fazer também aqui uma alusão à questão da Madeira que de facto tem estado demasiado presente nas discussões no nosso Parlamento.

Deputado João Costa (PSD): O senhor não se esforça nada para isso!

O Orador: De facto, eu julgo que os percursos autonómicos são diferentes em termos do quadro político. A Madeira fez determinadas opções, os Açores fizeram outras.

Relativamente à governação e à gestão das finanças públicas não tem nenhuma comparação, julgo até que será dispensável a tal campanha de esclarecimento sobre esta questão que o CDS legitimamente propõe.

Agora, de facto, não tem comparação, porque houve desmandos na governação e quem governa a Madeira tem, ao longo destes anos, sofrido de uma impunidade por aquilo que diz e por aquilo que faz. Essa impunidade tem tido a conivência dos Governos da República e dos próprios Presidentes da República.

Julgo que teremos que ter também algum cuidado na abordagem que fazemos a esta questão, até porque mais importante do que quem governa a Madeira, mais importante do que isso, é o bem-estar e a qualidade de vida do povo madeirense. Portanto, julgo que devemos ter algum cuidado nesta discussão.

Quanto ao debate que estamos aqui a ter, aquilo que considero que é um ataque à autonomia, na minha opinião e tenho vindo a afirmar, a maior ofensiva de

que há memória ao projecto autonómico (até por isto, até porque as autonomias regionais, a autonomia constitucional é um projecto político nacional, foi a resposta encontrada pela Revolução de Abril e consagrado constitucionalmente, relativamente aos anseios de autonomia dos povos insulares) é aquilo que se tem verificado nos últimos tempos: um abandono do projecto autonómico enquanto projecto político nacional.

Vejamos aqui alguns sinais. Desde logo, e recorrendo-me ao Memorando de Entendimento, a imposição da diferenciação fiscal e a consequente alteração à Lei das Finanças Regionais.

Depois, o ataque à autonomia por via da RTP/Açores quando se pretende impor a diminuição de emissão e da produção para 4 horas diárias.

Mas ainda um outro exemplo. A afectação das receitas que decorrem do imposto extraordinário, vulgo roubo do 13.º mês, que por direito próprio são receitas da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira mas que, entretanto, o Governo da República, o Governo do PSD e do CDS-PP, arrecadam como suas, fazendo tábua rasa do quadro legal que estabelece o relacionamento financeiro entre a região e o Estado.

Estes são sinais que já vêm a verificar-se e que todos nós temos consciência deles. Mas se tudo isto não bastasse, bastaria agora olhar para o Orçamento de Estado para verificar o quanto se está a aprofundar o ataque às autonomias.

Não vou ser exaustivo e nem sequer vou referir a diminuição dos 4,7% de 6 milhões de euros, que decorrem até de um facto positivo que tem a ver com o crescimento da região e com termos atingido ou ultrapassado aquilo que está estabelecido para o objectivo 1.

No entanto, quero aqui afirmar a posição do PCP relativamente a esta questão. Os constrangimentos ao nosso crescimento e ao nosso desenvolvimento são permanentes. Só se consegue crescer, só se consegue desenvolvimento ...

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar Sr. Presidente.

Se os constrangimentos são permanentes, os apoios têm e devem ser também permanentes.

Vou, entretanto, e para acabar Sr. Presidente, fazer aqui referência apenas a duas questões do Orçamento Geral do Estado e que têm a ver com o seguinte: a introdução no artigo 7.º, no ponto 3, que diz a determinada altura: “podem, em situações excepcionais e transitórias, ser estabelecidas por lei limites à prática de actos pelos órgãos próprios das regiões autónomas que determinem a assumpção de encargos financeiros com impacto a nível do défice público”. Depois descreve-os.

Mas com que autoridade é que o Governo da República vem limitar os actos próprios, através da Lei do Orçamento, dos órgãos próprios das regiões autónomas?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não é o artigo 7?

O Orador: Não é? Depois veremos isso melhor, Sr. Vice-Presidente.

Deputado João Costa (PSD): Depois dá-lhe o artigo certo!

O Orador: E a norma interpretativa que deduz às transferências para as regiões autónomas da participação variável de 5% no IRS.

Como é que uma norma interpretativa se sobrepõe a uma lei de valor reforçado?

A estas perguntas eu gostaria de ouvir uma resposta da bancada do PSD e do CDS-PP e qual é que vai ser o posicionamento do PSD e do CDS nos Açores relativamente a estas questões, porque elas enformam de facto uma grave ofensiva ao adquirido autonómico. Muito obrigado Sr. Presidente e agradeço a sua paciência.

Presidente: Vamos continuar.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima agradeço as suas palavras, se bem que não compreenda a crítica que aliás foi acompanhada ali pelo Sr. Vice-Presidente.

Sr. Vice-Presidente eu queria dizer-lhe uma coisa: nesta bancada os deputados são todos iguais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos do Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não há diferenciação da primeira para a última fila. Somos todos iguais, merecemos todos a mesma dignidade e o mesmo respeito.

Ficámos foi infelizmente a saber que para V. Exas e para o Governo Regional os Deputados da terceira fila do PS... Bom o senhor é que os qualificou.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Há aí uns que nunca saem da 1.º fila!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Naturalmente V. Exa está mais preocupado com a segunda fila do Governo. Eu compreendo!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente diz também que devemos defender a região em quaisquer circunstâncias.

Sr. Vice-Presidente, a melhor defesa da região é falando a verdade. É não escondendo, é dizendo exactamente o que se passa e aquilo que é a nossa realidade. Essa é a melhor defesa da região!

Deputado Berto Messias (PS): Sustentada em números falsos!

O Orador: Não é criando surpresas.

Aliás, se falássemos sempre a verdade, os senhores não vinham dizer que é o PSD que põe em causa os vossos números.

Deputado Berto Messias (PSD): Como é que é?

O Orador: São os senhores que põem em causa os vossos números. Veja-se agora o que aconteceu com a SPRI.

Veja-se estes despachos e o que aconteceu com a SPRI, despachos de Dezembro de 2010, publicados em Outubro de 2011.

Olhe, por exemplo, o senhor podia dizer também a verdade em relação à dívida da SPRI. Por que é que não diz que a dívida SPRI, a longo prazo, são 126.975.714 euros (cento e vinte e seis milhões novecentos e setenta e cinco mil setecentos e catorze euros)?

Por que é que não diz que a curto prazo são 49.220.583,86 euros (quarenta e nove milhões duzentos e vinte mil quinhentos oitenta e três euros e oitenta e seis cêntimos).

Por que é que não diz a verdade, Sr. Vice-Presidente?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como é que a gente sabe isso?

Deputado Francisco César (PS): E o candidato ao Governo do PSD, já sabem?

O Orador: Se disser a verdade não põe em causa o normal funcionamento da autonomia. Isso é que é defender a autonomia, é dizer a verdade.

O senhor falou também da questão do PIB. O PIB per capita nos Açores em 2008 era 15.200 euros.

Tem piada! Em 2009 era 15.100.

Em relação ao PIB dizíamos também ter em conta a questão da adesão dos novos Estados membros à Comunidade e os resultados estatísticos que daí derivaram em relação ao PIB.

Antes de 1995 crescíamos em média 1,5% ao ano. Desde 95 passamos a crescer 1% ao ano.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Afinal crescemos ou não?

Deputado Berto Messias (PS): Mas crescemos ou não? O Sr. Duarte Freitas tem de fazer qualquer coisa!

O Orador: Está aí algo que o senhor certamente gostaria de explicar.

E mais, da verdade. Ainda outro dia ouvimos o Sr. Presidente do Governo a dizer na televisão que aqui paga-se a 21 dias. Pois eu digo claramente que isso

não é verdade. Não é verdade! Os senhores sabem perfeitamente, e os fornecedores nos Açores sabem, quem é que está a falar verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Ouça o que disse o Dr. Durão Barroso!

O Orador: Sabem perfeitamente que os senhores andam a pedir a fornecedores para adiar a entrega de facturas. Os senhores andam a pedir esse adiamento.

Deputado Berto Messias (PS): Ouça o que disse o Dr. Durão Barroso!

O Orador: Não! Isto é falar verdade Sr. Deputado.

Eu sei que o senhor também não respeita os deputados da sua terceira fila. Paciência! É um problema vosso.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a basear a sua intervenção em dados falsos!

O Orador: O senhor diga a verdade porque quando...

Deputado Berto Messias (PS): Dados falsos!

O Orador: Dados falsos? Desminta lá os números que eu lhe dei da SPRI.

Desminta os números que eu dei da SPRI. Desminta! Desminta os números que eu lhe dei da SPRI!

Os senhores têm a mania, quando nós apontamos e realçamos factos, de vir para aqui dizer é falso, é falso. E fica assim mesmo.

Deputado Francisco César (PS): É falso!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então demonstrem!

Deputado Francisco César (PS): Os senhores é que têm que provar os números que têm!

Deputado Berto Messias (PS): Na coesão, no RSI, no desemprego, foi tudo desmentido!

O Orador: Os factos demonstram a sua incorrecção. Com factos demonstrem o contrário. Não é simplesmente dizer que é falso.

Os senhores, contra os factos que eu apresentei, demonstrem que eu não falei a verdade.

Os senhores têm é que falar a verdade, dizer a verdade sobre a região, porque não há pior ataque à autonomia do que andar a esconder para debaixo do tapete alguma coisa que não querem que se saiba.

Depois vêm dizer que temos todos que defender a autonomia indo atrás dessa mentira.

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual mentira?

O Orador: Nós recusamo-nos a escondermo-nos por detrás da mentira, porque a verdade é a verdade dos Açores.

A verdade dos Açores é que temos infelizmente nesta região 30 mil famílias...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Duarte Freitas tem que salvar isto!

O Orador: ... a viver com menos de 540 euros por mês, temos 18 mil beneficiários do Rendimento Social de Inserção e temos 12 mil desempregados. Essa é que é a realidade!

É isso que os açorianos querem que nós empenhemos as nossas energias a combater...

Deputado Berto Messias (PS): Eu respeito o seu esforço mas não está a dizer mal

O Orador: ...e a desenvolver esta região para que esses números não sejam a nossa infeliz realidade, quando foram gastos nos Açores nos últimos 15 anos 25 mil milhões de euros. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Lima (PS): O que estão a fazer a nível nacional é a pôr os portugueses na miséria, a passar fome!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor a falar de números dá nisso!

É o que dá pôr gente especializada em assuntos sociais a falar sobre essas matérias!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para responder à Sra. Deputada Zuraída Soares e dizer-lhe...

Deputada Zuraída Soares (BE): Já não tenho tempo para o esclarecer. Peço que leve isso em consideração!

O Orador: Mas eu vou esclarecê-la sem fazer qualquer tipo de abordagem mais genérica. Não lhe vou colocar nenhuma pergunta.

Só lhe vou dizer, na minha perspectiva, o que temos que ter em consideração em relação à Lei das Finanças Regionais.

As regiões autónomas têm um quadro constitucional unificado, o Estado português. Já o caso Espanhol é diferente.

Os estatutos das regiões autónomas são diferentes, têm competências diferentes. Portanto, é uma construção assimétrica da autonomia. No caso português temos uma construção simétrica.

Portanto, nesse sentido (veja bem!) faz algum sentido criar duas leis das finanças regionais diferentes, quando o quadro constitucional é exactamente o mesmo? É que é exactamente o mesmo!

Já não é o caso de Espanha, que a Catalunha ou o País Basco têm competências diferentes da Andaluzia.

Mas em Portugal não!

O quadro constitucional é rigorosamente o mesmo. Portanto, não faz sentido criar leis de finanças regionais diferentes, até porque numa só lei temos uma série de parâmetros que diferenciam a Madeira dos Açores.

Para quê desdobrar e criar uma legislação diferenciada, quando a actual legislação já criou realmente duas realidades diferentes?

Não era assim, mas passou a ser assim, como sabe.

Portanto, nessa perspectiva eu considero que não é necessário nem seria adequado fazer isso. Agora o que lhe quero dizer é o seguinte:

A Lei das Finanças Regionais, ao contrário do que eu vejo muitos comentadores e analistas dizerem, tinha mecanismos de fiscalização. Tinha!

O problema é que não foram activados e aí a responsabilidade ... mas tem (eu até há pouco pedi uma cópia para poder ler aqui, mas ainda não chegou) uma série de mecanismos de fiscalização que permitiam ao Estado saber em que estado estava a economia madeirense e o orçamento madeirense.

Agora o que acontece é que o Estado e o Governo da República da altura, e os outros anteriores também, não exerceram essas prerrogativas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah!

O Orador: Não exerceram!

Agora não é verdade que a Lei das Finanças Regionais não tivesse os mecanismos necessários para que o Estado pedisse e tivesse informação correcta sobre a Madeira.

Se existiam desconfianças, e com certeza existiam, o Estado tinha todos os mecanismos para ter investigado e para perceber a derrapagem das contas na Madeira.

Se não o fez foi por decisão política.

Portanto, não é verdade que seja necessário criar agora uma nova legislação que realmente reforce os mecanismos de fiscalização. Eles já existiam e podiam ser muito eficazes. Pura e simplesmente não foram utilizados.

Segunda questão:

A segunda questão tem a ver também com uma diferença de opinião entre PPM e BE em relação a esta questão de nós assumirmos mais competências de gestão. Eu vou dar-lhe um exemplo.

Vamos a um exemplo que está na actualidade: A RTP/Açores.

Como sabe, noutras regiões, por exemplo, na Alemanha ou na Espanha, o financiamento é da responsabilidade dos Estados no caso da Alemanha, ou das comunidades autónomas no caso Espanhol. A responsabilidade é dessas regiões.

Portanto, nós temos um modelo diferente.

O que lhe digo é o seguinte: seria possível e desejável, dada a importância identitária da RTP/Açores, que tivéssemos uma tutela directa sobre a RTP/Açores. Acho que é uma das questões fulcrais.

A Sra. Deputada pode considerar: Não, não! Esse não é um dos grandes objectivos, não é a nossa prioridade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem paga?

O Orador: Quem paga? Olhe vou dizer-lhe: paga uma contribuição do Estado; passaríamos a ter a publicidade que neste momento não fica na região; a taxa de audiovisual que também não fica na região, vai para o Estado e passaríamos a ter também as verbas decorrentes da internacionalização da RTP/Açores que neste momento não é permitido devido à existência da RTP Internacional.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quem paga é o Estado!

O Orador: E, portanto, o que eu lhe digo é que nesse sentido eu acredito...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mudou de ideias, Sr. Deputado!

O Orador: ... que nós poderíamos gerir com maior eficácia a RTP/Açores sem pensar que vamos ter de certeza absoluta um serviço público muito deficitário. Eu considero que nós poderíamos fazer melhor do que o Estado está a fazer. Eu não desconfio da autonomia. Nesta situação a Sra. deputada desconfia da autonomia e considera que o Estado faz melhor que a região. E um autonomista acredita que os Açores fazem melhor...

Deputado Aníbal Pires (BE): Demagogo!

O Orador: ... que o Estado. Esta é a nossa diferença Sra. deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é, não!

O Orador: Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é completamente falso!

Presidente: Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado João Bruto da Costa, eu não fiz qualquer referência subjectiva ou de valor ao facto de ser o Sr. Deputado a ter falado. Apenas constatei um facto.

Deputado João Costa (PSD): Por que é que o facto é de salientar?

O senhor falou na terceira fila!

O Orador: Apenas isso. Não fiz qualquer observação.

O Sr. Deputado enfiou o barrete, a responsabilidade é sua.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Eu apenas constatei um facto que é indesmentível.

A segunda questão e a questão essencial nesta matéria, é a forma como os senhores tentam desmerecer, desprestigiar e desvalorizar os resultados da região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: O senhor acabou de dar um exemplo claro daquilo que fez. Eu vou só usar apenas um exemplo, porque esta matéria não merece mais que isso.

V. Exa na sua intervenção disse: ah, os Açores crescem, porque entraram mais 10 países para a União Europeia, por isso é que os Açores crescem mais de que a Europa.

Deputado João Costa (PSD): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Foi isso que o senhor disse.

Deputado João Costa (PSD): Não!

O Orador: Disse isso.

Nós crescemos mais que a Europa, segundo o PSD...

Deputado João Costa (PSD): Houve ajustamentos! Estatística!

O Orador: ... porque a Europa teve mais 10 países.

Ora bem, nós, em 1995 (factos são factos!) tínhamos 62% da média do rendimento e de produção da União Europeia a 25 países.

Deputado João Costa (PSD): 1% ao ano! Disse alguma mentira?

O Orador: Em 2009 temos mais 15 pontos percentuais, ou seja, passamos para 77% da média da Europa a 25.

O Sr. Deputado João Bruto da Costa diz: ah, isso só pode acontecer, porque entraram 10 países mais pobres.

Deputado João Costa (PSD): Não, não! Eu depois explico!

O Orador: Foi o que o senhor disse.

Então vamos ver como é o nosso crescimento em relação à Europa sem esses 10 países que entraram.

Vamos a factos!

Em relação à Europa a 15, ou seja, sem esses 10 países, que o senhor diz que é a razão para nós termos crescido,...

Deputado João Costa (PSD): Não é razão nenhuma!

O Orador: ... apenas com os 15 países originários, os Açores em 1995 tinham 57% da média da União Europeia.

Deputado João Costa (PSD): Diga a diferença da média comunitária!

O Orador: Em 2009 tem 73% da média da União europeia dos 15 maiores países.

Portanto, é completamente falso a argumentação que o senhor deu para justificar a nossa convergência. Isto é o exemplo de como se tenta tirar mérito e desvalorizar aquilo que se faz nos Açores. Não defende a autonomia e que só cria condições artificiais para aqueles que nos atacam.

Deputado João Costa (PSD): Já agora fale do 1,5% antes de 95!

O Orador: Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Tem 1 minuto.

(*) Deputado João Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Apenas para constatar que de facto o Sr. Vice-Presidente deturpou completamente o raciocínio que eu aqui trouxe relativamente ao PIB e esqueceu-se certamente de enaltecer o facto de antes de 1995 nós crescermos 1,5% ao ano...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Em 95 os senhores deixaram a região na falência! A sua presidente deixou-nos na falência!

O Orador: ... e depois de 95 passarmos a crescer 1% ao ano. Certamente passou-lhe ao lado.

Agradecer também o facto de com o seu silêncio começar a levantar um pouco do véu e a confirmar os números que o PSD aqui avançou, por exemplo, em relação à dívida da SPRI.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho mais inscrições. Assim sendo dava a palavra, querendo, para encerrarmos o debate, ao Governo, se porventura quisesse usar da palavra, e depois ao interpelante.

Creio que o Governo não necessita. Tem a palavra o interpelante para encerrar o debate.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero que este debate que aqui realizámos foi interessante. Centrámo-nos numa questão que será decisiva nos próximos tempos.

O tema do debate tinha a ver com a autonomia e a relação que existe entre a fragilidade da nossa autonomia e a forma como ela pode vir a ser colocada sob pressão, do ponto de vista económico e político, devido à crise nacional e internacional que se vive. Eu penso que esta relação ficou provada.

Os próximos meses, e o debate político que vamos realizar nos próximos meses, vão demonstrar claramente que temos um cenário bastante difícil para a autonomia açoriana e esse cenário também é difícil – o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional sabe disso – porque a região tem uma grave dependência em relação ao exterior.

Portanto, este é o grande desafio e eu gostava de deixar este desafio para o futuro.

Temos que ter políticas económicas, prioridades orçamentais centradas em dois aspectos essenciais: proteger a nossa população o mais possível do actual contexto económico muito desfavorável que a população está a enfrentar, e, em segundo lugar, termos as melhores escolhas em termos de promoção do crescimento em termos de auto-suficiência económica da região.

Não existe futuro para uma autonomia que não paga 50% das suas contas. Esse é um factor essencial para o futuro, ou seja, é necessário que não tenha receitas próprias, para pagar 50% das suas despesas.

Nesse sentido eu considero que este é o grande desafio da autonomia açoriana aonde nos temos que centrar.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor dizia há dias que as transferências eram prejudiciais!

O Orador: Também referenciei o seguinte: é necessário que os açorianos valorizem mais a autonomia açoriana. Não podemos estar aqui, os políticos, em circuito fechado.

As pessoas acham que a autonomia é eterna, acham que a autonomia não está em perigo.

Já se demonstrou no passado com a nossa primeira autonomia que desapareceu por motivos orçamentais e políticos.

A população tem que ter consciência de que esta autonomia tem que ser defendida. Tem que ser defendida cumprindo o direito cívico de votar, cumprindo o direito cívico de participar nas eleições.

Quem não concorda com as opiniões dos diversos partidos políticos que aqui estão representados, pois que escolha outras, pois que defina outras, mas que participe.

Participe, porque é essencial, porque senão um dia terão saudades de uma autonomia forte e verificarão, de facto, que este processo autonómico pode entrar em retrocesso. Isto não é eterno e a história demonstra-nos que estes processos têm que ser acarinhados pela população, tem que ter força junto da população e a população tem que acordar para esta questão que é uma questão fundamental.

Têm que participar! Devem participar! Têm o dever de participar!

Um terceiro ponto que eu considero essencial: nesta legislatura não avançamos em pontos que são fundamentais do ponto de vista da identidade.

Eu considero que nestes pontos que nós tivemos oportunidade de apresentar, quer seja o ensino da História dos Açores, quer a criação das selecções

desportivas dos Açores, quer também a tutela sobre a RTP/Açores, quer a criação de um domínio da internet próprio, que é um momento de afirmação da autonomia (não pode ficar em coisas do século XIX), a autonomia também tem que se afirmar naquelas que são as tecnologias actuais, também aí é necessário que a região crie pontos de identidade fortes.

Eu tenho que referenciar (tenho que deixar este testemunho) que nestas políticas de identidade que são decisivas e que todas as outras regiões autónomas da Europa estão a adoptar o Partido Socialista, nas políticas de identidade, impediu qualquer reforma, impediu qualquer avanço nas políticas de identidade.

Isto é importante que fique registado. É a verdade e espero que o Partido Socialista, para um novo ciclo político que se aproxima, modifique aquela que é a sua perspectiva sobre as políticas de identidade nos Açores. É importante que estes avanços se concretizem para a própria defesa da autonomia e da identidade dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados terminamos o nosso debate.

Vamos fazer intervalo para almoço. Retomamos os trabalhos às 15:00 horas com a agenda. Bom almoço. Até logo.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos retomar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Vamos retomar os nossos trabalhos com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/2011 – “altera o Decreto Legislativo Regional n.º 10/2009/A, de 5 de Junho, II Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada-PROMEDIA II para o quadriénio de 2009/2012”;**

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Cumpre-me, nesta ocasião, apresentar a esta casa uma proposta de decreto legislativo regional que o governo traz e que resulta de um contexto específico que me parece importante relembrar e precisar, uma vez que esta iniciativa entrou nesta casa já no início do ano em curso e isso tem alguma relevância para se perceber também o alcance do conjunto de medidas que agora se propõe.

Se bem se recordam, no início de Fevereiro deste ano o governo dos Açores, em função do contexto, mas também em função de um objectivo preciso, que era o de proceder à auscultação e fazer um balanço intercalar da vigência do quadro de apoios existentes à comunicação social privada, decidiu fazer uma ronda de contactos com todos os meios de comunicação social privados da região.

Nessa ocasião, eu próprio tive oportunidade de reunir com as pessoas responsáveis por essas empresas, aproveitando também o facto de se viver, de então até agora, um quadro específico de dificuldades acrescidas, uma vez que se começava a notar, nas áreas das empresas de comunicação social, os efeitos, na sua componente económica, da crise financeira global.

A ideia era perceber não só se o programa se adequava aos objectivos pretendidos e se era útil às empresas, se havia melhorias a introduzir, mas também procurar encontrar soluções específicas de carácter transitório para a situação que então se começava a viver.

Dessa auscultação que se fez resultaram dois tipos de iniciativas ou de medidas que o governo entendeu implementar: umas fora do quadro do programa de apoios existentes, do PROMEDIA; outras nesse mesmo programa que são aquelas que agora se trazem a esta casa.

Importa perceber que das propostas que então resultaram fora do quadro do PROMEDIA procurou-se agir, por um lado, através do chamado programa de

apoio à fixação de jovens trabalhadores no sector da comunicação social, aproveitando para resolver, ou tentar resolver, a incidência da precariedade nessas empresas e nesse sector de actividade em concreto. Concedeu-se um apoio directo no valor de 3.500 euros por cada contratação sem termos jovens que estivessem já ligados a essas empresas, jovens até 35 anos.

Por outro lado, decidiu-se também, um pouco em contraponto com aquilo que é a nossa visão da questão da publicidade institucional, neste período, no período em que vigorassem estas dificuldades, que o critério de atribuição dessa publicidade seria preferencialmente o universal, ou seja, todos teriam, em determinadas campanhas e para determinados efeitos, acesso ao mesmo tipo de investimento publicitário, praticando-se as tabelas existentes em cada órgão ou tentando encontrar uma maneira de harmonizar esse investimento.

Desses contactos resultou também que seriam necessárias alterações ao nível do próprio programa de apoio, quer na sua vertente regulamentar, quer na sua vertente legislativa.

Começámos por flexibilizar o PROMEDIA na parte regulamentar no que concerne aos regimes de apoio à difusão e ao regime especial das ilhas da coesão, permitindo, ao contrário do que acontecia até então, que os pagamentos dos apoios fossem feitos mensalmente por adiantamento com base no histórico do ano anterior, porque essa era a via ideal, julgávamos nós, e estamos convencidos que isso realmente é assim, para aumentar a liquidez das empresas e por essa via facilitar a sua acção face às dificuldades que então viviam.

Por outro lado, decidimos também alargar o regime existente para as ilhas de coesão que apoiavam ou comparticipavam os custos de alguns factores de produção, nomeadamente energias de comunicações. Alargar esse sistema, embora com outro tipo de percentagem, às outras ilhas, às ilhas que não estavam antes abrangidas, sendo essa também uma forma de permitir libertar recursos financeiros, que eram dispendidos nesses custos, para serem utilizados de forma mais emergente perante a situação vivida do ponto de vista financeiro, económico e comercial.

É isso que basicamente se propõe agora fazer.

Esta alteração vem no sentido do que foi conversado com as empresas. Devo dizer que nem tudo o que nos foi proposto pelas empresas nos pareceu passível de ser atendido e posto em prática, porque algumas das reivindicações, sendo embora legítimas, nos pareceram desadequadas à acção do próprio governo enquanto agente impulsionador ou facilitador do mercado, mas não enquanto agente que se fosse substituir à actividade dessas empresas.

Portanto, algumas não foram por nós consideradas atendíveis, mas outras, como esta alteração agora que se propõe, foram passíveis de serem postas em prática e para isso acontecer é preciso esta alteração ao decreto legislativo.

Portanto, além de procurarmos incrementar a liquidez e a disponibilidade financeira dessas empresas, além de tentarmos estimular e incentivar alguma estabilidade laboral neste sector e evitar que se desse aquela que é normalmente a reacção primária neste tipo de situações, que é reduzir os custos com pessoal, além disso, procurámos também que se conferisse alguma estabilidade, do ponto de vista da gestão corrente da empresa, e que se libertassem algumas verbas para que as empresas conseguissem criar o mínimo de conforto financeiro para fazerem face à situação que vivem, ou que viviam, ou ainda vivem algumas delas.

É essa a intenção da alteração que agora trazemos a esta casa. Obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Tenho dois deputados inscritos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Valadão.

(*) **Deputado Francisco Valadão (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa responde à actual conjuntura socioeconómica onde se verificam algumas dificuldades e fragilidades do sector que mereceram a atenção e a sensibilidade do governo para auscultar individualmente os diferentes órgãos de comunicação social privados sobre as necessidades específicas com que cada um se defrontava e após a referência altamente positiva do que foi a aplicação do anterior programa PROMEDIA I.

Do ponto de vista do Partido Socialista o presente programa sofre uma alteração positiva, na medida em que constitui um instrumento fundamental no apoio à modernização tecnológica, à produção e à valorização dos profissionais de comunicação social privada, em ordem a fazer face à evolução permanente das realidades económicas e sociais e tecnológicas.

Neste tempo de dificuldades que a todos toca, este programa vai atender ao todo e a cada um dos órgãos de comunicação social privado das diferentes ilhas da região, salvaguardando o princípio da autonomia e da independência editorial e de gestão de cada um deles.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por fazer necessariamente um sucinto enquadramento histórico, político, social e económico daquilo que está em causa de forma a que com isso também fundamentar aquilo que é a posição do PSD relativamente a este diploma.

Ao constatar, realçamos a importância da comunicação social nas sociedades democráticas. É, de facto, uma garantia de pluralismo, de difusão da informação, da cultura, do conhecimento e de abertura das sociedades, das comunidades ao mundo.

É um modo de afirmação da identidade das comunidades, da sua realidade, da sua cultura, dos seus costumes, aspirações e necessidades.

Há assim um claro interesse público na actividade da comunicação social.

Nos Açores isto tem claramente um significado particular.

Desde logo, a própria afirmação das nossas ambições, exigências e perspectivas, enquanto povo, através de um processo autónomico que se desejava primeiro e que se alcançou depois, foi muito feito através da comunicação social.

Por outro lado, a nossa dispersão e características geográficas, sociais e económicas estão ligadas a uma especial dinâmica da comunicação social dos Açores.

Vejam-se, desde logo, os títulos que durante mais de um século marcaram a comunicação social destas ilhas.

Há assim um claro interesse público da comunicação social dos Açores.

Assim, nessa perspectiva e com estes fundamentos, com a instituição da própria autonomia, foi criado um quadro jurídico de apoio aos órgãos de comunicação social nesta região.

Com a chegada ao poder do Partido Socialista, em 1996, foi sempre alvitrada, de quando em quando, a vontade de alterar este quadro. Se foi assim desde 96 o que é certo é que apenas em 2006, isto é 10 anos depois, com o denominado PROMEDIA, é que isto aconteceu.

Vou citar algumas das frases que na altura foram utilizadas para caracterizar este novo modelo. E cito:

“O movimento de reforma sobre a comunicação social é uma reforma da filosofia da comunicação social. Um novo entendimento da comunicação social no sentido de gastar melhor.”

Estes foram alguns qualificativos que foram apresentados para justificar este novo modelo do PROMEDIA, em 2006.

Com isso retiraram, de facto, alguns dos apoios que então existiam. Então, em 2006, grande parte dos órgãos de comunicação social dos Açores manifestaram grande preocupação alertando, e volto a citar, “para o risco grave das consequências do novo modelo”.

O PSD, também em 2006, declarava que a reforma era má, porque iria prejudicar a riqueza da comunicação social açoriana, pondo em risco a existência de alguns títulos, o emprego de alguns jornalistas e a pluralidade de opiniões. Isto foi aquilo que o PSD denunciou em 2006, sendo então, como de costume, apelidado de alarmista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Nada disso aconteceu!

O Orador: Nada disto aconteceu.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Felizmente!

O Orador: Claro que aconteceu e todos sabem sobretudo os jornalistas entretanto despedidos...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Onde é que estão as falências?!

O Orador: ... os títulos que entretanto fecharam e aqueles que se inquietam para estarem abertos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Como por exemplo...

O Orador: O governo através do então Secretário Regional da Presidência, agora Secretário Regional da Economia, procurava tranquilizar, e estou a citar, os deputados do PS que apresentavam dúvidas sobre o novo modelo, dizendo que o processo ia ser acompanhado e eventualmente revisto.

Entretanto, as dificuldades dos órgãos de comunicação social dos Açores foram aumentando,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... os problemas foram crescendo e o aperto foi cada vez mais sufocante. É esta a realidade de quem acompanha os órgãos de comunicação social...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Oh, senhor, eu fui falar com todos!

O Orador: ... e de quem contacta com todos eles.

Como? Não percebi, Sr. Secretário!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Peça o extracto, Sr. Deputado Clélio Meneses!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Depois de todos os apelos que têm sido feitos, parece que há deputados e sobretudo membros do governo que continuam com a mesma postura que fez com que tivéssemos tido os problemas que tivemos ainda em tempos bem recentes.

No fundo, depois de um regime de apoio que era claro, objectivo e transparente, em que a região tinha influência directa na capacidade financeira e sustentabilidade da comunicação social dos Açores, passou-se para um regime opaco, desregulado e discricionário em que a região continua a ter

influência directa nas contas e gestão dos órgãos de comunicação social através, designadamente, da utilização de publicidade institucional, de forma claramente abusiva e destruidora da liberdade de imprensa e desvirtuando o mercado.

Esta é a realidade do actual cenário da comunicação social dos Açores.

E, entretanto, as dificuldades foram aumentando, os problemas foram crescendo e o aperto cada vez mais sufocante.

Fecharam títulos e foram sendo despedidos trabalhadores...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Quantos títulos é que fecharam?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quantos títulos? Isso não é só dizer!

O Orador: ... durante este período, como bem é conhecido de todos os açorianos.

Em 2009 o governo apresentou algumas alterações que indo no caminho daquilo que os órgãos de comunicação social tinham pretendido e que o PSD também defendia, acabaram por não ter os resultados desejados, porque não atacou o problema por onde devia ser atacado, nem teve as consequências que eram supostamente pretendidas por todos os agentes envolvidos no processo.

Pelo contrário, as coisas, também com a crise, ficaram cada vez piores. As dificuldades são cada vez maiores, os problemas tornam-se insuportáveis nalgumas empresas titulares de órgãos de comunicação social e o aperto, conforme é referido expressamente por algumas dessas empresas, quase não deixa ar para as empresas de comunicação social dos Açores respirarem.

O PSD em 24 de Fevereiro de 2011 apresentou nesta Assembleia um projecto de resolução para serem aprovadas medidas extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privados dos Açores.

Era, como o próprio nome indica, um projecto de resolução para medidas extraordinárias e transitórias com vista atacar os problemas. Isto em 24 de Fevereiro de 2011.

Em 29 de Abril, passados alguns meses, é publicado uma resolução do conselho do governo regional para conceder um apoio de 3.500 euros com vista

à fixação de jovens trabalhadores no sector da comunicação social. O Sr. Secretário espanta-se! Estou a falar de datas objectivas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu também tenho datas! Várias datas!

O Orador: Em 24 de Fevereiro, o PSD apresentou este projecto de resolução. Qual é a asneira Sr. Secretário?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é asneira nenhuma. Estou a dizer que também tenho datas!

O Orador: Em 24 de Fevereiro o PSD apresentou um projecto de resolução e em 29 de Abril o governo regional publicou uma resolução.

São datas objectivas e publicadas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Também tenho datas!

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está sempre a falar do governo, sempre a falar do Governo, a falar do Governo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Clélio Meneses faça favor de continuar.

O Orador: O Orador: ... por muito que o senhor se incomode com a verdade. Se um deputado, do maior partido da oposição, não faz a fiscalização daquilo que é a acção governativa, como é seu dever legítimo, constitucional e estatutário, muito mal estaríamos.

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor é que está sempre a acusar o PS de falar do PSD, mas o senhor fala permanentemente no Governo!

O Orador: O que não é normal, nem legitimamente adequado às funções de cada um, é o Partido Socialista estar permanentemente a falar daquilo que não é sua responsabilidade, como por exemplo de outras Câmaras Municipais, quando isto não é uma Assembleia Municipal, de outras regiões autónomas, quando isto não é Madeira, ou de outros governos que passados 20 anos deixaram de exercer funções. Isso é a vossa estratégia!

Deputado Berto Messias (*PS*): Dói! Dói! Eu percebo que isso incomoda!

O Orador: Mas por muito que tentem orientar a acção do PSD de acordo com os vossos intuitos, não conseguem, porque nós estamos muito firmes sobretudo de acordo com as nossas convicções.

Deputado Berto Messias (PS): Firmes e hirtos!

O Orador: Pronto, e estamos nisto.

Os senhores querem esse tipo de política, fica na vossa responsabilidade. Não é esse o nosso intuito e nosso papel nesta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): Não peçam o extracto da acta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, isto tem corrido bem.

Deputado Berto Messias (PS): Peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: Era bom que continuasse.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

O Orador: Dizia eu que em 29 de Abril foi publicada essa resolução do conselho do governo. Sobre essa resolução do conselho do governo, foi aqui apresentado uma solução para a fixação de jovens quadros na comunicação social.

Há por exemplo um órgão de comunicação social que expressamente, e consta do processo, refere o seguinte e cito:

“Não queremos ser suficiente para que os órgãos de comunicação social dos Açores possam afectar mais trabalhadores aos seus quadros.”

Esta é uma posição de um órgão de comunicação social relativamente a esta matéria.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É uma posição legítima!

O Orador: Depois dos ziguezagues, de fazer entrar um projecto de Decreto Legislativo Regional nesta Assembleia, de o retirar, foi apresentado em 5 de Maio uma nova proposta de diploma alterando o PROMEDIA II, que agora apreciamos neste debate, com pequenas alterações relativamente ao regime até agora vigente.

Em 23 de Maio é publicado o Decreto Regulamentar alterando sobretudo algumas questões procedimentais, como foi referido aqui pelo Sr. Secretário da Presidência, designadamente em relação aos prazos e aos adiantamentos. Uma

medida importante, que vai ao encontro das preocupações dos órgãos de comunicação social e que da nossa parte merece a devida concordância, como medida independentemente depois do impacto prático que, pelos vistos, ainda não teve.

Aqui chegados, depois deste enquadramento, é necessário avaliar o que existe, a nova realidade e o que a nova proposta traz. Pouco de novo.

Na realidade traz pouco de novo!

Infelizmente o PSD em 2006 tinha razão.

Hoje os órgãos de comunicação social dos Açores que ainda existem, estão pior do que estavam em 2006. Não é o PSD que refere isso. São os vários órgãos de comunicação social dos Açores que referem que, hoje, a sua situação financeira e económica é pior do que aquilo que era em 2006.

Apenas com esta proposta são dados mais uns pequenos passinhos de encontro àquilo que os órgãos de comunicação social já defendiam e aquilo que o PSD também na altura manifestou.

Mas, no fundo, e o problema é este, é que a gravidade da situação existente neste momento no panorama da comunicação social açoriana não se resolve com pequenos passinhos, com medidas que dêem a ideia que resolvem, mas que na verdade não resolvem. É esta a realidade e é isto que lamentamos, que se tenha perdido esta oportunidade para resolver e tomar medidas concretas que levassem os órgãos de comunicação social dos Açores a sair do problema que vivem.

Se o governo queria, de facto, apoiar custos de produção; se o governo queria, de facto, tomar medidas que atenuassem estes custos de produção, devia atacar pelo grosso dos custos de produção e que tem a ver, como é conhecido, com o material de pré-impressão, com o papel que tem custos significativamente diferentes do que no continente. São custos especiais, são custos que tem a ver com a insularidade e que não se pode misturar isso com qualquer perspectiva de que com isso se está a tomar conta dos órgãos de comunicação social. Não!

Estamos a falar de custos específicos que têm a ver com a nossa realidade e que fazem, por exemplo, com que o papel, que no continente é vendido em bobines

no âmbito de um processo diferente da utilização do papel, nos Açores é através de resmas, que implicam um custo cerca de 20 a 30% superior ao continente.

Estamos a falar de custos acrescidos e tendo em conta a actual situação têm ainda um diferente impacto nas finanças das empresas porque neste caso, a realidade é essa, os fornecedores de papel estão a exigir pagamentos a 30 dias, a 15 dias e quando não a pronto.

Tudo isto torna ainda mais exigente esta matéria e se de facto se pretendia atacar os custos de produção, deveria ir-se para aquilo que efectivamente é o grosso dos custos de produção e não para apoiar 20% por exemplo dos custos de energias e comunicações que, como referido por alguns órgãos de comunicação social, é meramente irrisório.

Deputado Hernâni Jorge (PS): O aumento do IVA!

O Orador: Não tem de facto qualquer significado, na estrutura de custos de algumas empresas, um apoio (e a novidade é essa), conforme é referido nos pareceres que constam no processo, de 250 euros.

Obviamente que, na dimensão do problema que está em causa, 250 ou 200 euros é irrisório.

Eu vou citar alguns órgãos de comunicação social que referindo-se à situação dizem que estamos perante uma proposta e cito “de apoio reduzido e insuficiente”.

Cito, ainda de novo, outro órgão de comunicação social: “as medidas previstas pecam por manifesta insuficiência”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais são?

Deputado Luís Garcia (PSD): Leia os pareceres!

O Orador: Logo, estes apoios, se tem esta pouca eficácia, se são insuficientes, não podem merecer de facto a nossa concordância.

A este problema que identifiquei acresce a redução acentuada da publicidade institucional, conforme é referido genericamente pelos órgãos de comunicação social. E, também, ao mesmo tempo como referi atrás, a forma arbitrária como a mesma continua a ser utilizada.

Por outro lado, também acresce a todas estas dificuldades a inexistência de campanhas promocionais nos vários órgãos de comunicação social da região, conforme vem sendo prometido (o Sr. Secretário Regional ainda agora voltou a referir isso e já tinha referido aquando do anúncio destes diplomas): campanhas promocionais a distribuir pelos vários órgãos de comunicação social da região. O que é certo é que falamos com todos eles e o que nos dizem é que até agora a maioria deles não viu nada. Essas campanhas promocionais ainda não chegaram.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor falou com todos eles?

O Orador: Para além disso há atrasos nos pagamentos de apoios existentes. Há empresas de comunicação social nos Açores que no primeiro trimestre, relativamente a facturas de Janeiro, Fevereiro e Março, só foram pagas em Setembro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já foram pagas!

O Orador: O Sr. Secretário Regional referiu, em audição, em Junho que já estavam processados (é possível!) mas a verdade é que os pagamentos efectivamente só foram feitos em Setembro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então? Há atraso ou não há atraso?

O Orador: Isto é, os órgãos de comunicação social estão a passar pelas agruras que estão a passar, inquietam-se para chegar ao fim do mês e o governo, até naquilo que é a sua responsabilidade, atrasa pagamentos de Janeiro, Fevereiro e Março para Setembro.

As facturas a partir de Abril ainda não foram pagas, relativamente àquilo que são os apoios da obrigação do governo regional.

Perante tudo isto, digam quem é que aguenta?

Quais são as empresas que conseguem aguentar isto?

Aguentar a crise, o decréscimo claro da publicidade nos vários órgãos da comunicação social, o decréscimo da publicidade institucional, os atrasos nos pagamentos e uma situação que é de facto condicionante da existência dos

títulos da liberdade de imprensa e também da existência de uma comunicação social que se quer dinâmica.

Perante tudo isso, os senhores têm o deslante...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Deslante não lhe falta!

O Orador: ... de chegar aqui com uma solução que pode implicar um aumento de apenas 250 euros. Isto é de facto preocupante.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é só no jornal que o senhor se baseia! É sempre o mesmo!

O Orador: São vários jornais, são vários órgãos de comunicação social. O Sr. Secretário Regional mais uma vez parece que tem um preconceito relativamente a um único órgão de comunicação social.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor só fala num!

O Orador: Para nós são todos iguais. Para o PSD são todos iguais e eles passam por estes problemas.

Sr. Secretário Regional, alguns tiveram a oportunidade de manifestar expressamente, em parecer escrito, a sua opinião. Mas há outros que manifestaram, em reuniões com o PSD,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Foram ter consigo!

O Orador: ... e o PSD não vai aqui dizer quais são eles, porque bem sabe qual é a estratégia do governo regional perante aqueles que o criticam ou que põem em causa a sua actuação.

Bem sabemos como é que é isso!

Agora posso dizer que ainda hoje 5 órgãos de comunicação social da região confirmaram tudo aquilo que acabei de referir.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Imagino!

O Orador: O PSD, como sempre, esteve e continua estar contra este modelo. É este modelo que está a dar cabo da comunicação social dos Açores.

Por isso, não podemos permitir que ele perdure.

Perante tudo isto, e finalizando Sr. Presidente, resta saber qual é a verdadeira relevância e interesse público que os órgãos de governo próprio da região, a Assembleia e o Governo, dão aos órgãos de comunicação social dos Açores.

É importante saber se querem que eles continuem a existir como meios de divulgação da nossa realidade, da nossa sociedade, da nossa cultura e como meios de expressar o pluralismo e a democracia. Como as coisas estão isto não está acontecer e como agora se propõe seguramente não irá acontecer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É para solicitar um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 16:05 horas.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeça que reocupassem os vossos lugares.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos e vamos continuar com o debate na generalidade. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Eram 16 horas e 10 minutos.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Na realidade é só por mero acaso que o Bloco de Esquerda intervém numa espécie de posição de árbitro entre a competição de quem chegou primeiro ao apoio à comunicação social, se o governo, se o PSD.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não há dúvidas!

A Oradora: Não é essa a nossa intenção, até porque a história, aquilo que nos importa e que estamos a aprovar não é propriamente esse concurso, mas sim, os apoios à comunicação social privada na nossa região.

Eu não tenho, de maneira nenhuma, longe disso, a obrigação de defender o governo regional, nem é esse o meu papel nesta casa. Mas tenho que admitir, em abono da verdade, que sobre esta matéria em concreto é muito fácil “ser preso por ter cão e ser preso por não ter”. Isto é uma constatação real, Sras. e Srs. Deputados, porque entre “deixem o mercado trabalhar”, que é um dos slogans privilegiados do PSD, mas que abre um parênteses no caso das empresas privadas da comunicação social, e uma intervenção e um apoio a esta comunicação, que são empresas privadas (é disso que nós estamos a falar), de tal forma insistente e profunda que acaba por pôr em causa a sua independência e a sua autonomia e, também, mais uma vez a lei dos mercados, a livre concorrência, que é uma das regras dos mercados, é preciso de facto encontrar a boa medida. E não é fácil.

O BE reconhece-o, como também reconhece que os apoios, de qualquer natureza, aos órgãos de comunicação privada, nesta ou em qualquer outra região, deve ser feito com “pinças”, para não se confundir com controlo, com chantagem e com falta de independência, de rigor e de autonomia.

Dito isto, bem entendemos as dificuldades com que estes órgãos de comunicação social privados se confrontam neste momento, não só em resultado das próprias empresas e por maioria de razão os seus profissionais e os seus trabalhadores, muitos deles perderam o seu posto de trabalho entretanto. Não só por via da crise, que já é recorrente invocá-la justamente para situações desta natureza, mas também dada a reduzida dimensão do nosso mercado local, de ilha e regional.

Aceitamos que nesta tentativa de conciliar o apoio com o tal tratamento com “pinças” que eu falei, o governo regional poderia ter ido um bocadinho mais longe. E refiro-me muito concretamente ao artigo 16.º, o apoio especial à produção, no seu número 1, com a tal comparticipação mensal de 20%.

Consideramos que um bocadinho mais nesta percentagem poderia fazer alguma diferença sem pôr em causa uma preocupação invocada pelo Sr. Secretário que nós subscrevemos, que é deixar a independência e não intervir de tal modo que ela possa de alguma maneira ser confundida essa intervenção com qualquer forma de ingerência.

Neste âmbito achamos que de facto a ambição foi diminuta e não nos parece impossível ir ligeiramente mais longe neste apoio.

Que as empresas precisam de mais e que as empresas não ficam satisfeitas com isto... Pois, Sras. e Srs. Deputados nós acreditamos que precisam de mais e que não ficam satisfeitas com a dimensão destes apoios. Precisam de mais e querem mais!

Agora volto ao princípio da minha intervenção. Não é possível intervir de tal maneira a dar resposta a todos os problemas de liquidez e sustentabilidade destas empresas privadas pondo em causa aquilo que nós queremos defender, que é exactamente a independência, a autonomia, o seu papel na democracia, na pluralidade, na informação e até na coesão territorial das nossas 9 ilhas. Tudo ponderado e dito o que disse, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. deputados Srs. Membros do Governo:

Vou começar por dizer já qual vai ser o sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o governo nos traz. Vamos dar o nosso apoio à proposta de alteração, aliás, como demos o nosso apoio quando aqui discutimos o PROMEDIA, para o qual contribuímos com algumas propostas de alteração na especialidade, algumas delas aceites como seja a obrigatoriedade do relatório anual de aplicação do PROMEDIA.

Como disse, vamos aprovar esta proposta de diploma. Todavia não posso deixar de alertar a câmara para o facto de uma vez mais estarmos aqui a aprovar apoios

financeiros para a actividade privada e lembrar que em boa medida foi esse desvio a esmo de recursos públicos para o sector privado que levou o país para o buraco financeiro m que se encontra e que hoje...

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Eu vou continuar, mas à risada do Deputado Paulo Estêvão vou-lhe lembrar o que diz a Constituição.

A Constituição atribui ao Estado determinadas competências nomeadamente de assegurar e financiar a saúde, a educação e a segurança social, para além de outros.

É evidente que aquilo que foi acontecendo ao longo de mais de 3 dezenas de anos foi o sub-financiamento de sectores como por exemplo a saúde e hoje temos o buraco que temos de endividamento em termos da saúde, mas que depende, ou melhor, resulta directamente do crónico sub-financiamento que esse sector, quer no Estado quer na região, tem sido vítima.

Portanto Sr. Deputado o senhor riu-se eventualmente da sua ignorância ou então porque tem com certeza uma visão distorcida daquele que deve ser o papel do Estado na redistribuição dos impostos que cobra.

Mas como eu dizia, é bom que nos lembremos que estamos aqui a apoiar actividade privada e que em boa medida foi o desvio de recursos financeiros públicos para sectores da actividade privada, sob as mais diferentes formas, que contribuiu para o buraco financeiro que hoje temos.

De qualquer forma, e relativamente à questão que temos aqui em apreciação, como já disse, a Representação Parlamentar do PCP vai aprovar, até porque não temos nenhum dogma relativamente ao apoio ou a apoios ao sector privado.

Gostaríamos era ver das mesmas bancadas ou melhor, das outras bancadas, a mesma abertura quando em relação a algumas propostas do PCP que visam repor justiça social e económica, nomeadamente através de propostas de redistribuição da riqueza, coisa que, infelizmente, não temos encontrado a mesma abertura das outras forças políticas para o apoio a essas propostas.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de analisar de forma específica o diploma, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Sr. Deputado já está como aquele monge no filme “O nome da rosa” que não se pode rir.

O senhor proíbe que se ria,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ria-se à vontade!

O Orador: ... que as pessoas possam rir. Isso é uma liberdade fundamental.

O que o senhor estava a dizer achei piada e deu-me para rir, porque eu considero que neste momento o seu discurso é uma coisa um bocado medieval, se quer que lhe diga. E sabe porquê? Porque não apoiar a iniciativa privada, essa desconfiança toda que o seu discurso...

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... estava a ter em relação à iniciativa privada, é uma coisa que eu achei ridícula, por isso é que me ri.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, mas eu vou apoiar!

O Orador: Não lhe posso dizer outra coisa.

O Sr. Deputado não percebeu porque é que eu me ri, porque acho que a sua atitude e o seu discurso é risível em relação à desconfiança que manifestou em relação aos agentes privados no âmbito da comunicação social. Não faz sentido Sr. Deputado. Não faz sentido. É um complexo de que o Sr. Deputado tem que se libertar. Esta é a minha opinião.

Em relação ao diploma propriamente dito, partilho a opinião que foi manifestada no âmbito dos diversos pareceres que chegaram a este parlamento no âmbito da discussão desta iniciativa.

Portanto, considero que é realmente curta a solução que o governo encontrou em relação a este assunto, que não ataca o essencial do problema.

Nesse sentido o PPM não votará a favor desta iniciativa, porque consideramos que não resolve o essencial da questão.

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, afinal de contas...

O Orador: Já agora aproveitava esta oportunidade para colocar a seguinte questão ao Sr. Secretário da Presidência.

Tenha uma dúvida que diz respeito ao âmbito.

Artigo 3º:

“Podem candidatar-se aos apoios previstos no presente diploma:

(...)

c) as entidades que promovam iniciativas de interesse regional relevante”.

Se o Sr. Secretário da Presidência entender responder-me, gostava que me desse 3 ou 4 exemplos de entidades deste tipo que tenham vindo a ser apoiadas por parte do governo regional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Valadão tem a palavra.

(*) Deputado Francisco Valadão (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em causa valoriza a transparência, que acontece pelo facto de se dar os apoios, e o rigor.

Ao mesmo tempo põe também de realce a igualdade de oportunidades de todos os órgãos de comunicação social privados concorrerem, desde que tenham os requisitos necessários.

Portanto, é em nome desta transparência, aliás, que já vem na sequência do anterior programa, que deixa de haver apoios consoante os critérios de pareceres ou sentimentos momentâneos, mas há uma transparência no rigor dos apoios dados que parece-me que o diploma valoriza bastante bem.

Depois a visão. Não se trata apenas de conceder dinheiros, trata-se de dar apoios como uma visão, ou seja, o diploma valoriza a formação profissional dos jornalistas, a modernização tecnológica e o apoio à difusão informativa.

Portanto, há um grande leque de apoio aos órgãos de comunicação social privados que não se esgota apenas numa dimensão redutora como querem fazer valer aqui.

Em terceiro lugar, parece-me que há que destacar, e já foi dito aqui, muito bem aquilo que não deve ser ingerência, ou seja, o governo não é dono dos órgãos de comunicação social privados.

Portanto, não pode assumir custos que não deve assumir, sob pena de pôr em causa toda autonomia da difusão.

Deputado João Costa (PSD): E a liberdade!

O Orador: E a liberdade.

Em último lugar, queria acrescentar que consideramos que não se esgotou aqui. Aliás, como houve um primeiro programa, irá decorrer um segundo programa e haverá também um terceiro programa.

Portanto a diferença do segundo para o primeiro é que neste segundo programa que apresentamos agora parece uma majoração, uma valorização positiva dos apoios a conceder.

Portanto, não está parado no tempo. Há uma atenção especial àquilo que são as necessidades dos órgãos de comunicação social privados no tempo e no espaço.

Não quer dizer que termine agora todo este apoio que poderá ser valorizado, aliás como continuou a ser nesta dinâmica evolutiva de todo o nosso processo humano e vivencial.

Disse.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às intervenções que foram sendo feitas, talvez pudesse começar pela pergunta que me foi lançada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, na intervenção mais recente.

Perguntou quais eram as entidades que se consideravam como passíveis de se poderem candidatar a eventos de interesse regional no âmbito do diploma.

Pois, essa formulação é genérica. Posso-lhe é dizer as entidades que já manifestaram interesse ou que já se candidataram. Para esse efeito tanto há pessoas a título individual, que desenvolvem acção neste sector, como organizações de pendor sindical, como associações que já procuraram informação ou se candidataram.

Mas como esse ponto do diploma tem uma formulação que reconhecemos ser genérica, temos seguido tendencialmente, aliás, na íntegra até agora, os pareceres da comissão de apreciação de candidaturas sobre essas próprias candidaturas que dizem respeito a essa área de apoios em específico.

Portanto, o que temos feito é seguir o parecer da comissão de apreciação de candidaturas que existe e que está previsto no âmbito do diploma.

Não tem sido dos sistemas de incentivos ou de apoios mais procurado. Isso não tem sido, com pena nossa, porque o intuito é dinamizar também a reflexão que se possa fazer em torno da comunicação social, tornar o contacto entre profissionais e empresas do sector dos Açores mais corrente, mais normal, mais fácil de fazer com outras empresas de âmbito nacional ou com outra dimensão, mas isso não tem acontecido como nós gostávamos que acontecesse.

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses, registo em primeiro lugar que o Sr. Deputado preocupou-se pouco em fazer uma análise das alterações que aqui se trazem ao diploma para optar por fazer uma apreciação genérica da política de comunicação social desde 1995 e até talvez um bocadinho antes. É uma opção.

Eu preferia que tivesse feito uma análise mais concreta das propostas, mas isso é da sua responsabilidade. Agora há algo que, julgo eu, não deve ser regra neste plenário, que é chegar-se aqui e dizer-se:

Eu falei com não sei quantas pessoas, não sei quais são;

Reuni com não sei quantas entidades, não sei quais são;

Eu acho que desde que existe o sistema PROMEDIA já faliram muitas empresas, não sei quantas (não se diz quais);

Eu acho que já houve muitos despedimentos (mas não se diz quais, nem quantos é que houve)...

Não há notícia pública de nada disso, mas o Sr. Deputado tem um conjunto de informação que nós não temos.

Portanto, isso torna muito difícil o diálogo e o debate consigo, Sr. Deputado, porque eu não conheço nenhum desses números, não sei onde é que o senhor foi buscar esses números, nem estive nas reuniões que o senhor esteve com as empresas de comunicação social

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nem tem que estar. Liberdade em democracia! Somos representantes do povo!

O Orador: O senhor não deu nota pública dessas reuniões.

Portanto, não consigo debater consigo esse tipo de argumento. É difícil contrapor esse tipo de argumentos, que só o senhor é que conhece, só o senhor é que sabe, só o senhor é que teve acesso a essa informação.

Portanto, eu não consigo, mas há coisas que eu consigo e uma delas é a das datas. A Sra. Deputada Zuraída Soares tem razão, isto não é a essência da nossa discussão, mas factos são factos e datas são datas.

O Sr. Deputado veio aqui fazer uma tentativa de dizer que o tiro de partida foi dado pelo PSD.

Não foi Sr. Deputado! Infelizmente para o senhor não foi!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estou a falar em termos legislativos!

O Orador: O governo iniciou a ronda de contactos com as empresas de comunicação social, em termos públicos, cujas notas do gabinete de imprensa existem. Portanto, são públicas, foram publicadas nos jornais a 31 de Janeiro, Sr. Deputado.

Passou o mês de Fevereiro quase todo a fazer esses contactos, a reunir em todas as ilhas e com todos os órgãos de comunicação social.

No início desse processo foi feita uma declaração de intenções do governo, até revelando algumas das expectativas e algumas ideias que o Governo tinha e que levava para essas reuniões.

Algumas delas os senhores aproveitaram incrementando na vossa proposta de resolução.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Paciência!

O Orador: Portanto, o senhor conhecia. O posicionamento do governo era público desde 31 de Janeiro.

Os senhores fizeram entrar aqui uma iniciativa a 24 de Fevereiro.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Governo apresentou a iniciativa quando?

O Orador: Portanto, não é muito difícil perceber quem é que deu o tiro de partida, quem é que se mexeu, quem é que se preocupou e quem é que foi atrás.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que o governo apresentou a iniciativa que agora estamos a discutir?

O Orador: Não é muito difícil, os dados são muito concretos.

Depois o Sr. Deputado diz: bem a situação económica e financeira das empresas de comunicação social é hoje muito pior do que era em 2006, quando se criou o primeiro PROMEDIA.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que o governo apresentou esta iniciativa?

O Orador: Sr. Deputado, não é das empresas de comunicação social. É das empresas do mundo inteiro.

Estamos em plena crise, a mais dramática crise, económica e financeira da história recente.

Portanto, não é só as empresas de comunicação social. São as empresas. E não são só as empresas dos Açores, são as empresas do mundo.

O Sr. Deputado pode fazer o drama que quiser, pode exagerar o que quiser, mas toda a gente sabe em que contexto e em que quadro é que nós estamos hoje.

Portanto, isso não é, do meu ponto de vista, um argumento aceitável, nem forte para se poder discutir.

Depois o Sr. Deputado revelou que havia atrasos nos pagamentos do 1.º trimestre. Há, de facto, alguns casos e outros casos que são de outra ordem e eu vou explicar de que ordem é.

O 1.º trimestre diz respeito a procedimentos que vêm ainda no regime antigo. Portanto não são abrangidos pelos adiantamentos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Há atrasos ou não há atrasos?

O Orador: Quer a explicação ou não quer a explicação?

É que se não quer, ficamos por aqui. Não tem problema nenhum.

Agora se está interessado na explicação, eu dou-lha.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor está a fulanizar as coisas! Não chegamos lá assim!

O Orador: Vou explicar-lhe então com mais calma. Pode ser que a gente chegue lá.

No 1.º trimestre, as candidaturas e os pagamentos são feitos pelo sistema antigo, não pelo sistema de adiantamento mensal, mas pelo sistema antigo.

Portanto, a candidatura é entregue até a Abril. Se a candidatura tiver algum problema de forma ou de conteúdo atrasa o processo. De facto, algumas tiveram, as facturas voltaram para trás e depois voltaram para o governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os casos que falei são públicos!

O Orador: Algumas tiveram! Estou a explicar-lhe.

Depois há a reunião de apreciação da comissão, que existe no âmbito do PROMEDIA para o efeito, e que reúne de acordo com o calendário próprio.

Depois há o processamento e eles já foram processados.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como é que são processados em Junho e são pagos em Setembro?

Há um hiato!

O Orador: Foram processados. E o Sr. Deputado disse que havia atrasos. Não há atrasos. Estão pagos.

O 1.º trimestre está pago. Portanto, não percebo qual é a sua dúvida.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Disse que foi pago em Setembro.

Como é que foi processado em Junho e pago em Setembro?

O Orador: Vou-lhe dizer mais:

No âmbito do actual sistema, do sistema de adiantamento e pagamento mensal, temos estado com especial preocupação, com especial tolerância, com especial cuidado com algumas empresas que não fornecem os elementos correctamente. Depois de explicado o procedimento, voltam a falhar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! Como é que está processado e não está pago?

O Orador: Nós, que teríamos condições suficientes para não conceder esses apoios por causa desses problemas, temos tido uma tolerância e uma margem de flexibilidade suficientes para continuarmos a insistir no sentido de que os processos sejam bem instruídos e se consigam dar os apoios.

Há vários órgãos de comunicação social nessas condições, há vários jornais, há jornais da sua ilha. Portanto, há muitos jornais abrangidos por esses problemas. Felizmente, temos estado a fazer um esforço para pagar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Como é que está processado em Junho em pago em Setembro? É só isso que queremos saber!

O Orador: Depois há outra coisa que é inelutável.

Quando os senhores querem que o governo aprove e apoie pessoal, papel, meios gráficos de produção, energia e comunicações, expliquem-me o que é que fica para a empresa pagar?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Prestações à segurança social!

O Orador: O que é que uma empresa de comunicação social nos Açores vai pagar, se o governo é dono do jornal? Os senhores querem é que o governo seja dono do jornal!

O governo paga o papel! O governo paga o pessoal! O governo paga os meios técnicos de produção! O governo paga a energia e paga as comunicações, então o governo é dono dos jornais.

É dizer às administrações: os senhores façam favor de se desviar, porque agora o governo é dono desse jornal.

Não é esse o nosso entendimento.

Nós, felizmente, nunca tivemos esse entendimento. Somos pelo mercado de comunicação social, somos pela liberdade de iniciativa, pela liberdade no desenvolvimento da actividade jornalística nos Açores.

Portanto, não queremos mandar na comunicação social. Não queremos mandar na televisão, não queremos mandar nos jornais.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então por que é que mandam?

O Orador: É difícil o PSD perceber isso, mas é essa a nossa posição.

Infelizmente este PSD não percebe isso.

Eu digo infelizmente, porque havia um PSD que percebia isso. Só que esse PSD, pelos vistos, já se diluiu.

É que quando havia um Subsecretário especializado na área, na orgânica do governo do PSD, esse Subsecretário vinha a esta casa e dizia coisas como:

“Também neste sector se deve entender a participação da região em termos estritamente subsidiários que, por uma lado, compense os custos sociais da produção informativa no arquipélago e, por outro, facilite a modernização dos meios e técnicas de comunicação”. Isso foi dito pelo Subsecretário da altura, Joaquim Machado, em 1992, nesta casa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 2006 já se sentavam ali!

O Orador: Portanto, em 92 o PSD defendia um estado subsidiário na comunicação social.

O PSD dizia: Não! O governo não se deve intrometer! Os senhores desenvolvam a vossa actividade e nós estamos aqui para aparar a queda.

Pois é! É esse entendimento que nós temos.

É pena que os senhores tenham alterado o vosso entendimento, porque nessa altura iam pelo bom caminho.

Mais o Sr. Subsecretário, também nesse mesmo discurso nesta casa, em 19 de Novembro de 92, dizia que havia que reformular e pensar esquemas de compensação de encargos correntes (falava na aquisição de papel, coisa com a qual nós não concordamos), e também falava em comunicações telefónicas, alguns dos custos que nós também assumimos por via do actual sistema.

Portanto, nesta altura, em 92, os senhores pensavam que o mercado de comunicação social devia funcionar.

Em 2011, os senhores acham que o governo deve ser dono dos meios de comunicação social, deve pagar os custos de produção mudaram de opinião, mas mudaram no mau sentido.

Depois, só para concluir, veio o Sr. Deputado com o velho e estafado argumento da publicidade institucional.

Sr. Deputado, não sei se sabe (se calhar não leu), mas existe uma legislação aprovada nesta casa, por iniciativa do PCP,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se fosse à espera do Governo era até hoje!

O Orador: ... com os votos favoráveis do PS, com a oportunidade que eu tive na altura de manifestar a concordância do governo com esse diploma, que nos obriga a enviar um relatório anual,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E... O relatório está aqui, agora a prática mantém-se!

O Orador: Tenha calma que a gente já chega lá!

... que introduz regras na transparência dos apoios concedidos a título de publicidade institucional.

Como sabe, esta iniciativa obriga a que todas as entidades da administração pública regional façam chegar os elementos necessários relativos aos gastos com publicidade institucional nesse período, considerado o período anual.

O relatório foi enviado em Fevereiro deste ano a esta casa.

Mais transparente que isso não pode ser. Aliás, esta é a transparência que esta casa decidiu que devia haver em termos de publicidade institucional.

Todos os departamentos do governo regional responderam a este inquérito. Todos eles fizeram chegar a informação.

Câmaras Municipais apenas 7 responderam.

No topo dos gastos, houve uma Câmara Municipal que, não tendo respondido no prazo correcto, mais tarde veio a preencher, no sistema informático, os dados, mas já depois do prazo ter passado, fazendo lá constar e reflectir os seus

gastos em publicidade institucional. Essa Câmara é a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é que tem a ver para aqui?

O Orador: Já lá chego! Tenha calma que eu já lá chego.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor diz que não posso falar do enquadramento, mas o senhor traz tudo para aqui: Câmara de Ponta Delgada, fala em 1992...

O Orador: Essa Câmara preencheu posteriormente.

No tope 3 (ouça agora, Sr. Deputado, isto é interessante e se calhar vai gostar de saber) das entidades que mais gastaram com publicidade institucional, no ano considerado, estão 2 Câmaras e um departamento do governo.

A Câmara que mais gastou, que está em primeiro lugar destacada, é a Câmara Municipal de Ponta Delgada. Gastou o dobro do departamento do governo que mais gastou em publicidade institucional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos departamentos do governo aparecem lá?

O Orador: Ou seja, se a publicidade institucional é para si uma forma de controle da comunicação social, então quem é que controla a comunicação social escrita nos Açores, Sr. Deputado?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Quem é o controlador? Quem é o controlador da comunicação social nos Açores, Sr. Deputado?

Não somos nós!

São aqueles que gastam o dobro de nós para fazer publicidade institucional nos meios de comunicação social.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os senhores é que fizeram a comparação!

O Orador: Eu gostava só de referir, a terminar Sr. Presidente, que é muito natural que os operadores, os agentes do mercado de comunicação social nos Açores, queiram ver majorados os seus apoios. É naturalíssimo!

Aliás, todas as entidades, em todas as áreas, querem ver majorados os seus apoios. Portanto eu não censuro. Percebo perfeitamente os pareceres que foram enviados, percebo que queiram aproveitar a circunstância para alijarem alguns dos custos que têm e que nesta altura pesam mais do que já pesaram noutras alturas.

Agora, o governo pode actuar nessa matéria, como nas outras, dentro do quadro legal existente e dentro do seu quadro orçamental e financeiro. Não pode fazer milagres!

O governo não pode fazer milagres! Não pode patrocinar e participar toda a actividade das empresas de comunicação social.

São essas as limitações. Existe condicionantes extraordinárias do ponto de vista orçamental. Não é possível conceder todos os apoios que se gostariam de dar, mas os apoios vão ser concedidos com algum esforço, porque representa um esforço acrescido não só em termos financeiros absolutos, mas em termos relativos, uma vez que estamos num quadro financeiro muito mais difícil. Fazer este esforço agora, é fazer mais esforço do que seria a algum tempo atrás. Nós somos capazes de ir até aí. Mais do que isso não somos capazes, porque há uma questão de sustentabilidade do esforço e do investimento.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por dizer, até na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seguinte:

A Representação Parlamentar do PCP, até à data, apoiou sempre, sempre, todas as medidas conjunturais ou estruturais de apoio às empresas na Região

Autónoma dos Açores, acompanhando sempre com uma chamada de atenção, uma crítica, de que essas medidas eram insuficientes e parcelares.

Portanto, Sr. Deputado, nós não temos tido nenhum problema, nem temos nenhum dogma relativamente a esta questão.

Agora o que me parece (já há pouco o referi e volto a referi-lo) é que quando nós dizemos que elas são insuficientes e que são parcelares, é porque não são na mesma medida acompanhadas de outras que reponham justiça social e económica.

Relativamente ao apoio das empresas e da economia regional, não temos tido nenhum problema. Aliás, eu só encontro justificação no seu posicionamento, face até à reprovação que já anunciou deste diploma, porque eventualmente ainda queria que os dinheiros públicos fossem encaminhados para as empresas privadas para pagar salários e prestações da segurança social.

Eventualmente era isso que V. Exa., como um fiel seguidor da teologia do mercado, gostaria de ver, mas nisso então não contará com o apoio do PCP.

Há pouco eu também não justifiquei, diga Sr. Deputado está...

Deputado João Costa (PSD): E se for para nacionalizar tudo?

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado.

O orador: Está incomodado?

Deputado João Costa (PSD): Invariavelmente!

O Orador: É que para o PSD o mercado serve às vezes; outras vezes é melhor mesmo ser o Estado a resolver os problemas do mercado. Mas isso são as vossas próprias contradições com as quais vocês têm que se debater e com os quais certamente as açorianos e açorianos vos darão a resposta sensivelmente daqui a um ano.

Relativamente às alterações que aqui são propostas e foram trazidas pelo governo regional, é evidente que a acrescentar àquilo que já disse sobre a matéria, elas incidem sobre a produção. Daí o facto de merecerem o nosso apoio, porque ao contrário, se viessem, como pretendem algumas bancadas, apoiar o pagamento de salários, o pagamento de prestações sociais, como já

aqui foi dito há pouco, então não restava nada da iniciativa privada. Não resta nada!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não disse isso!

O Orador: Disse sim senhor e teremos a oportunidade de verificar isso no projecto de resolução que têm aí sobre a matéria.

Eu espero que o Deputado Paulo Estêvão tenha percebido a posição do PCP,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Continuo sem perceber!

O Orador: Continua sem perceber. Enfim, já não lhe posso fazer nada, porque sendo professor e já tendo repetido...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já percebi que não pode fazer nada! Não pode explicar o inexplicável!

O Orador: Não.

Presidente: Não entrem em diálogo Srs. Deputados.

O Orador: Se tivesse oportunidade de usar meios audiovisuais, como V. Exa. é substancialmente mais novo do que eu e já está habituado às aprendizagens sobre essas novas metodologias, eventualmente a sua compreensão seria facilitada. Mas não temos, infelizmente ainda, essa disponibilidade em termos tecnológicos, portanto vai ter de se contentar mesmo com esta explicação socrática.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Luis Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP entende esta proposta como positiva, tendo em conta a importância que têm os órgãos de comunicação social, numa região como a nossa, para manter a coesão dos açorianos.

No entanto, entendemos que, se por um lado o governo deve apoiar as empresas privadas de comunicação social nos Açores, estes apoios devem ser ponderados e adequados para que não se venha a fazer qualquer tipo de interpretação que possa vir a causar algum tipo de ingerência nestes órgãos de comunicação social.

Como tal, parece-nos que deve ser muito ponderado qualquer tipo de apoio a estes órgãos de comunicação social.

Em relação a esta proposta do governo do PROMEDIA II, nomeadamente naquilo que concerne à imprensa escrita na região, parece-nos francamente pouco aquilo que está mencionado na proposta do governo.

Como tal, o CDS-PP apresentou uma proposta de alteração que foi distribuída e desde já aproveito para mencionar que tem uma gralha: seria 100% e não 50% em relação à distribuição dos CTT. Já foi alterada e já foi entregue ao Sr. Presidente.

Presidente: Vai ser distribuída.

De qualquer maneira a gralha, se bem percebi, Sr. Deputado Luís Silveira, é na alínea d) do número 1 do artigo 16.º, onde se lê 50% deve ler-se 100%. É isso?

O Orador: É isso, Sr. Presidente.

Presidente: Agradecia que os Srs. Deputados também tomassem essa nota. Faça favor de continuar.

O Orador: Em relação ao ponto 2, na alínea c), e só para uma questão de clarificar, colocámos os 750 euros, pese embora se possa concluir que é dos mesmos 750 que estão em cima, mas que quisemos clarificar. É um contributo. Esperamos que seja do entendimento deste plenário ser uma mais-valia. Parece-nos que vai ao encontro daquilo que acabei de afirmar quanto à ponderação que se deve ter em relação aos apoios aos órgãos de comunicação social na região.

Ao analisar os pareceres dos órgãos de comunicação social em relação a este diploma, há uma forte crítica em relação à distribuição da publicidade institucional. O que nos parece que se os organismos públicos, quer do governo, quer os municípios, tiverem mais algum critério nesta distribuição, poderá ser uma forma de ajudar a comunicação social de uma forma equitativa e equilibrada.

Isso parece que até agora não tem vindo a acontecer. Já tivemos oportunidade de o discutir anteriormente nesta casa e mais uma vez, no âmbito deste diploma, e analisando estes pareceres, podemos concluir que uma vez mais o próprio governo não tem tido um critério razoável em relação a esta matéria.

Desta forma, o CDS entende, como disse inicialmente, que é um diploma positivo, deixando aqui o seu contributo e esperando que este plenário entenda que ele é benéfico para a boa razoabilidade dos apoios à comunicação social nos Açores.

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD fez o enquadramento daquilo que entende ser a justificação para considerar esta matéria de interesse público e é aqui que está o cerne da questão e faz toda a diferença.

Não estamos a falar sobre qualquer empresa privada. Estamos, da parte do PSD, na perspectiva do PSD, a fundamentar o apoio a uma actividade de interesse público. Daí todo o enquadramento que fiz.

O Sr. Secretário não quer que eu faça enquadramentos, quer que eu diga só aquilo que ele quer que eu diga. O que é curioso é que ele depois fala na Câmara de Ponta Delgada, fala em 1992.

Eu limitei-me a fazer o enquadramento para justificar e demonstrar que estamos claramente perante uma actividade de interesse público, daí a necessidade de haver um esforço público para manter esta actividade por todas as razões que de uma forma clara expus.

Segunda nota:

Fala-se aqui na importância, e vou citar: “ liquidez e estabilidade financeira das empresas, na estabilidade e gestão corrente”.

O que é certo é que se era para ter este objectivo, se eram estes os objectivos, o resultado é claramente negativo, porque se há coisa que é evidente nas empresas titulares de órgãos de comunicação social, é que não existe liquidez e estabilidade financeira; é de que não existe estabilidade na gestão corrente dessas empresas. O resultado que pretensamente seria alcançado não foi objectivamente conseguido.

Terceira nota:

Esta independência não tem a ver com estes apoios, porque se eles forem claros, regulares, transparentes e objectivos toda a gente sabe com o que conta. O problema é que esta independência é posta em causa não tanto com o quantitativo gasto na publicidade institucional, como tentou disfarçar o Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Agora já não é!

O Orador: Não é quanto é gasto. É como é gasto. Foi sempre isso que dissemos. O problema é como é gasto.

É inadmissível que mesmo depois de haver o tal Decreto Legislativo, que o senhor diz que é a solução para tudo, mesmo depois disso tudo, por exemplo, a Secretaria Regional da Economia, em 2010, já de acordo com o novo regime, gastou em publicidade institucional, num jornal mensal, 9.200 euros, enquanto gastou num jornal diário, o Açoriano Oriental, 1.391 euros.

Isto é: a Secretaria Regional da Economia que tem responsabilidades claras na estabilidade económica da região, gasta com um jornal mensal, que sai uma vez por mês ...

Deputado Francisco César (*PS*): Já percebemos onde quer chegar!

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Deputado.

O Orador: ... 9.200 euros e num jornal diário, com a dimensão do Açoriano Oriental, que sai todos os dias, gasta 1391 euros. Aqui é que se está a pôr em causa a independência dos órgãos de comunicação social. Aqui é que se está a intervir na gestão.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Aqui é que se está a intervir nas finanças e nas contas. Aqui é que se está a pôr em causa a independência da comunicação social açoriana.

Para finalizar Sr. Presidente, mais uma vez o Sr. Secretário Regional foge das questões. Foge das questões de uma forma que nem anima o Zé, porque fica facilmente desmontável.

Eu coloquei-lhe a questão: como é que há um órgão de comunicação social da região (há mais do que um) que envia as facturas do 1.º trimestre, Janeiro, Fevereiro e Março, em Junho...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Envia quando?

O Orador: ... está processado e o senhor sabe quando é que o seu governo paga?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é o regime antigo!

O Orador: Se está processado, é porque está tudo regular.

Como é que há uma despesa que está processada pelo governo em Junho e apenas é paga em Setembro?

Onde é que estão os 21 dias de que falava, ilusoriamente, o Presidente do Governo?

Aqui estão pelo menos 60 dias. E é esta atitude do governo regional com as responsabilidades que tem que põe em causa a estabilidade das empresas, a independência, a liquidez financeira, a capacidade de gestão.

É a vossa intervenção deficiente que está a pôr tudo isso em causa. Por isso é essencial que de uma vez por todas o governo regional assuma as suas responsabilidades, mas, mais do que tudo, que assuma as suas responsabilidades com verdade e respeito pelas instituições.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a falar no âmbito deste assunto para referir duas coisas. Em primeiro lugar para responder ao Sr. Deputado Aníbal Pires de uma forma muito directa e muito breve.

Sr. Deputado, eu vou requerer o diário das sessões...

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso agora está na moda!

O Orador: ... para que o Sr. Deputado seja confrontado com aquilo que disse. Portanto só vou fazer isso: pedir o diário das sessões, confrontar o Sr. Deputado com aquilo que disse e depois confrontar o Sr. Deputado com o que disse 5 minutos depois com o anúncio da sua votação e de que forma é que vai exercer a sua votação.

Se o Sr. Deputado compreender a incongruência global de tudo isto, tudo muito bem. Se não entender esta incongruência, pois o Sr. Deputado ficará a reflectir sobre esta matéria.

Em segundo lugar, dizer o seguinte:

Eu entendo os órgãos de comunicação social privada são essenciais na vida democrática.

Há quem considere que os órgãos de comunicação social privada não são importantes, que nos Açores eles não têm uma realidade muito específica e não têm graves dificuldades de contexto.

Sabemos que os órgãos de comunicação social privada que são tão importantes para a vida democrática, para a informação pluralista das populações, têm um contexto de funcionamento nos Açores tremendamente difícil e que tende a agravar-se.

O governo anuncia um conjunto de medidas que, ouvidos os órgãos de comunicação social, os mesmos referenciam que sendo no plano das intenções e sendo de facto o discurso correcto no plano das intenções, na prática este discurso não tem condições de lhes melhorar a vida, de lhes dar uma ajuda substancial. É tão só isto que está aqui em discussão.

Para o PPM os órgãos de comunicação social privada são essenciais. Devem ser auxiliados, porque estamos num contexto tremendamente difícil para toda a sociedade, no âmbito de uma recessão económica, que tem um especial impacto nos órgãos de comunicação social, que funcionam com as dificuldades de contexto que nós sabemos, que vivem numa região insular como a nossa, em que os factores de produção são tão grandes em relação à despesa que significam e projectam. Nós também temos consciência disso. Por isso, vivem em dificuldades financeiras crescentes.

É fundamental para a nossa vida democrática que se mantenha uma massa de comunicação social privada grande e pluralista. Isto neste momento está em causa.

Não se trata de fazer aqui um discurso dramático e de chamar a atenção para um problema que não existe. Existe! Os órgãos de comunicação social estão a viver gravíssimas dificuldades.

O governo dá um apoio, concede um apoio que nós consideramos desigual e não resolve o problema.

Por isso mesmo a nossa votação vai nesse sentido, no sentido de que a resposta não é suficientemente abrangente; a resposta não é suficientemente ampla.

Portanto, o nosso posicionamento é claríssimo.

Por fim e para terminar esta intervenção agradeço a resposta do Sr. Secretário da Presidência e o reconhecimento que, de facto, em relação à alínea c) do artigo 3.º, que versa sobre o âmbito destes apoios, a redacção pode incluir tudo ou nada.

Quando se cria uma série de condições que regulam determinados apoios nesta área ou noutra, nós temos que ser suficientemente objectivos para que estes apoios e a concessão dos mesmos não venha a ter um carácter subjectivo. A questão é tão-somente essa.

Repare bem que eu não lhe estou a dizer, Sr. Secretário (porque eu não tenho dados para isso) que a escolha é subjectiva. Não lhe estou a dizer isso.

O que lhe estou a dizer não é que a escolha que tem realizado é subjectiva e não foi objectiva em relação aos critérios. Não lhe estou a dizer isto.

O que lhe estou a dizer é que a forma como a legislação está feita, fundamentalmente esta alínea, permite que a identidade, o número de identidades, a natureza das entidades que são apoiadas, seja muito diversa e que as situações não sejam muito objectivas. A ideia é esta. A perspectiva é esta.

O Sr. Secretário da Presidência concordará que de facto aqui temos um problema que urge esclarecer e descrever de uma forma mais minuciosa para que a “rede” não seja tão larga e para que não passe por ela todo o “peixe”.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem apalavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para aquela que presumo ser a última intervenção.

Presidente: Tem 2 minutos Sr. Secretário.

O Orador: Então será mesmo a última intervenção sobre esta matéria.

Em primeiro lugar para dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses que não será pelo cansaço nem pela sua insistência que vencerá qualquer destas discussões. Portanto pode dizer sempre a mesma coisa e nós diremos sempre deste lado a mesma coisa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não responde, como é que processa em Junho!

O Orador: A questão aqui não tinha nada a ver com o critério de distribuição, mas eu posso ter essa discussão consigo. Já tive aqui, já tive em comissão já falámos sobre esse caso concreto...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! Este caso é novo! Esse mantém-se!

O Orador: ... já falámos sobre uma série de casos, porque nós não temos problema nenhum (não desse jornal, eu já sei qual é o assunto) em fazer esse debate. Fi-lo com a comunicação social, numa reunião da comissão com a porta aberta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor acha justo um jornal mensal receber 10 vezes mais que um jornal diário?

O Orador: Portanto, explico-lhe isso as vezes que forem precisas até o senhor perceber, porque pelos vistos são precisas muitas vezes para o senhor perceber. Mas eu explico-lhe as vezes que forem necessárias.

Agora a questão aqui não é essa. A questão foi o incómodo que lhe gerou o facto de se saber que era a Câmara Municipal de Ponta Delgada a principal gastadora de publicidade institucional na região e, por essa via, segundo o seu raciocínio, a principal controladora da comunicação social nos Açores. Essa parte é que o incomodou...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu nunca disse isso! Falta de critérios, discrepância!

O Orador: ... e eu percebo que tenha incomodado.

Gostava de deixar uma nota final neste debate. É que ouvindo o que os senhores, na generalidade, com honrosas excepções, disseram, sobretudo as

duas bancadas, a do PPM e a do PSD, dá a ideia que isto é tudo muito relativo, muito pouco, muito reduzido, não ajuda nada.

Nós estamos a falar de um sistema de apoios que fez chegar às empresas de comunicação social nos Açores, nos últimos anos, verbas na ordem dos quase 2,5 milhões de euros.

Portanto, não estamos a falar de apoios residuais, que não têm importância nenhuma e que as redacções e as empresas têm inúmeras dificuldades, porque o governo não apoia. Isso não é verdade! Essa ideia não deve transparecer, porque não se confirma na prática.

Portanto, julgo que se deve deixar claro que, por exemplo, só em difusão, só para se ter uma ideia, na medida difusão, ou seja, distribuição dos jornais, nos últimos anos, desde 2006, foram atribuídos 1,5 milhão de euros, sendo que nós participamos a 100% os jornais dentro da ilha e entre as ilhas, 60% para o continente português e 95% para a diáspora açoriana.

Portanto, não estamos a falar de um sistema de apoios que é praticamente inexistente e não tem relevância. Não senhor! Os senhores que falam e que se gabam aqui de falar com as empresas de comunicação social e de ter informação privilegiada, perguntem se esses apoios não têm impacto na vivência diária dos jornais e na gestão da empresa. Têm!

Se não fossem esses apoios possivelmente algumas delas não tinham condições de manter essa actividade nos moldes em que mantêm.

Essa ideia deve ficar clara.

O que agora se faz é conceder um contributo adicional, na medida possível do esforço orçamental do governo.

Presidente: Agradecia que terminasse Sr. Secretário.

O Orador: Termino já Sr. Presidente.

Nós não damos apoios que não posamos depois confirmar na prática. Nós não atribuímos ou não aceitamos atribuir percentagens de apoio que ficam bem no papel, mas que depois nós não conseguimos pagar. É tão simples quanto isso.

Portanto, vamos fazer o que podemos e o que podemos está nas nossas propostas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Assim sendo vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar agora, Sras. e Srs. Deputados ao debate e à votação na especialidade.

O diploma, como sabem, tem 13 artigos. Eu começo por colocar à votação a única proposta de alteração que deu entrada na Mesa, do CDS-PP, para o artigo 1.º, alterando mais concretamente o artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional 10/2009/A, e naturalmente, na segunda versão que foi distribuída, que é a correcta.

O Sr. Deputado Luís Silveira tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora sim, e depois de devidamente distribuída a proposta de alteração em relação às duas gralhas que tinha na inicial, passo a apresentar essa proposta de alteração do CDS-PP.

A proposta prende-se nomeadamente com o artigo 16.º em relação a duas alíneas que acrescentamos no ponto 1, a alínea c) e a alínea d).

Em relação à alínea c) visa vir dar uma comparticipação aos órgãos de comunicação social escrita de 20% nos factores de produção, mas que, e para que não venha a haver excessos ao contrário daquilo que já aconteceu no passado, vem delimitar a um tecto máximo de 750 euros de apoio mensal.

No caso das ilhas da coesão usamos o mesmo proporcional que já era usado para a comunicação social de rádio, em relação aos 40% de apoio à imprensa

escrita nos factores de produção, também com o tecto máximo de 750 euros, isto para, nas ilhas mais pequenas e que têm jornais de tiragem bastante diminuta, ser um contributo maior para estes jornais.

A alínea d) do artigo 16.º vem participar os 100% em relação à expedição dos jornais emitidos via CTT já que, e como disse o Sr. Secretário, e bem, os contributos já são bastante aceitáveis (é um facto), mas numa altura de crise parece-nos que é mais uma pequena ajuda a estes órgãos de comunicação social, que certamente não vai pesar muito no orçamento da região.

De maneira que parece-nos que é correcto nesta altura de crise que haja, nomeadamente para os jovens que estão no continente a estudar e que recebem os jornais da região, bem como para as comunidades de emigrantes, ter este apoio dos 100% que nos parece que é aceitável nesta altura de crise e que não virá a aumentar muito a despesa por parte do governo em relação ao apoio nesta medida. São estas as propostas do CDS. Estamos prontos a esclarecer mais alguma dúvida que tenha o plenário.

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para de uma forma muito rápida e sintética manifestar a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a estas propostas de alteração do CDS-PP, apresentadas pelo Sr. Deputado Luís Silveira, relativamente às propostas de alteração da alínea c) do n.º 1 e alínea c) do n.º 2, ambos do artigo 16.º do diploma que aprova o PROMEDIA.

Dizer que o Partido Socialista, acompanhando o governo nesta matéria desde há muito, tem recusado estes tipos de apoios, designadamente a aquisição do papel, uma vez que todo o programa e todo o sistema de apoios insiste e subsiste com base em apoios como os que constam da alínea a) e da alínea b) (a electricidade, as comunicações) e não a estes factores de produção.

Relativamente à alínea d), a proposta de comparticipação relativamente à expedição postal, do ponto de vista técnico/jurídico cremos que ela não faz sentido neste artigo, porque o apoio à difusão está expressamente previsto no

diploma do PROMEDIA, no artigo 12.º. Esta norma mais não faz do que acrescentar um ligeiro acréscimo na expedição para o continente, porque na expedição inter-ilhas, neste momento, a comparticipação já é integral e na expedição para o estrangeiro, nas ilhas da coesão e do Pico, a expedição, porque os 95% são também majorados, já é apoiada integralmente.

Para estas ilhas também o apoio à expedição postal para o continente tem uma majoração de 10% sendo actualmente de 70%.

São estes os apoios que estão expressamente previstos no artigo 12.º e, como disse, do ponto de vista técnico/jurídico, a solução encontrada pelo CDS-PP não é manifestamente a mais adequada porque não compatibiliza a redacção do artigo 16.º com a redacção do artigo que trata expressamente da difusão postal.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma clarificação do que muito bem explicou o Sr. Deputado Luis Silveira. Sr. Deputado Hernâni Jorge, não vou à técnica jurídica, porque acho que V. Exa. podia ter arranjado outro argumento bem mais válido.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Essa é acessória!

O Orador: A justificação que o Grupo Parlamentar do PS dá é efectivamente acessória.

Agora permita-me uma coisa:

Entende-se bem o cuidado do governo.

Nós apoiamos o PROMEDIA I e II e levamos a consideração que se devia apoiar custos de produção, nomeadamente a electricidade, o telefone, etc., porque são facturas que não é possível haver qualquer desvio. São facturas onde não é possível haver qualquer excesso.

Portanto, os jornais que as empresas recebem das empresas fornecedoras de comunicações e de energia, recebem aquela factura e o governo está a participar aquilo.

Há um documento que prova efectivamente que é aquilo e não há excessos, nem qualquer tentativa de eventualmente passar uma factura fraudulenta ou ir buscar mais dinheiro ao governo.

Entende-se que o governo tenha posto esse cuidado que nós apoiamos. Por isso mesmo, o que nós propomos aqui, é exactamente favorecer os jornais de pequena dimensão que têm mais necessidade, mas protegendo o governo, as entidades públicas e o dinheiro público de eventuais excessos.

Isso é aliás uma regra parecida às deduções fiscais, ou seja, se uma empresa diz que tem 50 mil euros de custos de produção receberá 750. Portanto, vai beneficiar o mais pequeno evitando de alguma maneira a eventual fraude.

Parece-me que é muito equitativa esta proposta e não acarreta assim custos muito significativos. Relativamente à expedição postal Sr. Deputado Hernâni Jorge, efectivamente eu concordo com aquilo que V. Exa. diz. É um ligeiro aumento, mas é uma grande ajuda a quem está fora da nossa terra.

É uma grande ajuda aos açorianos que vivem no continente; é uma grande ajuda aos estudantes que vivem no continente. Alguns deles, muitos deles como o Sr. Deputado sabe, são assinantes dos jornais da sua terra, porque querem manter a ligação à sua terra e gostam de ler as notícias da sua terra.

Mais, Sr. Deputado. Como sabe, há publicações nacionais que têm assinaturas pela net ou até pelo *iphone* que se compram a 40 cêntimos.

Agora nenhum dos jornais açorianos, que eu saiba, tem essa possibilidade da assinatura só electrónica e a um preço muito reduzido.

Portanto, é um ajuda que é um esforço ligeiro para o governo, mas uma grande ajuda para quem estando a estudar fora da sua terra, ou para quem trabalha fora da sua terra e gosta de manter os laços da açorianidade, acho que é um passo muito interessante. É um pequeno esforço para o governo, mas uma grande ajuda para os nossos conterrâneos que vivem no continente, sobretudo, já que, e o Sr. Deputado bem lembrou, nas ilhas da coesão já tem mais 10% até 70%.

O impacto financeiro desta medida Sr. Deputado é, não diria desprezível porque todo o dinheiro deve ser bem contado e bem aplicado, mas julgo, estou convencido, que o Partido Socialista daria um grande contributo, para os nossos

irmãos do continente, apoiando esta medida e daria um grande contributo às pequenas empresas e não só às grandes que têm gráficas, têm isto e têm aquilo e têm custos de produção em série.

São aos pequenos jornais das ilhas como do Pico, do Faial, das Flores, como até da Terceira e como até um ou outro mais pequeno de S. Miguel, mas era um grande contributo às micro-empresas. Micro que têm meia dúzia de postos de trabalho e que com este dinheiro, com os 250 que irão receber e mais estes 750, têm à volta de 1000 euros por mês Sr. Deputado.

É uma grande ajuda Sr. Deputado.

Eu não falei assim com tanta gente, nem com muita gente, mas falei com alguns e para as pequenas empresas, micro empresas, que nesta altura de crise devem ser ajudadas, isto é um pequeno esforço do governo que eu acho que vale bem a pena.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para também de uma forma muito rápida retorquir às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Dizer que não nos podemos esquecer que esta alteração e esta reforma visam alargar o apoio, ao consumo eléctrico e às comunicações, às ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial. Esta medida só por si não é, do ponto de vista financeiro, despicienda Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não disse isso!

O Orador: Tem um impacto financeiro considerável.

Portanto é esta a génese da iniciativa com o impacto financeiro que não é desprezível no quadro do orçamento do apoio aos órgãos de comunicação social na região.

Qualquer outro incremento dos apoios, neste momento, não cabe, na perspectiva do Partido Socialista, no quadro financeiro que nós dispomos.

Aliás, não é essa a orientação, nem o princípio que outros poderes públicos seguem.

O Orçamento de Estado ainda ontem apresentado revela uma redução da indemnização ao serviço público de rádio e televisão de 19%, ou seja, 21 milhões de euros.

O sentido e a orientação são distintos daquela que esta iniciativa, neste momento, promove.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda hoje de manhã debatemos a autonomia!

O Orador: E como disse promove o alargamento do apoio em 20% do consumo de energia eléctrica e das comunicações telefónicas aos órgãos de comunicação social privados das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial, com impacto financeiro significativo, com impacto na saúde financeira e na actividade comercial e empresarial destas instituições de comunicação social.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem 2 minutos.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, não vou precisar dos dois minutos. É mesmo para mandar um telegrama ao Sr. Deputado Hernâni Jorge e dizer-lhe o seguinte:

Ainda hoje de manhã estivemos a falar de Autonomia e, portanto, a República tomará as suas decisões. Nós aqui tomaremos as nossas. Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É um bocadinho mais do que um telegrama Deputado Hernâni Jorge, mas eu pedi um esclarecimento.

Falámos em custos significativos, pelo menos não são uma fortuna imensa, mas pesam com a proposta do Governo que está em cima da mesa e falamos em custos praticamente insignificantes ou pouco representativos.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge manifestou o sentido de voto da bancada do Partido Socialista: não, porque são mais encargos.

O Sr. Deputado Artur Lima invoca que são encargos que praticamente despiciendos.

A minha questão é: de quanto é que estamos a falar, para percebermos o que é que é significativo para uns e despiciendo para outros, que é para termos alguma matéria de facto para podermos decidir sem ser a mera adjectivação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar.

Eu fiquei com dúvidas, depois da intervenção do Sr. Deputado Hernâni Jorge, como é que posso por isto à votação. Por números ou pode ser tudo junto?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Tudo junto.

Presidente: Tudo junto. Muito bem. Então vamos votar a proposta de alteração do CDS-PP para o artigo 16.º do Decreto Legislativo Regional 10/2009/A. Está incluído aqui no artigo 1.º do nosso diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS-PP, 1 voto favor do PPM, 16 abstenções do PSD e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar agora a proposta do artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 contra do PSD e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Artigo 3.º da proposta. O diploma tem 3 artigos. Há uma gralha no original. Onde diz artigo 6.º é artigo 3.º, a entrada em vigor. Vamos votar o artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa agenda. **Projecto de Resolução n.º 12/2011 – “medidas extraordinárias de apoio aos órgãos de comunicação social privado dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses para apresentar o diploma.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O debate sobre esta matéria foi de resto já desenvolvido no anterior ponto da nossa ordem de trabalhos. No entanto apenas para fundamentar que, face àquilo que é a apreciação que o Grupo Parlamentar do PSD faz sobre o actual estado

da comunicação social nos Açores, são necessárias medidas extraordinárias e transitórias.

Realço isto para percebermos que o que está aqui em causa, com aquilo que o PSD entende apresentar a este respeito, é que medidas que são excepcionais não podem transformar-se na regra da relação entre a região e os órgãos de comunicação social. São transitórias e que decorrem do período difícil que vivemos. De facto como tem sido bem evidenciado a crise está instalada,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): O senhor já disse isso 10 vezes!

O Orador: ... as dificuldades são de facto insuportáveis para os órgãos de comunicação social,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor está a dizer isso há 6 anos!

O Orador: ... a publicidade cada vez mais vai desaparecendo, a publicidade institucional vai sendo cada vez menos e, da forma como referi, arbitrária, opaca, sem regras criando a si mesmo distorções ao próprio mercado; o papel como se viu está cada vez mais caro, os prazos de pagamento são cada vez mais curtos, as demoras no pagamento dos apoios públicos existem conforme acabei de referi, faltam as campanhas de promoção que o Sr. Secretário anunciou várias vezes e que ainda não chegaram aos órgãos de comunicação social.

Há um conjunto imenso de dificuldades e os pareceres são claros sobre esta matéria. Fala-se em extrema gravidade.

Há pareceres que dizem que está em causa a existência de alguns títulos, a sustentabilidade das empresas proprietárias e os respectivos postos de trabalho. Ainda agora o Expresso das Nove deixou de ser impresso em papel e passou para digital.

Não há despedimentos – o senhor não lê jornais – despedimentos nos jornais dos Açores? Claro que há!

É óbvio que as empresas de comunicação social dos Açores vivem, neste momento, um período gravíssimo de imensa e profunda dificuldade. Isto é a realidade.

Por muito que os senhores se convençam do contrário isto não ajuda a resolver.

O vosso convencimento contrário não ajuda a resolver. Pelo contrário, convencendo-se que não há problemas, não contribuem em nada para resolvê-los. Esse é que é o problema verdadeiro.

De facto, existe neste momento variadíssimos problemas. Como o PSD evidenciou na intervenção sobre o diploma anterior, estamos perante uma questão de interesse público. Não estamos perante um qualquer sector de iniciativa privada.

Resta saber se o parlamento dos Açores, se o governo dos Açores dão relevância e interesse público à comunicação social. Se entendem que é essencial, numa região como a nossa, haver órgãos de comunicação social que divulguem informação, a cultura, a nossa identidade, que promovam o pluralismo de opinião, que promovam no fundo a democracia. Se é importante ou não. Se isso tem ou não interesse público.

É inadmissível, na nossa perspectiva, que se confunda isso com qualquer outro apoio a empresas ou iniciativa privada.

Está em causa aqui esta questão com esta relevância como referi e é preciso que seja isso que se perceba.

Como disse, incomoda muito o governo regional quando citamos o que dizem os órgãos de comunicação social.

Há um órgão de comunicação social que ainda dizia: “se não for feito nada em 2013 fechamos a porta”.

Há outros que dizem que não sabem como é que chegam ao ano que vem. Isto é a realidade dos órgãos de comunicação social.

Estamos perante uma situação extremamente grave. E quer-se ou não que exista comunicação social nos Açores? Se para os Srs. Deputados e para o governo regional dos Açores é indiferente que exista ou não, obviamente que só têm que votar contra esta proposta.

Se acham que até não deve haver, obviamente que têm que votar contra esta proposta. Agora se acham que é importante haver e que transitória e excepcionalmente devem ser adoptadas algumas medidas...

Deputado Francisco César (PS): O excepcionalmente, já estamos habituados!

O Orador: ... que alcancem esse objectivo, parece-me que têm de votar favoravelmente.

O PSD apresentou esta iniciativa no sentido de promover este debate.

É uma iniciativa que avança com algumas possibilidades e fazemo-lo de uma forma não taxativa e imperativa, exactamente para dar uma margem ao governo para encontrar várias saídas.

O governo regional o que fez foi encontrar aquela solução dos adiantamentos dos pagamentos, que já referi e que é importante, vai ao encontro das pretensões dos órgãos de comunicação social, mas no fundo parece que não está a resolver. Eu dei o exemplo do modelo anterior de que facturas até Março só foram pagas em Setembro, apesar de processadas pelo governo em Junho, mas o que é certo também é que de acordo com o novo modelo há facturas de Abril que ainda não foram pagas.

Isto é uma realidade que está a tocar em vários órgãos de comunicação social e também é um sinal de que as coisas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É sempre o mesmo

O órgão de comunicação social que está a falar é sempre o mesmo!

O Orador: Não é o mesmo, Sr. Secretário, obviamente que não é. São vários órgãos de comunicação social de mais que uma ilha.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga-me quais são!

O Orador: Sr. Secretário que fosse um.

O senhor acha certo que alguém que tem processado um pagamento para Junho só receba em Setembro, com essas dificuldades todas?

Não é um! São vários, de mais que uma ilha, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quais são?

O Orador: O senhor quer saber quais são para depois pressionar os órgãos de comunicação social. Não vai ser com os do PSD!

Os senhores façam o vosso trabalho e paguem aquilo que devem. O problema é que o governo não paga aquilo que deve.

Os senhores querem fazer política à volta disso.

Para o Grupo Parlamentar do PSD não nos preocupa quem são. O que nos preocupa são as responsabilidades públicas que incumbem a todos nós e neste caso especial particularmente ao governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Isso é uma brincadeira!

Deputado Berto Messias (*PS*): São os *monty python*'s!!!

Presidente: Faça favor Sr. deputado.

O Orador: O líder parlamentar fala aqui em *monty python*'s.

Eu não sei quem são os *monty python*'s. E estamos nisso Sr. Presidente. Estamos nisto. Estamos nisto.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas eu envio-lhe o DVD!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos deixar o Sr. Deputado Clélio Meneses continuar. Faça favor Sr. Deputado.

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Faça favor.

O Orador: Espero que as suas recomendações para acalmar a bancada do Partido Socialista surtam efeito.

Deputado Berto Messias (*PS*): Mas eu envio-lhe o DVD, com muito gosto!

O Orador: E insistem.

Presidente: Faça favor de continuar Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (*PS*): Os apartes são regimentais. Não percebo esta insensibilidade sobre os apartes.

Deputado António Marinho (*PSD*): O senhor nem sequer sabe o que são apartes!

O Orador: Estava eu a dizer que essas medidas são excepcionais e transitórias e como dizia não são imperativas, porque damos uma margem para o governo regional adoptar aquelas que acha mais adequadas. E referi aquela iniciativa do Decreto Regulamentar regional dos prazos, relativamente à qual o PSD manifesta concordância.

O governo também apresentou uma solução relativamente ao apoio de 3500 euros para a fixação de jovens licenciados em comunicação social. Referi na

minha anterior intervenção que de facto os órgãos de comunicação social não entenderam essa medida como muito eficaz e digo mais:

Na perspectiva do PSD não nos parece correcto, ética e deontologicamente, apoiar directamente salários dos jornalistas.

Por isso essa medida é uma daquelas que o PSD não concorda. O PSD acha que não é correcto, em termos da relação pública entre a região e os órgãos da comunicação social, dar apoio directo a jornalistas.

Mas apresentamos outras possibilidades que são aquelas que estão aqui enunciadas no nosso projecto de resolução que tem a ver com a difusão informativa e sobre esta matéria manifestamos concordância de alargar essa difusão informativa, apoiar, participar o pagamento de profissionais, como por exemplo os distribuidores, porta a porta, porque muito daquilo que é a difusão não é feita por via postal ou através de empresas devidamente licenciadas para isso.

Há muita difusão que é feita através dos distribuidores porta a porta que têm um papel também importante e são postos de trabalho que estão em causa este apoio.

O apoio ao custo de papel, conforme já foi aqui referido, em termos transitórios e excepcionais, tendo em conta o peso excepcional que está a ter neste momento na estrutura de custos destas empresas e com uma nota que o PSD anuncia de forma clara aqui, para evitar os abusos e a forma como este apoio podia ser utilizado de forma deturpada.

O PSD avança mesmo dizendo “mediante definição de um custo médio de apoio por resma de papel em função do seu custo de mercado”, isto para evitar qualquer tipo de abuso ou qualquer tipo de utilização que não fosse ao encontro aos objectivos do apoio em causa.

Também um apoio aos custos mensais no que respeita às contribuições para a segurança social. O PSD avançava mais relativamente à importância de alargar estes apoios a várias ilhas que não só as ilhas da coesão, porque entendemos que neste momento a situação extraordinária de crise que vivem estes órgãos de comunicação social exige este alargamento.

Por outro lado também, o PSD recomenda que seja contratualizada assinaturas dos vários órgãos de comunicação social escrita como por exemplo, as escolas, associações de apoio social dos Açores, Lares de Idosos, Centros de Dia, Casas dos Açores, no sentido de garantir que haja, de facto, essa divulgação.

Pode dizer-se o governo não se mete na gestão, não financia, não apoia, não compra, não toma conta. Mas pode comprar aquilo que são os produtos fornecidos por esses órgãos e neste caso está aqui um claro exemplo. Pode comprar, pode adquirir os serviços designadamente a nível dos jornais e ao nível das assinaturas, comprar os produtos não é o jornal.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E compram o jornal!

O Orador: Mas para além disso, como dizia nas anteriores intervenções, também é essencial que faça aquilo que neste momento o PSD entende que ainda não foi feito. Uma distribuição de publicidade institucional de forma isenta, rigorosa, objectiva que não crie, isso sim, distorções do mercado conforme tem acontecido.

Acabei de dar um exemplo sobre a Secretaria Regional da Economia no debate anterior, em que não é justificável que jornais que têm publicação mensal tenham 10 vezes mais de publicidade do que jornais que têm distribuição diária. Isto é uma clara intromissão no mercado e na gestão dessas empresas.

Como referi o PSD com isto está apenas e só a reflectir em sede parlamentar aquilo que é a nossa visão da realidade regional deste tempo.

A nossa visão relativamente às profundas dificuldades pelas quais passam os órgãos de comunicação social dos Açores. Constatando e conhecendo esta realidade estamos a dar consequência séria e parlamentar a isto apresentando propostas. Obviamente que podem entender o contrário conforme já manifestaram. Da parte do PSD isso não é uma questão de menorização pessoal de quem quer que seja. É apenas e só a assunção de uma perspectiva política que legitimamente todos têm direito a ter.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Projecto de Resolução do PSD tem naturalmente coisas meritórias, mas eu gostaria de alguns esclarecimentos para formular a nossa posição definitiva sobre isto.

Começo logo no ponto 1 onde diz “a título excepcional e com carácter transitório”.

Era preciso perceber até quando é este carácter transitório.

Depois vem por aqui abaixo o aumento da percentagem do apoio à difusão informativa na comparticipação do pagamento das remunerações mensais dos distribuidores.

Eu percebi do Sr. Deputado Clélio Meneses, da sua intervenção, corrigir-me-á se estiver errado, que não queria pagar salários a jornalistas, mas paga salários a distribuidores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): São diferentes!

O Orador: Depois vem o apoio ao papel mediante a definição de um custo médio de apoio por resma, mas comparticipa-se resmas, resmas e resmas de papel, não há limite?

O custo médio é um factor positivo dá alguma limitação, mas não tem limitação na quantidade.

Se o jornal disser que são mil resmas, pagam-se mil resmas.

Aqui não vejo como se possa evitar algum abuso se é que existe por parte de alguns jornais.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): E se o jornal tiver uma topografia?

O Orador: Depois na comparticipação de percentagem – mas qual percentagem? É preciso quantificá-la. Qual é a percentagem que os senhores querem participar? – de custos mensais respeitantes às contribuições para a segurança social.

É preciso dizer se é 10, 15, 20, 40 se é 50 se é 90 se é 95 qual é a percentagem?

Deixam mais uma vez a porta aberta ao governo.

Já ouvi dizer nesta casa que não se passavam cheques em branco.

Isto é um cheque totalmente transparente, não tem cor. O governo depois põe lá o que quiser, desde que ponha.

Mas se puser 5% de participação, o PSD fica satisfeito?

Pois se calhar não fica, porque achava que era mais.

Portanto, é pouco. Não quantifica as suas propostas e depois não a baliza no tempo a sua proposta.

O ponto 2 e o ponto 3 acho que não vale a pena comentar, porque são as propostas do sindicato. Portanto, por outras palavras, são iguais às propostas do sindicato que todos nós tivemos acesso.

Isto aqui é quase como regionalizar a imprensa. Isto é que eu acho verdadeiramente perigoso, esta tentativa de querer regionalizar, pagando tudo e mais alguma coisa sem limites é uma tentativa (pode aqui haver) de querer regionalizar a imprensa.

Por último fazia uma pergunta à bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

A pergunta é esta: e que tal uma continhas para a gente perceber quanto é que isto custa, para percebermos o que é que estamos a votar, para percebermos quanto é este apoio?

Esta continha – eu chamo-lhe continha obviamente num sentido muito figurado porque isto é uma conta muito grande – é uma conta que levada ao limite pode ser excessiva, nomeadamente no papel, nos salários, na contratação dos distribuidores, enfim e por aí fora.

O PSD naturalmente quando fez esta proposta quantificou-a e eu gostaria de saber quanto é que custará isto à região.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No essencial a discussão sobre os apoios à comunicação social está feita. Reconhecendo a importância do apoio público a este sector de actividade e até pelo seu interesse público, relativamente à proposta do PSD que estamos a apreciar, eu julgo que, independentemente da bondade da iniciativa, o PSD não sabe muito bem que medidas é que afinal de contas quer que sejam apoiadas.

Sr. Deputado eu vou-lhe ler “tais medidas poderão eventualmente consubstanciar-se”. Quer dizer podem ser estas como podem ser quaisquer outras.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nós avançamos com algumas!

O Orador: Sr. Deputado vai desculpar-me. O Sr. Deputado diz aqui tais medidas poderão eventualmente consubstanciar-se nestas e inúmeras algumas com as quais, e tive há pouco oportunidade de dizer, não concordo, mesmo que fossem estas, porque o PSD não sabe bem se são estas ou se são quaisquer outras, porque diz que podem ser eventualmente estas aqui e não outras.

Aliás também quero dizer-lhe que não concordo com o ponto n.º 2 do vosso projecto de resolução, porque visa, no fundo, acabar com a discriminação positiva para as ilhas da coesão.

Quando muito Sr. Deputado e aí certamente concordaria com o 3.º ponto do vosso projecto de resolução, mas uma vez que ele não pode ser alterado, lamentavelmente não poderei dar o apoio ao projecto de resolução que o PSD aqui nos traz pelo que deixei exposto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Valadão tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Valadão (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Toda a gente gosta de ficar bem na fotografia e parece-me que esta é uma proposta para ficar bem na fotografia, porque precisamente falta-lhe rigor nas propostas.

O Sr. Deputado disse que eram medidas transitórias, quando nós acabámos de aprovar um programa com medidas de durabilidade. Portanto parece-nos que esta proposta não tem muito fundamento.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Deputado, não tem sequência lógica!

Vai ficar mal na fotografia!

Deputado Berto Messias (PS): Não fique nervoso!

O Orador: Por isso o voto do Partido Socialista é contra esta proposta pela argumentação que já apresentamos na anterior proposta.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente, até porque creio que os Srs. Deputados que falaram antes de mim e que se referiram à proposta do PSD já fizeram uma abordagem bastante detalhada das dúvidas que este diploma suscita e até de algumas que não são dúvidas, são certezas, no sentido negativo, ou seja, medidas completamente do nosso ponto de vista desadequadas e que têm uma explicação.

Este diploma realmente é vago, é exemplificativo, não é quantificado, não se percebe exactamente que impactos terá, nem os positivos, nem eventualmente os negativos, do ponto de vista orçamental, mas isso tem uma explicação: é que este diploma, como se recordam do debate anterior, surgiu em resposta apressada à acção do governo.

Quando se faz essa resposta apressada surgem destes problemas. Surgem estes diplomas que nem o proponente sabe muito bem o que é que resolveu fazer, mas sabe que tinha que fazer qualquer coisa.

Portanto, foi por causa disso em parte que este diploma tem esta estrutura. Eu gostava só de dizer que o que se passa aqui é basicamente reproduzir algumas das ideias que o governo tinha lançado no início da consulta que fez às várias empresas de comunicação social privada da região e acrescentar-lhes mais um pouco, mais um bocadinho além, um bocadinho mais longe, um bocadinho mais forte, um bocadinho mais alto qual lema olímpica.

A ideia é: o governo apoia a difusão informativa.

Apoia de facto, já sabemos. Apoia a 100% na ilha de publicação e entre as ilhas dos Açores, apoia a 60% para o continente português, a 95% para a diáspora.

O que é que propõe o PSD? 100% em todas as circunstâncias.

O governo comparticipa alguns custos de actividade ou de produção, como a energia ou as comunicações que agora estendemos das ilhas da coesão a todas as ilhas dos Açores.

O que é que propõe o PSD?

Não! Só esses custos não! Junte-se mais uma lista de custos. E vem o papel.

O papel, além de ter sido um sistema que já vigorou e que não funcionou, era susceptível a abusos e esses abusos verificaram-se de facto, é um apoio que favorece e está pensando sobretudo para aqueles jornais que integram ou que fazem parte de um grupo que integrem uma empresa gráfica.

Portanto, esses são os jornais de maior dimensão.

Quando se está a pensar num apoio dirigido ao papel está-se a pensar sobretudo nos grandes, nos que menos precisam de apoio e está-se a pensar menos naqueles que fazem jornais de tipo mais rudimentar, que concessionam serviço a terceiros e que não têm gráficas, nem compram papel. Isso também era algo que me parece que deve ser salientado.

Por outro lado, o PSD nessa sua ânsia de participar também na fotografia do problema e da resolução do problema, decide estender apoios aos encargos com pessoal, nomeadamente por via das contribuições para a segurança social.

Nós não podemos, no quadro legal sequer, dar apoios que se destinem a esse efeito. Por outro lado, também já damos por outra via.

Nos casos, e há casos nos Açores, de empresas que têm dívidas ao fisco e à segurança social, nomeadamente no caso à segurança social, nós no apoio que damos retemos parte para que essa parte seja utilizada no pagamento da dívida à segurança social nos termos legais.

Portanto já isso é feito. É feito de outra forma, mas é feito por via do enquadramento legal existente e, portanto, essa parte já está resolvida, digamos assim.

Depois, naquilo em que é original, este diploma é completamente desadequado, nomeadamente no caso do apoio que se pretende dar às empresas de distribuição.

Esses apoios que os senhores pretendem dar ao porta à porta, não é um apoio dirigido a um jornal. É um apoio dirigido a uma empresa que distribui jornais, que é algo completamente diferente.

O custo da distribuição, se for feito pelos CTT, nós comparticipamos.

Só não participamos se o custo for feito por uma empresa não equiparada em termos de envio de correio.

Portanto, o que se verifica é que os senhores estão a pensar nas empresas que distribuem jornais. Não estão a pensar nas empresas que fazem jornais.

Nós já tivemos que recusar duas candidaturas ao PROMEDIA, à distribuição, as duas vindas do mesmo jornal, porque esse jornal decidiu a meio do ano substituir o envio pelos CTT por uma empresa que fazia esse serviço especificamente, mas que custava o dobro do que custava antes o envio pelos CTT. Só para terem uma ideia de que isso é uma medida de gestão desadequada que não compete às entidades públicas fomentar e que depois não é sequer controlável.

Gostava de terminar esta primeira intervenção referindo mais uma vez, e sou obrigado a isso, a questão da publicidade institucional.

Não é que o faça com muito gosto mas o Sr. Deputado Clélio Meneses voltou a referenciar um exemplo que encontrou no relatório que o governo manda para a Assembleia sobre os seus gastos de publicidade institucional...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não ouviu nada do que eu disse! Paciência!

O Orador: ... em resposta ao facto de eu ter dito que a Câmara Municipal de Ponta Delgada era a entidade pública nos Açores que mais gastava em publicidade institucional do ponto de vista proporcional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já é a 3º vez que disse isso!

O Orador: Há algo que precisa então de ser explicado melhor ao Sr. Deputado Clélio Meneses. É que se ficou com dúvidas sobre o investimento publicitário de um departamento do governo num determinado jornal, eu então também fico com muitas dúvidas quando verifico que do montante global que a Câmara Municipal de Ponta Delgada investiu em publicidade institucional, no período em causa, desse montante global, mais de 50% desse investimento foi feito num único grupo de comunicação social do concelho de Ponta Delgada.

Portanto, dúvidas sobre essa matéria eu tenho imensas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é?

O **Orador:** ... não só porque a Câmara de Ponta Delgada é a entidade que mais gasta em publicidade institucional nos Açores, mas também pelo facto de gastar esse mais quase tudo no mesmo grupo de comunicação social.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é o jornal?

O **Orador:** Portanto, não posso deixar de partilhar estes dados que são, aliás, públicos dos senhores e de ficar extremamente preocupado com a desadequação entre o discurso e a prática que o PSD tem nesta matéria.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

Parte substancial deste debate está feito não só pelas intervenções anteriores, mas porque também começámos a fazer quando analisámos a proposta do Governo para o PROMEDIA.

No entanto, há duas ou três coisas que eu gostaria de dizer, em nome da bancada do BE, relativamente a este Projecto de Resolução do PSD e do seu conteúdo.

Primeiro deixar claro que nós compreendemos a bondade, a generosidade da sua intenção que é apoiar as empresas privadas de comunicação social na nossa Região.

Não aceitamos de maneira nenhuma a chantagem que o Sr. Deputado Clélio Meneses apresentou quando começou a defender o diploma dizendo, por exemplo, que “quem não apoia o conteúdo deste Projecto de Resolução é porque não reconhece o serviço público e o interesse público que a comunicação social privada na nossa Região faz”. Nós não aceitamos esta chantagem. Também não aceitamos que o mesmo Sr. Deputado diga que quem defende a pluralidade na democracia tem que aceitar os termos deste Projecto de Resolução.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: Sr. Deputado Clélio Meneses, disse! Foi nestes termos que o Sr. Deputado, talvez não fosse o que quis dizer mas foi aquilo que o Sr. Deputado disse e nós não aceitamos isso. Vou dizer-lhe porquê: o Bloco de Esquerda

reconhece o serviço público e o interesse público dos órgãos de comunicação social privados na nossa Região, porque o BE defende a democracia e a pluralidade e o serviço que estes órgãos de comunicação social prestam dentro destas vertentes, mas o BE não aceita que este Governo Regional ou qualquer outro Governo Regional nesta Região ou em qualquer outra Região aumente a percentagem de apoio à difusão informativa; aumente a comparticipação do pagamento das remunerações mensais dos distribuidores de jornais porta a porta; aumente o apoio ao custo do papel; aumente a comparticipação de percentagem dos custos mensais respeitantes às contribuições para a Segurança Social.

Sras. e Srs. Deputados: vale a pena perguntar que empresas são estas. Vamos lá a ver se nos entendemos.

Não posso também deixar de dizer que uma empresa seja ela de comunicação social ou de outra coisa qualquer, que precisa de todos estes apoios, inclusive a escrita em papel, não é uma empresa que não existe. Não existe.

Tenho que lembrar a esta câmara e sobretudo aos Srs. Deputados do PSD o seguinte: compreendendo a bondade da defesa desta comunicação social, das empresas privadas e subscrevendo a preocupação subjacente a este Projecto de Resolução, não posso deixar de dizer que gostaria de ver o mesmo empenho e a mesma exigência de apoio ao Governo, no caso da República, no que trata ser a defesa do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores. Portanto, desafio os Srs. Deputados do PSD a fazerem na República, para o serviço público de rádio e televisão, o mesmo tipo de exigências que estão a fazer na Região ao Governo Regional para a comunicação social privada.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Da parte do PPM já deixámos bem expressa a nossa posição na discussão da iniciativa anterior.

Mantemos a nossa posição que é de facto constatar que a nossa comunicação social privada é de grande importância para o pluralismo democrático na nossa Região e também considerar que a nossa comunicação social vive um contexto económico muito difícil.

Portanto, nesse sentido o que se sucedeu é que considero que o Governo Regional na iniciativa que tinha não resolvia o problema com meios próprios. Não resolvia os problemas com os próprios pareceres que nos chegaram das diversas entidades.

Portanto, o que aconteceu foi que o Governo Regional queria demonstrar alguma iniciativa nessa área. Essa iniciativa era insuficiente.

Pelo contrário, considero que a proposta do Partido Social Democrata é uma proposta válida que vai no sentido daquilo que eu também defendo nesta matéria...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que sacrifício que o senhor faz aí!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há nenhuma convicção na sua palavra!

O Orador: Não faço sacrifício nenhum.

O que eu estou a dizer é que os senhores não querem fazer sacrifícios naquelas áreas que devem realizar.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

O Orador: Srs. Deputados ou falam os senhores ou falo eu!

Presidente: Sr. Deputado não se zangue, não vale a pena.

Faça favor de continuar.

O Orador: O que quero dizer é que considero este Projecto de Resolução muito adequado.

Resolve a questão, ao contrário da iniciativa do PS que não resolvia coisíssima nenhuma e não tinha uma resposta eficaz ao problema.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Falta de convicção!

O Orador: Este Projecto de Resolução, responde, é eficaz e se vier a ser implementado o problema fica resolvido.

Nesse sentido o PPM irá votar favoravelmente o Projecto de Resolução em causa.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é um frete!

Presidente: Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esclarecer três ou quatro questões, uma delas pensei que já tinha ficado esclarecida no debate anterior, mas pelos vistos há pessoas que insistem em reincidir.

Para que fique claro o Projecto de Resolução do PSD, agora em discussão, deu entrada no dia 24 de Fevereiro de 2011.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Peguem no calendário!

O Orador: Tenho que dizer a verdade com números. 24 de Fevereiro de 2011.

O Governo faz publicar uma Resolução em 29 de Abril (mais de dois meses depois).

O diploma que estivemos a discutir deu entrada em 5 de Maio (mais 3 meses depois).

Por isso, por muita vontade que o Secretário Regional da Presidência venha cá dizer que vieram atrás, vieram à frente, aqui não está em causa quem veio atrás, quem veio a reboque. Cada um exerceu as suas funções e as suas responsabilidades no tempo que achou adequado.

O PSD por acaso apresentou a sua proposta a 24 de Fevereiro. O Governo deu entrada na sua em Maio.

O senhor com o malabarismo com que tenta imprimir às suas intervenções, tenta fazer crer que Maio é antes de Fevereiro. O ano é o mesmo.

Quanto à natureza do diploma, acho que há aqui um equívoco relativamente à natureza do diploma.

Estamos perante não um diploma legislativo, estamos perante um Projecto de Resolução e todos os Grupos Parlamentares aqui presentes já apresentaram Projectos de Resolução de idêntico teor.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O “eventualmente” é que eu quero ver explicado!

O Orador: Só aqui, de um momento rápido, o CDS/PP apresentou um sobre “Uniformização de Bolsas”, obviamente sem quantificar, nem era exigível. É uma proposta política, uma posição política de recomendação.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não sabe quanto é que custa!

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o “eventualmente”?

O Orador: O Grupo Parlamentar do PS apresentou aqui um Projecto de Resolução para facilitar o emprego jovem, “criação de uma plataforma distrital única que congregue todas as informações”.

Não incumbe aos Grupos Parlamentares, todos eles, conforme foi aqui referido e ao longo da história parlamentar, que nos projectos de resolução quantifiquem ou determinem o que quer que seja.

O que o PSD fez foi uma recomendação, como bem disse e repito, com base na constatação da realidade açoriana que o PSD faz e apontando caminhos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E a responsabilidade do partido do Governo?

O Orador: Obviamente, que dando a possibilidade do Governo de acordo com a discricionariade que, esta sim, é legítima e legal, com os meios que tem disponíveis deve dar cumprimento a esta recomendação.

Mas o PSD não quis impor. Não quis obrigar o Governo a nada. Apontou caminhos, conforme é legítimo em termos políticos e parlamentares.

Que algumas pessoas não tenham conhecimento do funcionamento do Parlamento, das regras parlamentares e do relacionamento do Governo com o Parlamento, até entendo.

Agora o que está aqui em causa é a prática parlamentar e o cumprimento escrupuloso das regras de funcionamento do Parlamento, que são estas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E o eventualmente?

O Orador: Nada obriga ou impõe o que quer que seja relativamente a esta matéria.

O PSD faz uma recomendação conforme todos os Grupos Parlamentares já fizeram.

Uma outra nota tem a ver com a história do papel.

Vai contra os nossos princípios.

Na Proposta do CDS/PP o Governo disse o mesmo agora volta a repetir.

O que é certo é que por exemplo sobre os telefones os senhores diziam a mesma coisa.

Em 2006 sobre os telefones os senhores diziam, estou a citar o então Secretário Regional da Presidência, agora Secretário Regional da Economia: “não se compreende que hoje em dia possa haver o pagamento ou pelo menos a previsão em termos legais, por exemplo, de que se deve subsidiar os custos telefónicos”.

Quer isto dizer em concreto que no Decreto 94 havia a previsão de subsidiar chamadas telefónicas. Ao Governo não compete este tipo de financiamento.

Agora o Governo apresenta uma Proposta a financiar custos telefónicos.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Está a citar mal!

O Orador: Não. Está aqui referido. Estou a citar declarações do Sr. Secretário da Presidência da altura.

Na altura dizia isso, financiar custos telefónicos é uma desgraça neste mundo.

Depois financiou custos telefónicos.

O mesmo acontece relativamente ao papel.

O que está em causa e para terminar esta questão, parece essencial: a publicidade institucional.

O Governo e o PS quando estão assim meios à rasca arranjam maneira de atirar para a Câmara de Ponta Delgada. Ora para a Madeira, ora para a Câmara de Ponta Delgada, ora para 92.

Os senhores coloquem-se no seu tempo e tentem resolver os problemas de hoje dos açorianos.

Deputados Jorge Macedo e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é que é a questão. Temos responsabilidades regionais, somos Deputados Regionais, os senhores são Governo Regional e assumam a responsabilidade de abordar a Região pelas dificuldades que tem, pelos problemas que tem e sobretudo pela necessidade que os açorianos têm de os ver resolvidos.

Esta é que é a questão que deve ficar clara de uma vez por todas.

Vir aqui misturar uma Câmara Municipal, qualquer que ela seja, que no seu município faz publicidade institucional em 50% dum grupo de comunicação social, quantos grupos há, qual é a distribuição? Atire esse número para o ar, a ver se pega.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): No caso são 3!

O Orador: O senhor não consegue explicar como é que em 2008 um órgão de comunicação social tem periodicidade mensal, sai uma vez por mês...

Deputado Berto Messias (PS): É a 5.º vez que o senhor diz isso!

O Orador: Eu não disse isso. O senhor não está ouvindo. Eu falei em 2008.

Deputado Berto Messias (PS): É a mesma coisa!

O Orador: O problema é esse. É que é a mesma coisa. Passa ano atrás de ano e os senhores continuam a privilegiar uns em relação aos outros de forma a influenciar directamente alguns órgãos de comunicação social da Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Há um órgão de comunicação social de periodicidade mensal que recebeu em 2008, trinta e um mil, duzentos e dez euros. Sai uma vez por mês. Por exemplo, o “Diário Insular” que sai uma vez por dia, recebeu sete mil e seiscentos euros.

O que sai uma vez por mês recebe trinta e um mil, o que sai uma vez por dia recebe sete mil.

“A União”, que sai uma vez por dia recebeu duzentos e sessenta e nove euros.

O “Correio dos Açores” recebeu setecentos e quarenta e três. De trinta mil para setecentos; de trinta mil para duzentos.

Isto é pegar nos dinheiros públicos e utilizá-los de acordo com os critérios mais importantes de transparência, rigor, objectividade e de acordo com o interesse público? Concordam com isso?

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sim!

O Orador: O Sr. Presidente diz que sim. O Sr. Presidente também diz que pagamos a 21 dias. Acabámos de demonstrar que na comunicação social pagam a 60. Vamos ao Hospital da Horta e não pagam juro há um ano. Há fornecedores que não recebem há mais de um ano. Essa é que é a vossa verdade! Essa é que é a vossa verdade!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: O senhor com o ar mais credível que possa apresentar, o que é certo é que ninguém pode acreditar num Governo que diz que paga a 21 dias, quando os empresários açorianos sabem bem o quanto se inquietam: são três meses, quatro meses, cinco meses, seis meses, um ano de atraso para receber aquilo que fizeram e os senhores não pagam. Isso é que é a verdade.

Ainda agora, como dizia, o Hospital da Horta, que é uma entidade pública, não paga juro há um ano. O que é isto!? Ao que chegámos! Isto é o completo colapso...

Presidente: Vamos voltar ao PROMEDIA. Vamos voltar à comunicação social Sr. Deputado.

O Orador: ... e os senhores acham que está tudo bem, que isto é tudo uma maravilha e continuam a viver na vossa maravilha.

O que é certo e o que nos preocupa em concreto são os problemas dos açorianos e o que nos preocupa é contribuir para resolvê-los.

Da parte do PS e do Governo Regional o que os preocupa e ocupa é apenas tentar encontrar alguma chaticesinha ao PSD. É tentar falar na Dra. Berta Cabral. É tentar falar nisto e naquilo. Isso não nos preocupa nada. Os senhores ocupem-se em resolver os problemas dos açorianos.

Neste caso concreto na comunicação social o que vemos é a desgraça por que passam as empresas titulares de comunicação social sem saber como vão pagar salários, sem saber como vão chegar ao ano que vem. Este é que é o problema e sobre isto o que os senhores fazem são meros paliativos. Apresentam aqui um projectosinho de Decreto Legislativo Regional que contribui para 250 euros por mês nalguns jornais, noutros são 200, noutros nem chega a 200.

Isto é que resolve o problema dos açorianos e neste caso da comunicação social?

O problema de facto é este, é esta a realidade e como vimos o Governo Regional naquilo que poderia fazer ao nível da publicidade institucional o que fez foi dar dezenas de milhares a uns e centenas a outros. Com isso criaram um grande problema à comunicação social dos Açores e sobretudo deram um péssimo exemplo de rigor na gestão pública.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não respondeu ao Sr. Deputado Artur Lima!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Concretizei!

Deputado Berto Messias (PS): Não concretizou nada, zero!

Presidente: Sr. Deputado Hernâni tem a palavra.

(*) Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não tencionava intervir neste debate mas depois da longa e demagógica intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses não podia deixar de pedir a palavra para referir o seguinte e centrarmo-nos naquilo que estamos a debater.

No momento imediatamente anterior a esta agenda aprovámos uma alteração ao PROMEDIA II que, digo e repito para nos centrarmos naquilo que aqui nos traz, alarga o apoio em 20% do custo da energia e das comunicações aos órgãos de comunicação social das ilhas: S. Miguel, Terceira, Pico e Faial.

Uma medida com impacto financeiro no orçamento e no plano de investimentos da comunicação social do Governo Regional e com impacto nas empresas de comunicação social que são abrangidas por estas medidas.

O Sr. Deputado Clélio Meneses vem na defesa dum Projecto de Resolução do PSD, que aliás na sequência do chumbo das propostas na especialidade apresentadas pelo CDS/PP, só por si já estaria condenado, vem trazer a debate questões que nada têm a ver com isto e vem trazer a debate as dívidas do Governo, outros aspectos absolutamente laterais desta discussão.

Deputado António Marinho (PSD): Que não interessam para nada!!!

O Orador: Quem estivesse atento à intervenção do Sr. Deputado Clélio Meneses devia pensar que se calhar o Sr. Secretário Regional da Presidência ainda não transferiu para o Hospital da Horta, ao abrigo do PROMEDIA, a verba para a luz eléctrica.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Foi só para concretizar!

Deputado João Costa (PSD): O senhor não diga que há dívidas!

Deputado Luís Garcia(PSD): Mas há dívidas!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses o que é que as dívidas do Governo Regional, em matérias que nada têm a ver com a comunicação social, têm a ver com isto e são para aqui trazidas?

Sr. Deputado Clélio Meneses perante a falta de argumentos, perante a evidência daquilo que acabámos de aprovar no ponto imediatamente anterior, que é o alargamento de um apoio efectivo aos órgãos de comunicação social, teve que derivar e fazer demagogia com eventuais dívidas do Governo que nada têm a ver com os órgãos de comunicação social da Região.

Deputados Berto Messias e José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, primeiro para salientar que o Sr. Deputado Clélio Meneses embora tenha falado muito tempo não respondeu à grande maioria das questões

e das dúvidas que foram suscitadas pelas várias bancadas, incluindo a bancada do Governo.

Mais, não respondeu à questão essencial que é aquela que daria algum alicerce ou alguma fundamentação à proposta do PSD: que impacto tem isso a nível orçamental? Quanto é que custam as medidas que o senhor quer implementar?

O senhor refugiou-se e disse: bom, nessa matéria ninguém pode falar porque todos fazem propostas que não sabem muito bem quanto é que custam. A gente também não sabe mas ficamos todos na mesma e não há problema nenhum.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não foi isso que eu disse!

Deputado João Costa (PSD): Isto é uma recomendação

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não sabe o que é um Projecto de Resolução e uma resolução?

O Orador: Para um partido que quer assumir responsabilidades governativas isso é de uma capacidade de previsão, uma capacidade de análise fantástica e diz bem para onde é que iríamos se fôssemos os senhores. Portanto fica claro.

Há outra questão que eu gostava de salientar.

Se o Sr. Deputado Clélio Meneses fosse vidente já tinha sido despedido há muitos anos. O Sr. Deputado se fosse vidente não tinha trabalho.

O senhor anda há seis anos a dizer exactamente essa conversa, que a comunicação social privada nos Açores vai fechar, de que os jornais estão falidos, de que não há condições para haver mercado, de que as empresas não podem. O senhor está há seis anos nesta casa a dizer essa mesma conversa. Nada do que o senhor diz se verifica na prática e o senhor continua seis anos depois a dizer exactamente as mesmas conversas, convencido de que tem razão. O senhor se fosse vidente já não tinha emprego porque o senhor há seis anos não acerta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

O Orador: Gostava de dizer, para terminar, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E a comunicação social dos Açores?

O Orador: ... que este processo que o Governo encetou em Janeiro é um processo que teve a sua lógica, partiu da constatação e da auscultação dos interessados, das empresas de comunicação social. Fomos lá ouvir o que tinham para dizer. É muito diferente. Nós não ouvimos intermediários, nós tivemos lá nas redacções a ver como trabalham as empresas, a ver que dificuldades têm. Não ouvimos dizer, estivemos lá.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E nós do PSD não vamos lá de 4 em 4 anos. Vamos lá todos os dias!

O Orador: Na sequência daquilo que nos foi dito, com essa preocupação, nós engendramos um conjunto de medidas que são as possíveis, não são eventualmente as desejáveis, todas aquelas que as empresas desejariam, mas são as possíveis no quadro legal e no quadro orçamental, porque é assim que se governa com responsabilidade.

Essa é a diferença entre a responsabilidade de quem se preocupa com o orçamento e a irresponsabilidade de quem não sabe quanto é que custam as medidas que propõe, que é o vosso caso. Não entramos nesse campeonato. O nosso campeonato é o da responsabilidade, é o da governação, é aquele que os açorianos validam cada vez que votam em nós. Não é o campeonato do PSD que não sabe quanto é que custa aquilo que quer propor, nem quer saber, que é o mais grave.

Vou finalizar, da minha parte, a questão da publicidade institucional.

O Sr. Deputado quando não tem safa em termos de debate foge para a publicidade institucional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor não consegue justificar isto!

O Orador: Já lhe demonstrei quem é o principal gastador de publicidade institucional nos Açores: Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Já lhe disse que a grande parcela, a maioria desse investimento, é feito num só grupo de comunicação social.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fale em números concretos!

O Orador: O senhor questiona os gastos, diz que é um mau baratar de dinheiro público, isto devia preocupar. Não lhe preocupa e não acha preocupante que a Câmara Municipal de Ponta Delgada, liderada pelo PSD, gaste mais de 50% do seu orçamento de publicidade institucional num grupo de comunicação social, cujo proprietário é este responsável governativo da área do PSD e de gente da área do PSD. Não lhe causa algum incómodo, isso?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas o que é isto? O senhor quantifique! Eu sou Deputado Regional, posso questionar o governo!

O Orador: Não lhe parece que isso é uma situação que precisava de ser esclarecida? Não lhe parece que isso merecia um esclarecimento da vossa parte? A mim parece-me e acho que o senhor se deveria preocupar também com essa matéria.

Resumindo porque o senhor quis ir para aí e acho que deve ficar absolutamente claro.

Um partido que gasta a maior parte dos dinheiros públicos que gere ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Um partido? Como é um partido?

O Orador: Sim, um partido com responsabilidade autárquica.

... atribuindo a um grupo empresarial que é gerido por um ex- membro do Governo e um dirigente, acho que isso merecia um esclarecimento da vossa parte no mínimo, já para não falar de preocupação.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sou Deputado Regional. Mereço um esclarecimento sobre isto!

O Orador: Portanto é essa oposição do Governo. O Governo não poderá suportar, apoiar medidas desse cariz, muito menos quando o próprio proponente diz que elas são exemplificativas e nem sabe quanto é que elas custam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar, já que o Sr. Deputado Clélio Meneses invocou aqui um diploma nosso sobre a quantificação de custos e o das bolsas de estudo, eu

queria exactamente dizer-lhe que o espírito é exactamente contrário àquilo que tem nesse Projecto de Resolução.

Exactamente contrário porque previa em primeiro lugar corrigir injustiças, em segundo lugar balizar o tecto máximo das bolsas de estudo ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Estava quantificado?

O Orador: ... e em terceiro lugar estava perfeitamente quantificado, Sr. Deputado Pedro Gomes.

Gosto sempre de responder aos seus apartes com toda a consideração embora V. Exa. às vezes fique ofendido, mas estava perfeitamente quantificado porque se sabia exactamente quanto se gastava com as bolsas que estavam em discussão na altura daquele diploma e V. Ex^a. lembra-se muito bem quais eram, porque até levantaram o problema, mas depois deixaram-no cair (despenhou-se o avião).

Vs. Exas. é que o levantaram mas depois não souberam pilotar o avião ao porto que imaginavam que iam chegar, ao aeroporto neste caso.

Só para dizer que efectivamente queríamos balizar, quantificar, poupar.

Tenho aqui o nosso Projecto de Resolução, mas isso não é efectivamente a questão, nem sequer é desculpa para um partido que se arvora como a única alternativa do Governo dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Discordo disso!

O Orador: É muito menos desculpa para um partido que diz que é a única alternativa de Governo nos Açores, porque cada vez menos o é.

A prova são propostas deste género que são admissíveis, às vezes até desculpáveis num partido (como os senhores gostam de dizer) pequeno como o CDS, mas está crescendo e vai-se afirmando cada vez mais com respostas credíveis.

Agora, um partido que quer ser Governo, que quer ser alternativa àqueles senhores que ali estão e apresenta um Projecto de Resolução destes, que credibilidade é que tem? É a pergunta que eu faço.

Se a intenção efectivamente é regionalizar, o que é privado, começamos a ficar entendidos.

Agora, aumento de percentagem. Qual percentagem?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabei de explicar!

O Orador: Quanto é? O senhor não explicou.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Expliquei!

O Orador: Depois “comparticipação nas contribuições à segurança social”, quanto?

Deputado João Costa (PSD): Isto é um Projecto de Resolução! O senhor não sabe isso?

O Orador: Isto é preciso quantificar. É preciso quantificar isto tudo porque não se pode fazer propostas ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: Incomoda-vos naturalmente. Eu percebo que fiquem incomodados, porque algumas vezes os senhores questionaram isso. Aliás, ainda há uns minutos atrás, o Sr. Deputado Clélio Meneses, veio dar um exemplo infeliz, até poderia ter arranjado outro, se calhar mais eficaz.

Agora, isto aqui é uma caixinha de pandora, isto abre-se e não se sabe o que é que vai sair daqui de dentro.

Não se sabe quantas toneladas de papel nós vamos participar. Não se sabe. É impossível inferir daqui quantas toneladas. Pode ser ao custo médio de um cêntimo, mas podem ser um milhão de toneladas.

Portanto é preciso quantificar isto tudo, ou seja, fazer propostas destas, julgo que não é de um partido que se afirma como alternativa.

A alternativa era apresentar um Projecto de Resolução totalmente diferente do daqueles senhores, consubstanciado e justificado na despesa e no investimento. Isso é que era.

Mas é preciso efectivamente ser alternativa, que cada vez menos, no nosso entender, o são.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não ia intervir neste debate ...

Deputado José Lima (PS): Faz muito bem intervir!

O Orador: ... mas faço-o para dizer que isto não é uma arena onde vamos esgrimir aqui argumentos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Arena?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhem para isto!

O Orador: Não vou falar de chantagens, não vou falar da Câmara Municipal de Ponta Delgada, nem de outras coisas mais.

Vou falar sobretudo da identificação dum problema e uma das pessoas que efectivamente falou nisto fui eu enquanto dirigia uma estrutura, mas que não é para aqui chamada.

Deputado Francisco César (PS): Que entretanto foi renovada!

Deputado Berto Messias (PS): Uma levada de ar fresco!

O Orador: Foi uma conferência de imprensa que nós demos nessa altura, mas não interessa quem chegou primeiro, nem quem chegou depois.

O que interessa é que os órgãos de comunicação social, independentemente do que quer que sejam, são absolutamente vitais para a qualidade da nossa democracia. Porquê? Porque o exercício da cidadania exige acesso à informação e portanto a participação cívica precisa dessa informação.

Nós demos conta de que efectivamente haviam órgãos de comunicação social, desde logo os órgãos de comunicação privados, que tinham algumas dificuldades.

O que nós fizemos aqui foi um Projecto de Resolução que está a ser intencionalmente, bem ou mal, confundido com um Decreto Legislativo Regional, que recomenda ao Governo que adopte algumas medidas e sugerimos apenas as medidas que o Governo depois, obviamente, iria quantificar e iria fazer.

Aliás, respondendo ao Sr. Deputado Artur Lima, até quando seria o regime transitório? Está aqui escrito. Até 2012, Sr. Deputado.

(Gesto negativo com a mão do Deputado Artur Lima).

Portanto, o que nós fizemos foram sugestões que os senhores aceitariam ou não. Os senhores apressaram-se a fazer um Projecto de Decreto Legislativo Regional. Já percebemos que isto que está aqui é tudo para chumbar e portanto a vossa visão circunscreve-se ao diploma que anteriormente foi aprovado por esta câmara.

Portanto, o que nós fizemos foi sugerir.

Não se pode dizer que um partido com pretensão de formar Governo não pode a partir de agora fazer Projectos de Resolução. Santa paciência.

Deputado Francisco César (PS): Não pode!

O Orador: Pode. Tanto pode que faz.

São recomendações que nós fizemos. O Governo acataria as que bem entendesse.

Foi só isso que nós fizemos.

Portanto, vamos deixar esse ataque e esse jogo de *ping pong* porque definitivamente não é disso que os açorianos precisam, muito mais numa situação de dificuldades acrescidas.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já que estamos a entrar num debate tão rigoroso tenho duas perguntas muito objectivas a realizar ao Governo Regional, ao Sr. Secretário da Presidência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais convicção Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário da Presidência quanto é que vai custar a proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional? Diga-me números concretos.

Deputado Berto Messias (PS): Já percebemos que o PPM está ao serviço do PSD!

O Orador: Diga-me números concretos. Qual o impacto financeiro da proposta que foi aprovada há dez minutos atrás? Ponto número um.

Presidente: Já foi aprovada.

O Orador: Ponto número dois: quais foram as entidades apoiadas ao abrigo da alínea c) do artº. 3º. do Decreto Legislativo Regional nº. 10/2009/A que estamos aqui a discutir?

São duas perguntas muito objectivas.

Se me responder a estas duas questões então o senhor tem toda a razão em trazer para aqui o objectivo de ter as contas claras. Mas se o senhor não conseguir responder, não conseguir quantificar a sua própria proposta e não identificar as entidades apoiadas na alínea c)...

Presidente: Já discutimos esse ponto Sr. Deputado.

O Orador: Estamos a discutir o PROMEDIA.

Presidente: Não, não estamos.

O Orador: Estamos a discutir no âmbito dos apoios financeiros.

Presidente: Não. Estamos a discutir uma Resolução do PSD, Sr. Deputado.

O Orador: A latitude dos exemplos que têm sido apresentados pelas diversas forças políticas, no sentido de referenciar, inclusivamente, apoios de âmbito municipal, o Sr. Presidente não me venha dizer que eu estou a fugir mais do que por exemplo o PS ou o Sr. Secretário da Presidência, que já referiu os apoios municipais que estão concedidos para aí umas dez vezes.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Publicidade institucional!

O Orador: Sr. Presidente, o exemplo que estou a dar enquadra-se na argumentação e vou já terminar Sr. Presidente.

Na argumentação, o que eu pedi são números, números objectivos em relação à alteração da proposta que apresentaram.

Quero esses números e quero o das entidades que os senhores apoiaram ao abrigo da alínea c) do nº.3.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já foi! Já passou!

O Orador: Quero isso, se o senhor me der isso fico muito contente, fico muito esclarecido e até lhe dou os parabéns.

Faça isso e então a partir daí os senhores têm toda a legitimidade para falar em objectivar as propostas.

Faça um requerimento! Diz o Sr. Secretário da Presidência.

Então o PSD pode dar-vos a mesma reposta: façam um requerimento.

Deputado Berto Messias (PS): Um esforço meritório se unir à coligação!

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Clélio Meneses, mas embora estejamos a falar de comunicação social, aprovámos uma Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao PROMEDIA. Estamos agora a discutir um Projecto de Resolução do PSD.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra. Tem apenas um minuto.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito sucintamente para dizer aquilo que já referi. Percebo que há Deputados que ficam com um sorrisinho especial quando de alguma forma pensam que entalaram o Grupo Parlamentar do PSD e algum Deputado em particular, mas a mim não me incomoda nada.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que se entala!

Os senhores é que se sentem incomodados!

O Orador: Isso não me incomoda nada nem sequer me mobiliza, mas vou só esclarecer.

Lamento que por exemplo o Secretário Regional de Assuntos Parlamentares que devia conhecer o funcionamento do Parlamento e saber que a natureza duma recomendação é objectivamente diferente dum projecto de decreto legislativo regional.

Deputado Berto Messias (PS): É só *fait divers*!

O Orador: Quando disse isso não foi com a perspectiva de entalar quem quer que seja, estou apenas a constatar e vou dar dois exemplos, até do mesmo partido, que foi o partido que foi mais incisivo nessa crítica ao PSD.

Ainda há pouco tempo apresentaram um Projecto de Resolução para construir uma pousada de juventude nas Flores. Quanto é que isso custa Sr. Deputado?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem! Diga quanto é que custa?

O Orador: Isto não foi referido. Quanto é que isso custa? Quanto é que irá custar à Região Sr. Deputado?

Por exemplo, ainda agora apresentaram um Projecto de Resolução, vou citar “para implementar de imediato, para vigorar até 31 de Maio de 2011 e entre 1 de Outubro de 2011, até 31 de Maio de 2012, um pacote atractivo de viagens para caçadores, seus animais de caça e produto de caçada, suportando alguns custos inerentes às viagens do continente, inter-ilhas”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é amanhã!

Deputado João Costa (PSD): Diga quanto é que custa!

O Orador: Não tem que ser quantificado. É uma recomendação e é muito bom que seja. Todos os partidos têm legitimidade de fazer recomendações, ora para os cartuchos, ora para as viagens. Neste caso concreto é para dar caminhos ao Governo para contribuir para a resolução dum problema gravíssimo que afecta algo de essencial na RAA, que é a comunicação social, que deveria ser livre, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e do Governo: E é!

O Orador: ... deveria ter condições para promover o pluralismo e a democracia e neste momento está a correr sérios riscos de extinção.

Deputado Berto Messias (PS): Fale do jornal da Madeira!

O Orador: Da parte do PSD não nos move nada contra nenhum partido ou nenhum Deputado em particular, muito menos nada nos mobiliza para o conflito e para a tricasinha partidária, apenas nos mobiliza dar-mos contributos legítimos, que possam merecer a concordância ou não dos outros Deputados dos outros Grupos Parlamentares, mas que sejam eles contributos legítimos para resolver o problema dos açorianos.

É isso que nos mobiliza.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer ao Sr. Deputado Rui Ramos, que isto aqui é um hemiciclo. O senhor falou em arena, não é uma arena.

Falou em ping pong, isto também não é um ring.

Portanto, isto aqui é um hemiciclo. A arena, o ping pong e o desporto não me parecem adequados.

Percebo o nervosismo, percebo que estejam um bocadinho desnorteados com tudo isto, mas efectivamente temos que nos cingir ao sítio onde estamos e é efectivamente um hemiciclo e uma Assembleia.

Sr. Deputado Clélio Meneses fico muito satisfeito do senhor recomendar e recordar as boas propostas que o CDS tem feito aqui nesta casa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Todas qualificadas!

O Orador: Muito boas propostas que têm uma diferença em relação a esta, é que as propostas que o CDS fez são todas para servir os açorianos, não são corporativistas como se pode inferir e deduzir desta.

É a grande diferença entre o CDS e o PSD. O CDS faz propostas para os açorianos, os senhores fazem propostas corporativistas e para servir alguns grupos. Isto é a prova que aqui está.

Sr. Deputado Clélio Meneses, vou dizer-lhe ainda mais...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso não tem nada a ver!

O Orador: Tem a ver Sr. Deputado Rui Ramos. Tem a ver com a destruição da lavoura de S. Jorge. Tem a ver com o prejuízo aos agricultores e tem a ver com tudo isso.

Deputado Mark Marques (PSD): Quanto é que custa?

O Orador: Os senhores num dia disseram uma coisa e no outro dia foram mais depressa que o coelho dizer outra, Sr. Deputado Mark Marques, porque afinal de contas foi apertado pelos lavradores da sua terra.

Deputado Mark Marques (PSD): Apertado está o senhor! Quer dar uma ferrada e não quer levar! A medida é boa?

O Orador: Mas não quero desviar-me do assunto Sr. Presidente. Vejo-o incisivamente a olhar para mim, mas vou voltar ao assunto, foi um aparte, mas um aparte permitido com a latitude de que foram referidos esses Projectos do PSD que à falta de melhor vem com esses argumentos.

Dizia eu, os projectos do CDS sempre foram para benefício comum dos açorianos e não para beneficiar alguém em particular. Ponto um.

Ponto dois: liberdade de imprensa.

Acho que com isto não há liberdade de imprensa. Há controlo absoluto de imprensa e tentativa absoluta de controlar por estrangulamento a imprensa. Isto é que é o perigo que aqui está.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Subsidição da economia, subsidição da economia!

O Orador: Já disse aqui nesta casa e volto a dizer da influência que os senhores têm na comunicação social dos Açores, que dizem um projecto sem importância nenhuma e aparecem em capa de jornal repetem propostas que os outros já fizeram, e é capa de jornal quando os outros mereceram um rodapesinho.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não apoiado!

O Orador: O que isto traz aqui é uma vontade já serôdia de controlar a imprensa, de ter o controlo da imprensa efectivo, já não de influência mas pagando, controlando subsídios, controlando ordenados e controlando tudo para efectivamente criarem dependência da comunicação frágil de alguns órgãos de comunicação social frágeis dos Açores que, a isto ser aprovado, efectivamente era um perigo para a democracia dos Açores.

Deputado João Costa (PSD): O senhor também não consegue quantificar!

O Orador: A liberdade de imprensa deixaria de existir com este projecto de Resolução aprovado e aí - Deus nos valha! - se o Governo resolvesse aplicar tudo o que está aqui. Seria o caos de controlar a comunicação social dos Açores.

Com isto não contam com o CDS.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Vou colocar à votação este projecto de Resolução do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 4 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Retomamos às 19 horas os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 30 minutos).

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 08 minutos).

Vamos reiniciá-los com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011 – terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabeleceu o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”**.

Dava a palavra ao Vice-Presidente do Governo para apresentar o diploma.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que trazemos a esta Assembleia, é uma alteração simples, que pretende ajustar e dar maior agilidade no que concerne à definição daquilo que são as touradas tradicionais.

Como sabem, no âmbito do Decreto Legislativo Regional existente, qualquer tourada para ser tradicional, tem de ter um determinado tempo útil de existência. Para ser incorporada no mapa de touradas, implicava uma alteração

ao Decreto Legislativo e teria que objectivamente ter o processo legislativo decorrente de tratamento na Assembleia Legislativa.

O contexto e a proposta é no sentido de agilizar esse processo e por que é um mecanismo que está a definir as regras de inclusão, para que o mapa de touradas seja actualizado, por Resolução de Conselho de Governo. Neste contexto permite que de forma mais rápida e eficaz se possa incluir touradas tradicionais. Também tem uma norma que define que se uma tourada sendo tradicional durante um determinado número de anos deixar de existir a mesma deve ser retirada do respectivo mapa.

É apenas uma mera alteração de procedimento para que não tenha necessariamente que haver uma alteração a um Decreto Legislativo apenas quando se coloca ou se retira uma tourada do respectivo mapa, passando essa inclusão ou retirada para Resolução por competência do Governo regional, mantendo as regras de inclusão ou retirada das touradas do mesmo diploma.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) **Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional quero deixar, tal como já disse em sede de Comissão, que a nosso ver estamos a retirar competências ao Parlamento, visto que consideramos ser matéria que só a Assembleia deve legislar e não ser determinado por Resolução do Conselho de Governo.

Quanto ao argumento de eventuais ganhos em celeridade, com a aprovação desta Proposta, esta não colhe para nós, porque é uma falsa questão, uma vez que a periodicidade com que este órgão reúne é manifestamente suficiente para assegurar estas competências.

Face ao exposto o Grupo Parlamentar do CDS/PP é contrário à alienação das competências desta câmara, quanto a iniciativas populares, uma vez que os legítimos representantes dos açorianos ainda são os Deputados desta casa.

Esvaziar o Parlamento das suas competências sem que se vislumbrem ganhos objectivos evidentes não podem merecer a nossa aprovação.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-Presidente do Governo na apresentação desta iniciativa disse e cito: “ela é uma mera alteração de procedimento”. Fim de citação.

A verdade é que não é uma mera alteração de procedimento.

O Governo quer com esta iniciativa retirar do Parlamento uma competência de aprovação do mapa das touradas tradicionais para que essa competência passe para o Governo Regional.

Não é uma mera alteração de procedimento. É uma expropriação de competências legislativas do Parlamento, a favor do Governo Regional dos Açores sem que haja uma razão legal, uma razão política ou uma razão de celeridade que justifique esta opção.

Direi mesmo mais, esta opção legislativa do Governo, é apenas um capricho político do PS, da maioria e do Governo que o apoia.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não há nenhuma razão que justifique esta iniciativa, nem o Sr. Vice-Presidente deu qualquer razão a não ser a famosa alteração de procedimento, nem na Comissão conseguiu justificar os motivos subjacentes a esta iniciativa com qualquer outro argumento.

Há uma falência de argumentação do Governo Regional, por isso o Grupo Parlamentar do PSD diz que não há nenhuma razão para que o Parlamento se dispa desta competência legislativa para a transformar numa competência de natureza meramente regulamentar a exercer pelo Governo Regional.

O Parlamento não ganha nada com isso, muito pelo contrário, perde competências.

Os cidadãos não ganham nada com isso porque até hoje nunca houve nenhum caso de qualquer tourada que deixasse de ser realizada por demora do processo legislativo.

Ninguém ganha nada com isso, a não ser o Governo, que satisfaz, volto a repeti-lo, um capricho político, um capricho legislativo.

Em relação a isso o Grupo Parlamentar do PSD diz que não concorda.

Sobretudo queremos acrescentar o seguinte: discutimos e discutiu este hemiciclo, esta manhã, por iniciativa do Sr. Deputado da Representação Parlamentar do PPM, a defesa da autonomia.

O Governo, o Grupo Parlamentar do PS bateram-se e invocaram o seu próprio procedimento, o seu próprio comportamento em defesa da autonomia na relação com Lisboa.

É preciso também dizer que a defesa da autonomia no plano interno também passa pela dignificação do Parlamento, também passa pelo reforço das competências do Parlamento e também passa por acautelar a repartição equilibrada duma relação saudável entre o Parlamento e o Governo Regional.

Não é despindo o Parlamento das suas competências ou de algumas das suas competências a favor do Governo que se ganha em qualidade a democracia ou se defende melhor a autonomia.

É preciso lembrar aqui que este diploma, esta iniciativa caprichosa do Governo Regional, é de facto uma iniciativa que não tem nenhuma vantagem do ponto de vista político, nenhuma vantagem do ponto de vista prático, a não ser uma vontade que o Governo possa ter de qualquer modo começar a engordar o mapa das touradas tradicionais, porque esta é a única explicação que se pode ver.

De resto ainda há bem pouco tempo, ainda este ano, este Parlamento alterou este diploma precisamente para aditar, para incluir uma tourada profissional no elenco das touradas a realizar nos Açores.

Quando falamos da autonomia e queremos defender a autonomia dos Açores na forma como a conhecemos, é preciso também lembrar que é preciso defender a autonomia material e não apenas a autonomia formal que alguns praticam e querem exercer.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para a defesa da autonomia formal não contem com o Grupo Parlamentar do PSD.

Muito obrigado.

Deputados João Costa e Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

Deputado João Costa (PSD): Mais um assunto para a 3ª fila!

(*) Deputada Paula Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma agora em apreciação procede à terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabeleceu o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na RAA e visa não só clarificar, como também simplificar o processo de reconhecimento de uma tourada tradicional, ...

Deputado João Costa (PSD): Que trabalheira!!!

A Oradora: ... bem como a sua inclusão no mapa das touradas tradicionais.

O diploma actual define os critérios necessários para que uma tourada seja considerada como tradicional.

No entanto, a inclusão duma tourada tradicional no mapa das touradas tradicionais, anexa ao diploma, exige sempre que se proceda a uma alteração do mapa anexo ao diploma e consequentemente à republicação do diploma.

Com a alteração que se pretende introduzir o mapa das touradas tradicionais será aprovado em reunião de Conselho de Governo.

A inclusão de uma tourada tradicional no respectivo mapa e após comprovados os critérios constantes do art.º 46.º, passará a ser efectuada em reunião do Conselho de Governo.

Atendendo a que a alteração aqui apresentada vem clarificar e simplificar o processo de reconhecimento de uma tourada tradicional e a sua inclusão no mapa das touradas tradicionais, o PS irá votar favoravelmente este diploma.

Deputado João Costa (PSD): Quem diria!

A Oradora: Em resposta aos Srs. Deputados Abel Moreira e Pedro Gomes gostaria de dizer que a alteração que se pretende aprovar com este diploma não vem retirar nenhuma competência legislativa a esta Assembleia.

O reconhecimento e a inclusão da tourada tradicional no mapa das touradas tradicionais continuam a obedecer aos critérios constantes do artº. 46º. do Decreto Legislativo Regional nº. 37/2008/A, critérios que foram aprovados e que só podem ser alterados por esta Assembleia.

Deputado João Costa (PSD): Competências e critérios são coisas que se confundem facilmente!

A Oradora: Assim, o PS defende que esta alteração não materializa uma perda de competência por parte desta Assembleia em que o Governo Regional apenas vai cumprir com o procedimento e tendo em conta os critérios aprovados por esta mesma Assembleia.

Por uma questão de economia de tempo e se o Sr. Presidente assim o permitir gostaria também de dizer, muito brevemente que as propostas de alteração advindas da Comissão são subscritas pelo PS, porque as propostas apresentadas vêm apenas alterar o texto do diploma, não alterando a sua substância pelo que o PS vai votar favoravelmente as mesmas, quer as propostas de alteração, quer o diploma.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se me permitem a opinião, a matéria que foi aqui referenciada, quer pelo Sr. Deputado Abel Moreira, quer pelo Sr. Deputado Pedro Gomes, não foi devidamente colocada.

Primeira questão e é matéria essencial: não decorre desta proposta de alteração qualquer alteração ou transferência de competências na definição dos critérios de atribuição da classificação de tourada tradicional.

Ela mantém-se e é nos termos exclusivos do Decreto Legislativo Regional que está aqui definido.

Apenas a operacionalização, ou seja a operacionalização da inscrição no mapa dessa tourada é que passa a ser competência do Governo em termos de simplificação administrativa.

Estamos aqui a fazer um processo de simplificação administrativa, porque os critérios decorrentes da classificação de tourada, como tourada tradicional, são aqueles que são aprovados no âmbito de Decreto Legislativo Regional desta Assembleia e não decorre qualquer transferência para o Governo Regional no que concerne à definição dos critérios para a atribuição da classificação de tourada tradicional. Que fique muito claro.

É apenas a actualização do mapa. É um processo simples de modernização e simplificação administrativa.

Quando falamos em simplificação administrativa, de modernização, de desburocratização, para quê burocratizar esta matéria?

Segundo equívoco sobre esta matéria: competências da Assembleia Legislativa Regional.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é regional. É Assembleia Legislativa!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Gomes, lembro-lhe que até há 4 anos atrás, a definição das características e da regulamentação das touradas era feita por mera portaria. Era feita por mera portaria e pelo regulamento de touradas, ou seja, não era nem nunca foi do ponto de vista jurídico o enquadramento legislativo no âmbito dum Decreto Legislativo Regional. Era uma matéria que do ponto de vista legislativo era regulada apenas por simples portaria.

Foi este Governo, que decidiu há quatro anos atrás, no sentido de criar um código onde englobasse toda a legislação que tenha a ver com licenciamento municipal, que decidiu incluir esta matéria.

Portanto, estamos aqui a falar de matéria de competência específica da Assembleia porque era até há 3 ou 4 anos atrás regulamentado por mera portaria.

Vamos clarificar as questões.

Segunda questão: não decorre dessa situação e desta proposta qualquer alteração de passagem para o Governo de qualquer competência do ponto de

vista de definição do que é uma tourada tradicional, de alteração das regras de tourada tradicional, apenas, pura e simplesmente, a partir do momento em que uma tourada cumpre o facto de ser tradicional, a alteração e actualização do mapa decorre dum acto da competência do Governo, por uma mera questão de simplificação e de modernização administrativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando fiz a análise do diploma que estamos aqui a discutir pareceu-me que esta proposta de alteração se limitava a retirar do Decreto Legislativo Regional o mapa das touradas tradicionais e que isto passasse para a esfera de competência do Governo, o que me pareceu fazer algum sentido. Agora estou cheio de dúvidas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Consegui lançar as dúvidas no seu espírito!

O Orador: É verdade, Sr. Deputado. Até porque se alguém tem vindo aqui constantemente defender o que são as competências próprias deste Parlamento e que elas não devem ser retiradas pelo Governo Regional tem sido o senhor, mas neste caso aqui pareceu-me que não se tratava disso.

Deputado Herberto Rosa (PS): E não é mesmo!

O Orador: Vou esperar pelo desenrolar do debate para ver se fico totalmente esclarecido, até porque como estava a dizer, pareceu-me que fazia algum sentido, no sentido de tornar mais ágil o processo, uma vez que os critérios não eram alterados e podia no entanto haver algumas alterações relativamente à exclusão ou à inclusão de novas touradas.

Portanto, não me pareceu de modo nenhum, se calhar erroneamente, admito que sim, que se estivesse a verificar aquilo que V. Ex^a., Sr. Deputado Pedro Gomes, veio colocar.

Aguardo por mais esclarecimentos, até apelava ao seu esclarecimento, para comprovadamente poder ter aqui uma posição relativamente a este diploma que como disse, logo no início da minha intervenção, pareceu-me perfeitamente natural que o mapa das touradas tradicionais passasse para a esfera de

competência do Governo, por uma questão de agilização do próprio processo, uma vez que a competência legislativa não estava aqui beliscada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que esta matéria é relativamente simples.

Se olharmos para o que está em causa que são as touradas tradicionais, obviamente as touradas tradicionais que têm estas condições para serem consideradas touradas tradicionais, têm um conjunto de critérios que não são muito amovíveis.

Portanto, não poderão sofrer grande alteração sob pena de não estar a ser cumprido aquilo que está a ser regulamentado para que a tourada seja considerada tradicional.

Por definição, tendo em conta o objecto que estamos a estudar, uma tourada tradicional não sofre grandes alterações.

Penso que o argumento da celeridade não se justifica aqui.

Como é que uma coisa que não é tradicional passa a ser tradicional no contexto da legislação que foi criada?

Nesse sentido não é expectável que estes mapas possam ter grandes alterações. Não podem.

É óbvio que a iniciativa do Governo não é muito compreensível e não é compreensível que o Parlamento possa ceder as suas prerrogativas nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que o Sr. Vice-Presidente do Governo tornou a questão simples de mais, para uma questão que não é tão simples.

A passagem de uma tourada normal, a tourada tradicional, obviamente que tem implicações sociais e económicas e é um assunto que está a ser debatido pela qualidade desse espectáculo, pela qualidade e pela quantidade.

Isto é um debate aceso, é um debate que está a existir na principal ilha onde isto ocorre, que é na Ilha Terceira. É um debate que inclusive já levou as duas Câmaras Municipais, pelo que tudo indica, a criar o concelho inter-municipal da tourada à corda para uma melhor avaliação, para uma melhor troca de ideias, para que haja diálogo concertado. Obviamente, em percurso directo, em ligação directa, este Parlamento também não pode fugir a esta discussão e a este diálogo directo que deve existir da maior e da mais antiga tradição popular dos Açores, que é a tourada à corda.

Portanto, em todo este sentido não é um assunto tão ligeiro, tão fácil e não é um assunto que tenha implicações económicas e sociais e desde logo de atitude na Ilha Terceira.

Por isso, este Parlamento deve continuar a escrever aquilo que neste momento está em apreço que é a tourada tradicional.

Tenho dito.

Deputados João Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar fazer um esforço para descomplicar, aquilo que aqui estamos a tratar.

Vejam a primeira questão: os critérios, as regras para a definição de uma tourada tradicional estão vertidas em lei e não sofrem qualquer alteração com a proposta que agora está em debate.

Segundo: o procedimento administrativo, ou seja, o reconhecimento do que é ou não uma tourada tradicional continua a ser feito, por força daquilo que o Decreto Legislativo estabelece pelo Governo, que é o órgão executivo.

Portanto, o processo administrativo de avaliação se cumpre ou não os critérios que continuam a ser os que foram definidos em tempo por esta casa mantém-se.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: A única questão que se altera é um anexo, ou seja, o que se coloca aqui é saber (porque este é um processo dinâmico porque as touradas são reconhecidas em função dos anos em que se realizam, etc), se por causa de um anexo, que resulta da aplicação pelo Governo das regras que nós definimos, por causa da publicação, da alteração ou da actualização do anexo, se se deve fazer aprovar um Decreto Legislativo republicando “N” vezes esse mesmo diploma, ...

Deputado João Costa (PSD): “N” vezes? Quantas vezes é que isso aconteceu?

Deputado António Ventura (PSD): Todos os dias acontece!

O Orador: ... sem alterar nada na sua substância, apenas alterando um anexo, uma listagem.

Agora pergunto: se é o Governo Regional que com base nos parâmetros que nós definimos vai decidir se a tourada é ou não tradicional ou se continua ou não a ser tradicional, não faz sentido que o mesmo órgão executivo que é quem decretou, digamos, que a tourada é ou não tradicional, faça a actualização desse mesmo mapa.

É simplificação ou não?

Não há retirada de nenhuma competência. Não considero que um anexo seja produção legislativa. É complementar mas neste caso, inclusive, as alterações ao anexo estão á margem desta Assembleia.

Esta Assembleia, porque não controla o processo, limita-se a receber um documento que vem do Governo, que aprova sem nunca saber se a aplicação dos critérios foi bem ou mal feito pelo organismo competente da administração regional e do Governo Regional.

Mais uma questão, para terminar. O Governo Regional é um órgão legítimo da autonomia. A tomar por boas as afirmações que aqui ouvi, não poderiam existir nem Decretos Regulamentares, nem portarias, nem Resoluções.

Tudo teria que estar vertido no Decreto Legislativo Regional e passaríamos a ter um Governo executivo feito nesta casa.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): A Assembleia é o primeiro órgão!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente por me ter dado a palavra por esta faena.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD recusa a ideia de que alguns dos Srs. Deputados que usaram da palavra anteriormente e até mesmo o Sr. Vice-Presidente do Governo, de que este Parlamento exerça um mero papel de notário, alterando apenas mapas e anexos de diplomas legislativos.

Deputado Herberto Rosa (PS): Neste caso é isso! Desprestigia a Assembleia!

O Orador: Nós não somos notários, nós somos legisladores.

Nesta casa fazem-se leis que tomam o nome de Decreto Legislativo Regional.

Aquilo que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo quer é que a competência que hoje é legislativa de reconhecer uma tourada como tradicional e alterar o Decreto Legislativo Regional, alterando depois o que necessário for, nomeadamente o mapa onde elas constem, passe a ser uma competência de natureza administrativa a exercer pelo Governo Regional.

Alguns sentem-se confortáveis quando se despem de competências. Este Grupo Parlamentar não se sente confortável quando transfere uma competência para o Governo Regional neste domínio.

Não há, repito, nenhuma razão política, legislativa, de oportunidade que o possa justificar.

Aliás, este Grupo parlamentar nesta matéria tem uma preocupação clara, que é de reservar ao Parlamento a função de legislar, seja neste domínio, seja noutros domínios, em que o Grupo Parlamentar do PS tem insistido em aprovar normas em branco, cheques em branco ao Governo para que depois, por acto administrativo ou por acto regulamentar se preencham lacunas da lei e se vá até, inclusive, muitas vezes para além das soluções legislativas que este Parlamento aprova, em vários domínios: da saúde aos incentivos regionais como vimos na última sessão plenária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estamos aqui a discutir apenas, como dizia o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, um quadro anexo a um Decreto legislativo Regional cuja alteração obriga à republicação dum diploma. Não. Não é só isso.

A alteração desse quadro anexo decorre dum acto político deste Parlamento, dum acto legislativo, que é o acto de aprovar ou não uma tourada, como tourada tradicional. Isto não é uma matéria menor, não é uma matéria indiferente, não é uma matéria que não tenha a ver com a vida das pessoas e sobretudo não se percebe, tendo havido uma evolução legislativa nos Açores, que o Sr. Vice-Presidente referiu, e bem, passando esta competência da esfera do Governo para a esfera do Parlamento em 2008, agora se faça o percurso contrário e devolva-se à esfera do Governo aquilo que já é uma competência do Parlamento.

Volto a repetir: não há nenhuma razão para este efeito a não ser um mero capricho do Governo Regional dos Açores.

Deputado José Lima (PS): Há muitas razões!

Deputados Cláudio Almeida e António Ventura (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de mais algumas intervenções e designadamente a de S. Ex^a. Sr. Deputado Pedro Gomes, que como sabe tenho por si uma grande admiração, esperava de facto que contribuísse para o meu esclarecimento e de facto fiquei esclarecido. Fiquei esclarecido porque a explicação que V. Ex^a. deu, relativamente a estas questões do despir ou não de competências (eu não gosto de ser despido de competências), não me parece que esta iniciativa que estamos aqui a discutir retire competências legislativas ao Parlamento.

Aliás, vim à discussão exactamente por causa disso, porque sou um defensor e tenho criticado aqui muitas iniciativas legislativas do Grupo parlamentar do PS ou do Governo que nos retiram competências, remetendo para decretos regulamentares, para a regulamentação, mas não me parece que seja o caso.

De facto não há alteração nos critérios, o que há é a passagem da alteração de um mapa ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Deputado defende as touradas?

O Orador: Estou a defender o mapa.

... e não me parece que não havendo alteração nos critérios, que essa competência não possa passar para a esfera do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem é que faz a alteração dos critérios?

O Orador: Sr. Deputado pelo amor de Deus.

Não há alteração nos critérios e não se trata aqui de fazer o papel de notário ou não. O que se trata aqui é que os critérios estão definidos e que o Governo quando pretende alterar o mapa tem que seguir os critérios, obrigatoriamente.

Aliás, a nós, enquanto Deputados, uma das nossas competências é fiscalizar os actos do Governo.

Portanto, se o Governo não cumprir aquilo que está legislado, temos o dever de denunciá-lo. Temos o dever de o fiscalizar e de o denunciar.

Não me parece que neste caso aqui esta câmara esteja a ser despida de responsabilidades ou de competências legislativas ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está sim senhor!

O Orador: ... e a transferi-las para o Governo Regional, antes pelo contrário, essa peça do preenchimento do mapa, dispo-a com muita facilidade.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Deputados José Lima e Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A alteração que aqui se pretende introduzir é apenas com o intuito de clarificar e simplificar o processo de reconhecimento de uma tourada tradicional e a sua inclusão no mapa das touradas tradicionais.

Não estamos aqui a alterar os critérios distinguidos de uma tourada tradicional ou de uma tourada não nacional.

Apenas estamos a aprovar uma alteração que define o reconhecimento e a inclusão duma tourada tradicional que define que o reconhecimento e a inclusão de uma tourada tradicional passa a ser efectuada pelo Conselho de Governo.

No entanto, não consigo ver aqui nenhuma perda de competência, quer no procedimento a ser seguido, quer nos critérios que permitem o reconhecimento de uma tourada tradicional, que foram aprovados por esta Assembleia e só podem ser alterados por esta Assembleia.

Relativamente ao que foi dito pelo Sr. Deputado António Ventura que diz que os critérios não são objectivos, o facto de a tourada a classificar, dever estar necessariamente ligada a uma festividade da freguesia onde se pretende realizá-la; ter de ser organizada exclusivamente por entidades cujo eventual fim lucrativo, contribua de modo directo para essa mesma festividade; ter lugar em data fixa; dever realizar-se há pelo menos 15 anos e não poder haver outra tourada tradicional em local já incluído no respectivo mapa; não poder haver outra tourada tradicional no mesmo dia, na mesma freguesia, nem em freguesias contíguas...

Deputado António Ventura (PSD): E como é que fazem isso!

A Oradora: ... não são critérios objectivos Sr. Deputado?

Quando nós discutimos isto aqui há uns tempos atrás não eram critérios objectivos?

Deputado António Ventura (PSD): Como é que avalia os primeiros 3?

A Oradora: Só deixaram de ser critérios objectivos agora, Sr. Deputado?

Muito obrigada.

Deputado António Ventura (PSD): Não!

Presidente: **Creio que o debate está feito.**

Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Como já foi aqui referido há algumas propostas de alteração advindas da Comissão de Política Geral que foram subscritas por um grupo de Deputados.

Pergunto à câmara, não havendo oposição, se posso colocá-las à votação em conjunto.

Não havendo oposição vou fazê-lo. Vamos votar essas propostas de alteração em bloco.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As alterações advindas da Comissão foram aprovadas com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Assim sendo creio que posso pôr à votação em conjunto os artºs. 1º. a 4º. inclusive que constituem este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: **Em votação final global o diploma foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM e 2 abstenções do BE.**

Presidente: Sras. e Srs. Deputados atendendo à hora creio que não vale a pena entrarmos num diploma novo.

Ficamos por aqui hoje.

Retomamos os nossos trabalhos amanhã às 10 da manhã, com o PTAP.

Muito boa noite, bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 44 minutos)

(* *Texto não revisto pelo Orador*)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joe Valadão Rego

Nélia Maria Brito Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

António Lima Cardoso Ventura

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jorge Manuel de Almada Macedo

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Propostas de Lei:

Assunto: Procede à sexta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto (n.º 17/XII (Gov.))

Autor: Gabinete da Presidente da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 03

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – OUTUBRO – 24;

Assunto: Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e ao Código Civil (n.º 24/XII/1 (Gov.))

Autor: Gabinete da Presidente da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 06

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2011 – OUTUBRO – 26;

Assunto: Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objecto dessa renovação (n.º 25/XII)

Autor: Gabinete da Presidente da Assembleia da República

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 14

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 05.

2 – Projectos de Decreto-Lei:

Assunto: Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabelece o regime do exercício da actividade pecuária - MAMAOT- (Reg. DL 80/2011) – 168/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 04

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – OUTUBRO – 13;

Assunto: Procede à alteração do regime jurídico do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) de gases com efeito de estufa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, transpondo parcialmente a Directiva n.º 2009/19/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, designada "nova directiva CELE" - MAMAOT- (Reg. DL 94/2011) – 169/IX

Autor: Gabinete da Presidência do Conselho de Ministros

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 02.

3 - Projectos de Resolução:

Assunto: Interdição do cultivo de organismos geneticamente modificados na Região Autónoma dos Açores – (n.º 56/2011)

Autor: PCP

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 12;

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – NOVEMBRO – 14;

Assunto: Afirmar as Quotas Leiteiras no contexto PAC pós 2013 – (n.º 57/2011)

Autor: PSD

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 14

Assunto: Recomenda ao Governo da República o não encerramento do Serviço de Finanças do Corvo – (n.º 58/2011)

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 17.

4 - Requerimentos:

Assunto: Consolidação da dívida da Fábrica Santa Catarina – Indústria Conserveira, S.A.

Autor: Luís Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.03

Referência: 54.01.05 – N.º 525/IX;

Assunto: Obra de rotundas nas Pedras Brancas na Graciosa demonstra o esbanjamento de dinheiros públicos

Autor: João Bruto da Costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.04

Referência: 54.03.01 – N.º 526/IX;

Assunto: Médicos deixaram de dar consultas na Casa do Povo dos Rosais. Decisão provisória ou definitiva?

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.07

Referência: 54.03.05 – N.º 528/IX;

Assunto: Parada Gay em São Miguel

Autor: Pedro Medina (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.07

Referência: 54.01.02 – N.º 529/IX;

Assunto: Agricultura Biológica

Autores: António Ventura, Jorge Macedo, Aida Santos, João Bruto da Costa, Luís Garcia, Mark Marques, José Francisco, António Pedro Costa, Cláudio Almeida e Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.11

Referência: 54.03.00 – N.º 530/IX;

Assunto: Comissão de selecção do sistema de incentivos “Emprende Jovem”

Autor: Pedro Medina (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.11

Referência: 54.01.00 – N.º 531/IX;

Assunto: Receitas e despesas da SAUDAÇOR, S.A.

Autor: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.11

Referência: 54.01.00 – N.º 532/IX;

Assunto: ASTA - Atlântica Sociedade de Turismos e Animação SA.

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2011.10.12

Referência: 54.06.00 – N.º 533/IX;

Assunto: Requalificação das Escolas Básica e Secundária das Velas e Calheta

Autor: Luís Silveira (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.12

Referência: 54.01.05 – N.º 534/IX;

Assunto: Horário restrito da Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo

Autor: Mário Moniz (BE)

Data de Entrada: 2011.10.13

Referência: 54.06.03 – N.º 535/IX;

Assunto: Jardim das Laranjeiras

Autor: Pedro Medina (CDS-PP)

Data de Entrada: 2011.10.14

Referência: 54.01.02 – N.º 538/IX;

Assunto: Fiscalização às obras de saneamento básico no lugar da Ribeira Funda - Fenais da Ajuda

Autor: Pedro Medina (CDS/PP)

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.01.02 – N.º 539/IX;

Assunto: Fusão de empresas regionais

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.04.00 – N.º 540/IX;

Assunto: Reconhecimento da carta de condução das Bermudas

Autor: António Pedro costa (PSD)

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.00 – N.º 541/IX.

5 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: Que futuro para os “Caixotes de Betão” na Calheta Pêro de Teive?

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.09.30

Referência: 54.01.02 – N.º 438/IX;

Assunto: Regime de aplicação de isenções ao Diploma do Orçamento de Estado entre as Empresas do Sector Público Empresarial nacional e regional

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.09.30

Referência: 54.06.00 – N.º 456/IX;

Assunto: Jardins do Palácio dos Capitães Gerais

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.09.30

Referência: 54.03.03 – N.º 492/IX;

Assunto: Construção do Campo de Golfe do Faial

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.03

Referência: 54.03.07 – N.º 139/IX;

Assunto: Construção e exploração de uma unidade hoteleira, com classificação de 5 Estrelas, na cidade de Angra do Heroísmo, ilha Terceira

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.03

Referência: 54.06.03 – N.º 353/IX;

Assunto: Contrato de cedência da exploração comercial dos campos de golfe da Batalha e das Furnas

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.06

Referência: 54.03.02 – N.º 224/IX;

Assunto: Relatório resultante da inspeção ordinária à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.06

Referência: 54.06.03 – N.º 442/IX;

Assunto: Quotas do Chicharro

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.12

Referência: 54.03.00 – N.º 523/IX;

Assunto: Critérios para o encerramento das Escolas do 1.º Ciclo nos Açores

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.13

Referência: 54.03.00 – N.º 484/IX;

Assunto: Termas do Carapacho

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.13

Referência: 54.03.04 – N.º 499/IX;

Assunto: Projectos de investimento no âmbito do Prorural

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.00 – N.º 482/IX;

Assunto: Presença da SATA no Aeroporto de Boston

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.00 – N.º 504/IX;

Assunto: Ajuste Directo da ANA deixa aeroporto das Flores de fora

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.01.08 – N.º 507/IX;

Assunto: Atrasos consideráveis na prestação de serviços da Unidade de Atendimento da Praia da Vitória do IDSA

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.03 – N.º 518/IX;

Assunto: Obra de rotundas nas Pedras Brancas na Graciosa demonstra o esbanjamento de dinheiros públicos

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.04 – N.º 526/IX;

Assunto: Médicos deixaram de dar consultas na Casa do Povo dos Rosais. Decisão provisória ou definitiva?

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.10.17

Referência: 54.03.05 – N.º 528/IX.

6 – Comunicações/Informações:

Assunto: Entrega de Resolução - "Contra o empobrecimento e as injustiças sociais".

Proveniência: União de Sindicatos da Horta

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 30;

Assunto: Moção – Serviço público regional específico de televisão e rádio

Proveniência: União de Sindicatos da Horta

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 30;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato, com efeitos a 26 de Setembro, nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 4 do Estatuto dos Deputados

Proveniência: O Deputado Regional, Carlos Manuel Valadão

Data de Entrada: 2011.10.03;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do seu mandato, com efeitos a 26 de Setembro, nos termos da alínea c), do n.º 1 do art.º 4 do Estatuto dos Deputados

Proveniência: Teresa Pimentel Mendonça Rocha

Data de Entrada: 2011.10.03;

Assunto: Ofício a informar que, na sequência da suspensão do mandato do Deputado Guilherme Fraga Vicente Nunes, da renúncia ao mandato de Deputado do Sr. António Pimentel e da suspensão de mandato do Sr. Carlos Manuel Valadão e da Sra. Teresa Pimentel Mendonça Rocha, a vaga será preenchida a partir do dia 1 de Outubro de 2011 pelo Sr. Joe Valadão Rego

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, Berto Messias

Data de Entrada: 2011.10.03;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Protesto apresentado pelo Partido Social Democrata, referente às obras a efectuar no Porto da freguesia do Salão.

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2011.10.04;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Protesto apresentado pelo Partido Social Democrata, referente ao encerramento da Escola do Salão.

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2011.10.04;

Assunto: Ofício a enviar um Voto de Recomendação apresentado pelo Partido Socialista, referente à redução de emissão da RTP-Açores.

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2011.10.04;

Assunto: Ofício a enviar cópias de duas Moções apresentadas pelo Partido Social Democrata e pela Coligação Democrática Unitária, relativas ao encerramento de serviços no Hospital da Horta.

Proveniência: Assembleia Municipal da Horta

Data de Entrada: 2011.10.04;

Assunto: Ofício a solicitar uma Interpelação ao Governo Regional sobre a estratégia de defesa e progresso do processo autonómico açoriano no contexto da actual crise económica nacional e internacional

Proveniência: Representação Parlamentar do PPM, Paulo Estêvão

Data de Entrada: 2011.10.06;

Assunto: Ofício da Junta de Freguesia do Salão, enviado a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, remetendo um Voto de protesto sobre o Encerramento da Escola do Salão

Proveniência: Assembleia de Freguesia do Salão

Data de Entrada: 2011.10.10;

Assunto: Ofício a informar alteração na Composição da Comissão Permanente de Política Geral, informando que o Sr. Guilherme Nunes será substituído pelo Sr. Deputado Joe Valadão

Proveniência: Secretário do Grupo Parlamentar do PS, Luís Rosa

Data de Entrada: 2011.10.11;

Assunto: Ofício a remeter cópia da proposta de deliberação aprovada por unanimidade em reunião camarária sobre a “Redução do horário da RTP/Açores”

Proveniência: Presidente do Município das Velas de São Jorge

Data de Entrada: 2011.10.11;

Assunto: Ofício a solicitar autorização para inquirição do Sr. Deputado Artur Manuel Leal Lima, no âmbito de Acção de Processo Comum n.º 421/10.0TBVPV

Proveniência: Tribunal Judicial de Praia da Vitória

Data de Entrada: 2011.10.14;

Assunto: Ofício a dar conhecimento do relatório de auditoria aprovado e abaixo indicado:

- Audit. n.º 13/2011-FS/SRATC (Proc.º n.º 10/114.03) – "Auditoria à cabimentação orçamental e acatamento de recomendações no Centro de Saúde de Vila do Porto”.

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2011.10.10

Referência: 04.01.06/1/IX;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução – “Afirmar as Quotas Leiteiras no contexto PAC pós 2013”

Autor: PSD

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução – “Recomenda ao Governo da República o não encerramento do Serviço de Finanças do Corvo”

Autor: PPM

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 17.

7 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Verificação de Poderes de Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho;

Assunto: Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 12

Comissão: Política Geral;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011 – “Terceira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de Agosto, que estabelece o regime jurídico de actividades sujeitas a licenciamento das Câmaras Municipais na Região Autónoma dos Açores”

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 29

Comissão: Política Geral;

Assunto: Proposta de Lei n.º 14/XII – “Transfere competências dos Governos Civis e dos governadores civis para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República”

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 04

Comissão: Política Geral;

Assunto: Proposta de Lei n.º 15/XII – “Procede à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, modificando os procedimentos de recrutamento, selecção e provimento nos cargos de direcção superior da Administração Pública”

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 04

Comissão: Política Geral;

Assunto: Projecto de Lei n.º 58/XII/1 – “Consagra um regime de selecção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos”

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 10

Comissão: Política Geral;

Assunto: Proposta de Lei – “Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)”

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 17

Comissão: Política Geral;

Assunto: Proposta de Lei n.º 18/XII – “Determina a realização de um censo e aplicação de um censo e aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeira, que prossigam os seus fins em território nacional, com

vista a proceder a uma avaliação do respectivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção”

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 17

Comissão: Política Geral;

Assunto: Relatório de actividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 17

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estatuto do aluno dos ensinos Básico e Secundário” – n.º 19/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Assuntos Sociais;

Assunto: Projecto de Lei n.º 59/XII – Altera o artigo 72.º-A da Lei n.º 49/2011, de 17 de Setembro e aprova uma taxa extraordinária sobre rendimentos sujeitos a IRS, auferidos no ano de 2011, alterando o Código do IRS aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro - (N.º 158/XII)

Data de entrada: 2011 – SETEMBRO – 30

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Decreto-Lei Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabelece o regime do exercício da actividade pecuária – MAMAOT - (Reg. DL 80/2011) – n.º 168/IX

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO - 13

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de, nas suas funções de acompanhamento da actividade

política e administrativa, se ocupar especificamente da verificação das condições em que a proliferação do coelho-bravo afecta as explorações agrícolas e a economia da ilha de São Jorge” – n.º 21/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Alteração da regulamentação dos preços do pão, farinha e cereais importados na Região Autónoma dos Açores” – n.º 28/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Valorização do rendimento da pesca e promoção da sustentabilidade dos recursos marinhos” – n.º 32/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Igualdade de tratamento na SATA Air Açores Internacional” – n.º 38/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Desagregação dos Mapas que integram o Orçamento da Região” – n.º 26/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Aprovação dum “Código de Bom Governo” para o sector empresarial da Região Autónoma dos Açores” – n.º 27/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Melhoria da eficácia da recolha, tratamento e divulgação de informação estatística relacionada com toda a cadeia de valor da agricultura e pecuária” – n.º 33/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Qualificação Comunitária da manteiga dos Açores” – n.º 34/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Resolução – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de privatização da ANA - Aeroportos de Portugal, S.A..” – n.º 48/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Exercício da actividade industrial na Região Autónoma dos Açores” – n.º 23/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico de Licenciamento, Instalação e Operação de Ascensores, Monta-Cargas, Escadas Mecânicas, Tapetes e Equipamentos Similares” – n.º 20/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/200/A, de 10 de Agosto, que estabelece o

regime de licenciamento, de exploração e registo de máquinas de diversão” – n.º 26/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional (Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de Abril” – n.º 11/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Anteposta de Lei – “Segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, alterada pela Lei n.º 62/2008, de 31 de Outubro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores” – n.º 1/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 14

Comissão: Economia;

Assunto: Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos” – n.º 27/2011

Data de entrada: 2011 – OUTUBRO – 17

Comissão: Economia.

P^lo Redactor: José Silvino Mendonça Tomás

